

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 072/2022
Data: 09/06/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
BRASIL TERÁ PAINEL INÉDITO, PROMOVIDO PELO GRUPO TRIBUNA, EM EVENTO PORTUÁRIO INTERNACIONAL	4
GOVERNO PUBLICA DECRETO E REDUZ CUSTO DE MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS IMPORTADOS EM PORTOS	5
RISCO DE LEILÃO DO PORTO DE SANTOS FICAR PARA 2023 ACENDE SINAL AMARELO NO SETOR	6
NOVO SECRETÁRIO DIZ QUE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS ESTÁ NO 'PRAZO LIMITE'	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
NOVA RESOLUÇÃO ATUALIZA AS OBRIGAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADEQUADO POR PARTE DOS REGULADOS	8
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF	9
NOVO CONTORNO URBANO VAI FACILITAR ACESSO À CIDADE DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE	9
AÇÕES DE GOVERNANÇA E MEDIDAS PARA AUMENTAR EFICIÊNCIA SÃO APRESENTADAS NO PORTO DE SANTOS	10
GOVERNO FEDERAL DEFINE DATA DO LEILÃO DE CONGONHAS E MAIS 14 AEROPORTOS DA SÉTIMA RODADA	11
DUPLICAÇÃO DA BR-316/PI FAVORECE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS E MINERAIS NO CERRADO PIAUIENSE	12
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF	13
GOVERNO FEDERAL PRORROGA DRAWBACK PARA EXPORTAÇÕES POR MAIS UM ANO	13
ENTIDADES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DECLARAM APOIO AO PROJETO CONSTRUA BRASIL.....	14
PROJETO DE LEI AUTORIZA UNIÃO A CEDER INTEGRALMENTE EXCEDENTE DE ÓLEO E GÁS NOS CONTRATOS DE PARTILHA	16
MARCELO GUARANY S DESTACA AÇÕES PARA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS DA CONJUNTURA GLOBAL	17
SAIBA MAIS SOBRE O DECRETO QUE EXCLUI O VALOR DA CAPATAZIA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	18
PROJETO CONSTRUA BRASIL RECEBE CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE PARA AUXILIAR MUNICÍPIOS NA DESBUROCRATIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL	19
DECRETO EXCLUI DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO O VALOR DA CAPATAZIA REALIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL	21
GOVERNO FEDERAL LANÇA PROGRAMA APROXIMA, QUE CEDE IMÓVEIS PÚBLICOS DESOCUPADOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL	21
PAULO GUEDES REFORÇA PAPEL DO BRASIL PARA SEGURANÇA ENERGÉTICA E ALIMENTAR, EM REUNIÃO DO BRICS	23
PORTAL PORTO GENTE	23
NORSUL CRIA ROTA DE CABOTAGEM PARA TRANSPORTAR BIODIESEL.....	23
MODERNIZAR A MALHA FERROVIÁRIA DO PORTO DE SANTOS.....	25
BE NEWS – BRASIL EXPORT	26
EDITORIAL - O DESAFIO DO NOVO	26
NACIONAL - HUB – CURTAS	27
<i>CARBONO 1</i>	27
<i>CARBONO 2</i>	27
<i>CARBONO 3</i>	27
<i>HIDROGÊNIO 1</i>	27
<i>HIDROGÊNIO 2</i>	27
NACIONAL - GOVERNO REDUZ CUSTO DE MERCADORIAS IMPORTADAS	27
NACIONAL - ICMS: RELATOR ALTERA GALHO DE COMPENSAÇÃO A ESTADOS E MUNICÍPIOS	28
NACIONAL – CÂMARA APROVA PROJETO QUE DÁ TRANSPARÊNCIA AOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS... ..	30
NACIONAL - BNDES ESTRUTURA CONCESSÃO DE AVOS AMBIENTAIS E APRESENTA CRÉDITO ESG.....	31
NACIONAL - PORTOS AMEAÇADOS POR FENÔMENOS CLIMÁTICOS	32
NACIONAL - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRARÁ RETORNO ESTRATÉGICO, ECONÔMICO E FINANCEIRO À INDÚSTRIA	33
NACIONAL - BRASIL EXPORT LANÇA HUB PARA INTEGRAR PLAYERS DO SETOR DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA	35
NACIONAL - LIDERANÇA DA MULHER EM PORTOS E INFRAESTRUTURA AINDA GERA NOTÍCIA	36
NACIONAL - DIVERSIDADE NAS EMPRESAS ENFRENTA DESAFIOS.....	37
ESTILO BE – EVENTO - TEMPO DE INOVAÇÃO E APRENDIZADO.....	38
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	39
MARINHA APRESENTA PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	39
FIESP: NOVAS FORMAS DE TRABALHO DEMANDAM LEGISLAÇÃO MODERNA, CONCLUEM ESPECIALISTAS.....	40
EXPORTAÇÕES DA CHINA AUMENTAM COM ALÍVIO EM RESTRIÇÕES CONTRA COVID, MAS CENÁRIO AINDA É FRÁGIL	41
PORTO DO ITAQUI RECEBE GOVERNADOR EM EXERCÍCIO	42
EM EVENTO NO RECIFE, PRESIDENTE DA FENOP AFIRMA QUE LEGISLAÇÃO IMPEDE PREENCHIMENTO DE VAGAS DE EMPREGO.....	42



JORNAL O GLOBO – RJ	44
ELETOBRAS FINALIZA PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO: AÇÃO FICA EM R\$ 42, E PRIVATIZAÇÃO ESTÁ SELADA.....	44
GOVERNO ANUNCIA INDICAÇÕES PARA NOVO CONSELHO DA PETROBRAS E CONFIRMA PAES DE ANDRADE PARA PRESIDÊNCIA	46
GOVERNO PREVÊ ARRECADAR R\$ 400 BI COM VENDA DE CONTRATOS DE PARTILHA DO PRÉ-SAL.....	47
PARLAMENTARES REAGEM A STJ E APRESENTAM MAIS DE DEZ PROJETOS AMPLIANDO COBERTURA DE PLANOS DE SAÚDE....	49
GUEDES COMEMORA IPCA MENOR EM MAIO: 'INFLAÇÃO COMEÇOU A DESCER'	51
GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO PROJETO QUE, NA PRÁTICA, ACABA COM O REGIME DE PARTILHA DO PRÉ-SAL	52
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	53
ELETOBRAS É PRIVATIZADA COM OFERTA DE R\$ 33,7 BILHÕES NA BOLSA	53
CERCA DE 350 MIL TRABALHADORES USARAM RECURSOS DO FGTS NA OFERTA DA ELETOBRAS, DIZEM FONTES	54
PEQUENAS EMPRESAS CRIARAM 76% DOS POSTOS DE TRABALHO EM 2022, DIZ SEBRAE	55
SANEAMENTO E ENERGIA SERÃO ESTRELAS NA RETOMADA DOS IPOs, PREVÊ CITI.....	56
VALOR ECONÔMICO (SP)	57
GUERRA E CRISE ENERGÉTICA EXIGEM PROLONGAR TEMPORARIAMENTE USO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, DIZ AIE	57
ARRECADAÇÃO DE ROYALTIES DO PETRÓLEO DEVE CHEGAR A R\$ 61 BILHÕES EM 2022	58
RUMO E CORURIBE INICIAM OPERAÇÃO DE AÇÚCAR.....	59
MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PODERIAM REDUZIR O EQUIVALENTE À ATUAL DEMANDA DE ENERGIA DA CHINA	60
STF MUDA REGRA E LIMITA VOTOS DOS MINISTROS INDICADOS POR BOLSONARO	61
ANGLO AMERICAN E PORTO DO AÇU ESTUDAM PROJETO PARA REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA	62
RETIRADA DE MINAS DOS PORTOS DA UCRÂNIA PODE DEMORAR MESES, DIZ ONU.....	63
CTG BRASIL VAI ANUNCIAR NOVOS APORTES EM GERAÇÃO EÓLICA E SOLAR NO NORDESTE	64
ELETOBRAS (ELET6) VENDE AÇÃO A R\$ 42 NA OFERTA DE PRIVATIZAÇÃO DA ELÉTRICA.....	65
PORTAL PORTOS E NAVIOS	65
ESTALEIRO RIO GRANDE VISLUMBRA NOVOS REPAROS E PARCERIA PARA PROJETOS DE O&G	65
EMGEPRON E BNDES ACERTAM DETALHES PARA COOPERAÇÃO SOBRE CONTEÚDO LOCAL DO NAVIO POLAR	66
USINA CORURIBE E RUMO INAUGURAM TERMINAL RODOFERROVIÁRIO EM MINAS GERAIS	67
OGMO/PARANAGUÁ ADOTA MEDIDAS PARA REDUZIR A FALTA DE MÃO DE OBRA NO PORTO	68
EXPORTAÇÕES DE GRÃOS DEVEM CRESCER NO EMBALO DA SAFRA RECORDE	68
PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO CRESCER QUASE 6% EM ABRIL.....	69
ANP LANÇA PAINEL DINÂMICO SOBRE TANCAGEM DE INSTALAÇÕES.....	70
ABTRA DEFENDE EXCLUSÃO DE, AO MENOS, 5 EMPRESAS DA LICITAÇÃO DO STS-10.....	70
CODERN BUSCA CONVÊNIO PARA NOVO SCANNER NO PORTO DE NATAL	71
RUMO AVANÇA EM SUA AGENDA ESG COM AÇÕES PARA A COMUNIDADE, NOVA OPERAÇÃO E INGRESSO NO ISE B3.....	72
NORSUL CRIA ROTA INÉDITA DE CABOTAGEM PARA TRANSPORTE DE BIODIESEL	73
ANTAQ NÃO VÊ FALHAS NA METODOLOGIA DE REVISÃO DOS CONTRATOS DE PASSAGEM EM SANTOS	74
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	75
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	75



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

BRASIL TERÁ PAINEL INÉDITO, PROMOVIDO PELO GRUPO TRIBUNA, EM EVENTO PORTUÁRIO INTERNACIONAL

O TOC Europe acontece entre os dias 14 e 16 de junho, na Holanda, e será acompanhado por uma comitiva santista

Por: Maurício Martins



Cidade de Roterdã receberá a comitiva Porto & Mar 2022 entre os dias 12 e 16 de junho, com visitas a terminais e empresas, além de palestras Foto: Carlos Nogueira

Pela primeira vez, o Brasil terá um painel no TOC Europe, o principal evento de logística portuária da Europa e um dos maiores do mundo no setor. O encontro, que reúne milhares de profissionais para debates e seminários, acontecerá entre os dias 14 e 16 de junho em Roterdã, na Holanda. Serão mais de 60 países representados.

O espaço exclusivo para a participação dos brasileiros é uma iniciativa do Grupo Tribuna. O painel Brasil será realizado no dia 15, no complexo de eventos Rotterdam Ahoy. O tema central será a privatização dos portos brasileiros, o desafio e as oportunidades.

Participarão o CEO da Brasil Terminal Portuário (BTP), Ricardo Arten, o diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Otto Luiz Burlier, e o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery.

“É um evento em que a gente consegue entender o que há de mais moderno no mundo e trazer para o Brasil. Nossas operações ainda precisam ser modernizadas. Já estivemos bem atrás, mas hoje estamos em uma posição intermediária. Sem dúvida, o TOC nos trará mais ideias para conseguirmos continuar nessa escalada dentro do comércio mundial”, opina Arten. Um dia antes, ele participará de outro painel, com debatedores internacionais, sobre infraestrutura e interoperacionalidade.

Investidores estrangeiros

Nery afirma que o painel organizado pelo Grupo Tribuna é de fundamental importância para mostrar aos investidores estrangeiros o que está sendo feito no Brasil, principalmente em termos de arrendamentos e concessões.

“Em Roterdã, vamos apresentar o modelo brasileiro (de concessão), que foi desenvolvido ao longo de quatro anos, com muita discussão técnica, para a melhor a possibilidade de eficiência e produtividade. Vamos mostrar o que o Brasil espera para nossos portos e trazer os investimentos necessários”.

Na mesma linha, Otto Burlier destaca o interesse do Governo Federal em mostrar ao mundo o modelo para desestatização feito no País. “No final das contas, a gente quer se aproximar dos portos mais competitivos do mundo, como o de Roterdã. Lá há uma série de vantagens que hoje, infelizmente, o arcabouço público no Brasil atrapalha. Vamos aprender com as sugestões. Ao final dessa missão, estaremos com conhecimento muito elevado”.

Para Burlier, o TOC também é um ambiente de negócios perfeito para a atração de empresas internacionais, 'vendendo' a desestatização do Porto de Santos. "Vamos mostrar que existem muitas oportunidades para investidores estrangeiros no Brasil".

Comitiva

Os três participantes do painel Brasil fazem parte da comitiva Porto & Mar 2022, composta por empresários da área e autoridades, que estará em Roterdã entre os dias 12 e 15 de junho.

A viagem, organizada pelo Grupo Tribuna, terá uma ampla agenda técnica, com visitas a terminais, empresas de tecnologia portuária, palestras e encontro com a autoridade portuária local. O objetivo é trazer exemplos do Porto de Roterdã, um dos mais eficientes e tecnológicos do mundo, que possam ser implantadas Porto de Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/06/2022

GOVERNO PUBLICA DECRETO E REDUZ CUSTO DE MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS IMPORTADOS EM PORTOS

A retirada da capatazia do valor aduaneiro promoverá "uma abertura comercial transversal da economia"

Por: ATribuna.com.br



Com a nova redação ficam excluídos os gastos "incorridos no território nacional e destacados do custo de transporte" Foto: Divulgação Minfra

Um decreto que retira da base de cálculo do imposto de importação a chamada taxa de capatazia, foi publicado hoje (8) no Diário Oficial da União. Segundo o governo, a retirada da capatazia do valor aduaneiro promoverá "uma abertura comercial transversal da economia", diminuindo custos com a importação.

A capatazia é a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto e está relacionada ao recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e a descarga de embarcações.

O decreto publicado nesta quarta-feira altera outro dispositivo, de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior relacionadas à descarga e ao manuseio, associados ao transporte da mercadoria importada.

Com a nova redação, para efeito do cálculo de valor aduaneiro, ficam excluídos os gastos "incorridos no território nacional e destacados do custo de transporte". As novas regras valem a partir de hoje, data da publicação do decreto.

De acordo com o governo, a medida "está em harmonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto aos parceiros do Mercosul e à Organização Mundial do Comércio (OMC)".

Com informações da Agência Brasil

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/06/2022

RISCO DE LEILÃO DO PORTO DE SANTOS FICAR PARA 2023 ACENDE SINAL AMARELO NO SETOR

Possibilidade de atraso na desestatização foi admitido pelo secretário de Portos e Transportes Aquaviários

Por: Ágata Luz



Foto: Matheus Tagé/AT

Após o secretário de Portos e Transportes Aquaviários, Mário Povia, declarar no final de semana que o Governo Federal trabalha “no limite” para desestatizar o Porto de Santos até dezembro, a luz amarela está acesa no setor. Tudo porque ele não descartou a possibilidade do leilão da Santos Port Authority (SPA) acontecer em 2023, o que, para alguns especialistas no assunto, pode aumentar a insegurança jurídica a possíveis investidores. Os deputados federais da região acompanham a questão.

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Povia informou que a União prioriza a entrega de um projeto de qualidade ao Tribunal de Contas da União (TCU), reduzindo a possibilidade de intercorrências que poderiam atrasar o processo, que segue cronograma apertado. No entanto, a fala do secretário chama atenção de o leilão da SPA correr o risco de ficar para 2023, quando o Governo Federal poderá estar sob nova gestão, caso o presidente Jair Bolsonaro (PL) não se reeleja.

"Não é nosso plano A (deixar o leilão da SPA para 2023), mas é um cenário importante para nós também, de pelo menos terminar a modelagem e lançar o edital", frisou o secretário de Portos.

Repercussão

Para o consultor portuário Fabrizio Pierdomenico, da Agência Porto Consultoria, mesmo que não haja atrasos, o processo eleitoral deve interferir na desestatização, pois o cronograma atual prevê o leilão em dezembro, após as eleições de outubro. “Isso por si só já traz insegurança para os investidores em relação à participação no leilão, mas principalmente se o candidato eleito não levar em frente a desestatização proposta pelo atual governo”.

O consultor da GO Associados, Cícero Júnior, concorda que o atraso no leilão pode gerar insegurança, mas levanta um contraponto. “A gente sabe que há vários grupos interessados, mas para isso (desestatização), é preciso haver estudos robustos. Não existe fazer o estudo correndo para lá na frente, ter algum problema, como a gente observou no Aeroporto de Viracopos (em Campinas). Então é melhor ter um prazo maior para um estudo de qualidade”.

De acordo com ele, os investidores estão preocupados com a construção do edital. “Estão mais de olho na parte dos estudos, do ambiente regulatório que a gente está passando, pois será um processo novo e tem a questão da eleição, então a gente não sabe o que virá lá na frente”.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição da Silva, concorda com Júnior ao dizer que a prioridade é a revisão do edital de licitação. “Na consulta pública, várias contribuições foram feitas com pontos importantíssimos que precisam ser esclarecidos para que a licitação possa ir para frente, sobretudo em relação à segurança jurídica e ao conflito de interesses”.

Ele concorda com o secretário de Portos sobre o calendário estar apertado, mas diz que isso não deve ser a maior preocupação. “Nosso compromisso não é com a rapidez, é sobre fazer bem feito. Não se pode errar em um processo dessa magnitude. O sistema portuário brasileiro é crucial

para nosso comércio internacional, pois 100% do agronegócio é exportado por meio dos portos e Santos tem uma posição majoritária”.

Parlamentares da região

O deputado federal Júnior Bozzella (União Brasil) afirmou estar acompanhando o processo de desestatização do Porto de Santos. “Mais do que isso, busco participar ativamente fazendo a interlocução entre Governo Federal e todas as categorias ligadas ao segmento”.

Ele, que se diz, um “grande defensor da privatização”, espera que o porto santista seja leiloado ainda em 2022, mas considera essencial que “qualquer definição leve em conta o esgotamento das discussões com todos os envolvidos”.

Em nota, a também deputada Rosana Valle (PL) revelou que marcará uma reunião ainda nesta semana com Povia “para tratar desta questão, que afeta a comunidade portuária”, pois a parlamentar afirma que todos os segmentos precisam ser ouvidos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/06/2022

NOVO SECRETÁRIO DIZ QUE PRIVATIZAÇÃO DO PORTO DE SANTOS ESTÁ NO 'PRAZO LIMITE'

Mário Povia reconhece tempo apertado para a privatização, mas diz que estudos chegarão ao TCU no "estado da arte"

Por: Estadão Conteúdo



Mário Povia reconhece que a pasta trabalha com um prazo apertado para privatizar o Porto de Santos Foto: Alexander Ferraz/AT e Carlos Nogueira/Arquivo/AT

O novo secretário nacional de Portos do Ministério da Infraestrutura, Mário Povia, reconhece que a pasta trabalha com um prazo apertado, "no limite", para privatizar o Porto de Santos ainda neste ano. Segundo ele, diante desse cenário, o governo quer entregar um projeto de muita qualidade ao Tribunal de Contas da União (TCU), e com isso mitigar o risco de intercorrências que possam atrasar o processo. "Isso é importante, que nós sejamos transparentes de reconhecer que nós não temos folga nesse prazo", afirmou.

Povia confirmou que, segundo o cronograma atual, a modelagem será enviada ao TCU até o fim do mês. A Corte de Contas precisaria dar aval à operação em três meses para o edital ser publicado em outubro, como programado pelo governo.

O leilão então ocorreria em dezembro - com esforço de realizá-lo até o dia 14. Diante do espaço mínimo com o qual o governo trabalha, Povia também não descarta um "plano B", em que apenas o edital seria publicado neste ano, jogando o leilão para 2023.

"Não é nosso plano A, mas é um cenário importante para nós também, de pelo menos terminar a modelagem e lançar o edital", diz. Se isso ocorrer, o certame do maior complexo portuário da América Latina poderá ficar nas mãos de um novo governo, no cenário em que o presidente Jair Bolsonaro não consiga a reeleição.

"Não tem agenda oculta, estamos reconhecendo os prazos que estão no limite, e que precisamos azeitar uma estratégia com o TCU, e assim iremos fazer", disse Povia, que assumiu a secretaria após a saída de Diogo Piloni. O novo secretário já foi diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).



Codesa

A privatização da administração do Porto de Santos é a próxima aposta da agenda de desestatização do governo, que começou a se desenrolar apenas neste ano, com o leilão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a aprovação da capitalização da Eletrobras pelo TCU.

Ao reconhecer o calendário apertado, Povia disse que a cobrança por qualidade está "acima de tudo", para que os estudos sejam entregues ao TCU no "estado da arte". "Estamos num bom caminho", afirmou o secretário, lembrando que o formato também não é estranho ao Tribunal de Contas, que recentemente aprovou a privatização da Codesa, arrematada em leilão realizado em março. "É algo que está com as turbinas quentes", disse Povia.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 09/06/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

NOVA RESOLUÇÃO ATUALIZA AS OBRIGAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADEQUADO POR PARTE DOS REGULADOS

Publicação também define as infrações administrativas e reduz fardo regulatório para o setor

A ANTAQ publicou a Resolução nº 75, de 2 de junho de 2022, que trata das obrigações para prestação de serviço adequado por parte do setor regulado. Nela também estão estabelecidas as infrações administrativas para as administrações dos portos organizados, arrendatários, operadores portuários e os autorizatários de instalações portuárias. As novas regras foram publicadas no Diário Oficial da União desta segunda-feira (6) e entrarão em vigor em 1º de julho de 2022.

Com a medida, a Agência atualizou e consolidou as normas das Resoluções nº 3.274/2014 e 442/2005, atendendo o Decreto nº 10.139 de 2019, que trata da revisão e a consolidação dos atos normativos da ANTAQ. Com isso, a autarquia reduziu o fardo regulatório por meio da supressão de algumas obrigações impostas sobre os regulados e que não refletiam a prática observada pelos fiscais, como a cobrança de alguns relatórios.

Além disso, a nova resolução vai favorecer a fiscalização responsiva, que tem sido utilizada pela Agência. Outra mudança foi o desmembramento das infrações tornando-as mais específicas e refletindo melhor a realidade de cada fato infracional.

A nova resolução também manteve a obrigatoriedade de os entes regulados manterem uma placa indicativa dos meios de comunicação dos usuários com a ANTAQ, de acordo com os padrões estabelecidos na norma, que deve ser afixada no portão principal de acesso à sede da Administração Portuária, no portão principal de acesso ao porto e no portão principal de acesso ao terminal portuário autorizado ou arrendado.

Com a nova norma, foram revogadas a Resolução ANTAQ nº 3.274/2014, que tratava sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelecia infrações administrativas; a Resolução ANTAQ nº 442/2005, que determinava a todos os portos marítimos e fluviais, e terminais portuários de uso privativo a afixação de placa como o objetivo de informar aos usuários meios comunicação com a ANTAQ; e a Resolução ANTAQ nº 2.969/2013, que definia a classificação dos portos públicos, terminais de uso privado e estações de transbordo de cargas em marítimos, fluviais e lacustres.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517



E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 09/06/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

Balneário Camboriú: entrega de nova ponte na BR-101/SC facilita acesso ao litoral catarinense

Estrutura sobre o Rio Camboriú faz parte dos investimentos previstos no contrato de concessão firmado entre a União e a Arteris Litoral Sul, que administra a rodovia federal



Foram investidos R\$ 11,6 milhões na obra, executada em 17 meses - Foto: Arteris/Divulgação

Com a entrega da ponte sobre o Rio Camboriú, na marginal sul da BR-101/SC, o acesso ao litoral catarinense será facilitado a partir desta quinta-feira (9). Prevista no contrato de concessão da rodovia federal, a nova ponte foi construída pela concessionária Arteris Litoral Sul com o objetivo de garantir fluidez no tráfego e mais segurança

na via, impulsionando ainda o turismo da região de Balneário Camboriú.

A estrutura interliga a via marginal e o acesso a dois importantes bairros da cidade, Vila Real e Nova Esperança. “A inauguração da ponte sobre o Rio Camboriú vai solucionar gargalo do trecho urbano do município de Balneário Camboriú. Além de ter uma importância fundamental para a mobilidade da região e para o acesso ao Centro de Eventos”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Foram investidos R\$ 11,6 milhões na obra, executada em 17 meses. A ponte tem 172,7 metros de comprimento por 10,4 metros de largura, conta com duas faixas de rolamento e passeio compartilhado segmentado para pedestres e ciclistas.

Concessão

A Arteris Litoral Sul administra, desde 2008, a concessão regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na ligação entre as capitais Curitiba (PR) e Florianópolis (SC). Nesse período, já investiu cerca de R\$ 4 bilhões no trecho sob concessão.

Em 2021, foram inauguradas outras importantes intervenções previstas no contrato firmado com a União, como a ponte norte do Rio Camboriú e 15,6 quilômetros de terceira faixa na Grande Florianópolis. Neste momento, a concessionária também executa a maior obra rodoviária em andamento no Brasil: o Contorno de Florianópolis, com conclusão prevista para 2023.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 09/06/2022

NOVO CONTORNO URBANO VAI FACILITAR ACESSO À CIDADE DO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE

Assinatura da ordem de serviço pelo Governo Federal garante investimentos de R\$ 157,3 milhões na BR-158/262/MS e impulsionar competitividade dos produtores da região

O Governo Federal deu um importante passo para melhorar o fluxo rodoviário e impulsionar agronegócio em Três Lagoas, cidade do chamado “bolsão sul-mato-grossense”. A ordem de serviço que garante investimentos de R\$ 157,3 milhões na BR-158/262/MS foi assinada nesta

quarta-feira (8) pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, com a presença do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), general Santos Filho.

As obras em 26,46 quilômetros de rodovias vão permitir a diminuição do fluxo viário de cargas e passageiros, bem como ampliar a competitividade para os produtores de grãos da região. Executadas pelo DNIT, as intervenções propiciam o escoamento da produção agrícola do estado do Mato Grosso do Sul até os portos de Santos e Paranaguá.

“Essa ordem de serviço vai melhorar a vida do caminhoneiro, do agricultor do cidadão e desenvolver a infraestrutura do estado. É mais segurança e trafegabilidade para todos”, afirmou o ministro da Infraestrutura. Os serviços incluem a implementação de pista dupla, sinalização vertical e horizontal, serviços de drenagem e pavimentação e construção de oito viadutos.

São eles: viaduto sobre a rua Trajano dos Santos, viaduto sobre a linha férrea, viaduto sobre a BR-262/MS, viaduto sobre a BR-158/MS, viaduto sobre a vicinal, ponte sobre o Córrego da Onça e viaduto sobre a rua Jupia e linha férrea.

Solução urbana

O projeto foi desenhado para melhorar a infraestrutura rodoviária local, interligando a BR-158, na saída para Brasilândia e Selvíria, e a BR-262, em Campo Grande. O contorno rodoviário em Três Lagoas vai retirar o fluxo de veículos de carga da área urbana, na altura da avenida Ranulpho Marques Leal e reduzir o número de acidentes.

A rodovia BR-262/MS estende desde a divisa com o estado de São Paulo até Corumbá, na fronteira do Brasil com a Bolívia. A rodovia é um importante corredor rodoviário, pois propicia o escoamento da produção agrícola do Estado do Mato Grosso do Sul até os portos de Santos e Paranaguá. A BR-262 é a principal ligação entre Campo Grande e as regiões Sul e Sudeste do País.

Já a BR-158/MS é fundamental para escoamento de produtos da agropecuária do estado. Mato Grosso além de ser maior produtor de grãos do Brasil, tem o maior rebanho bovino do país: mais de 30 milhões de cabeças de gado, representando sozinho quase 14% da produção nacional. A pavimentação e conservação da estrada é considerada importante fator de desenvolvimento econômico, interferindo nos custos no transporte, e no preço das mercadorias que chegam ao consumidor final.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 09/06/2022

AÇÕES DE GOVERNANÇA E MEDIDAS PARA AUMENTAR EFICIÊNCIA SÃO APRESENTADAS NO PORTO DE SANTOS

Por dois dias, representantes de diversas áreas do Ministério da Infraestrutura mostraram os bons exemplos realizados pelo Governo Federal



Integrantes do Radar mostraram que ações de integridade trazem benefícios ao Estado - Foto: Divulgação/MInfra

O Programa Radar Anticorrupção, do Ministério da Infraestrutura, apresentou durante dois dias boas práticas de governança e prevenção à corrupção na Santos Port Authority, a empresa pública responsável pela infraestrutura do Porto de Santos. Entre ontem (7) e esta quarta-feira (8), resultados e eficiência da gestão foram avaliados pelos representantes do MInfra.



“A supervisão ministerial é um importante instrumento para reforçarmos a política de governança do Ministério da Infraestrutura em todos os órgãos vinculados. Mostramos que a conformidade com as normas e a integridade na gestão só trazem benefícios para o Estado, servidores e toda a sociedade”, destacou a subsecretária de Conformidade e Integridade, Fernanda Oliveira.

Participaram das ações do Radar nestes dois dias representantes das áreas de Controle Interno; Ouvidoria (OUV); subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração e de Tecnologia da Informação (SGETI); Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias e Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 09/06/2022

GOVERNO FEDERAL DEFINE DATA DO LEILÃO DE CONGONHAS E MAIS 14 AEROPORTOS DA SÉTIMA RODADA

Após a chancela do Tribunal de Contas da União, Agência Nacional de Aviação Civil aprovou o edital que vai garantir R\$ 7,3 bilhões em investimentos privados nos terminais

O leilão da sétima rodada de concessões aeroportuárias, com o Aeroporto de Congonhas (SP) e outros 14 terminais, já tem data marcada para acontecer: 18 de agosto. **Após o aval do Tribunal de Contas da União (TCU)** <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2022/06/com-aprovacao-de-ajustes-pelo-tcu-governo-federal-lancara-edital-da-setima-rodada-aeroportuaria>), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou nesta segunda-feira (6) os documentos jurídicos, compostos por edital e contratos do certame, que está dividido em três blocos e será realizado na Bolsa de Valores, B3, em São Paulo.

Com previsão de investimentos de R\$ 7,3 bilhões, **os 15 aeroportos foram divididos em três blocos modelados visando atrair novo perfil de investidores do segmento para o certame** (<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/2022/02/ajustes-na-setima-rodada-aeroportuaria-sao-aprovados-e-seguem-para-analise-do-tcu>), melhorar a competição entre aeroportos e promover o desenvolvimento da infraestrutura desses terminais.

“O programa de concessões aeroportuárias completou 10 anos em 2021 e mostra que estamos nos caminhos certo para oferecer serviços de qualidade a população e ampliar a infraestrutura aeroportuária. Com o leilão, vamos garantir mais conectividade pelo transporte aéreo, com conforto, segurança e tecnologia a todos os passageiros, além de gerarmos aproximadamente 100 mil novos empregos”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Divisão

Os blocos da sétima rodada se dividem desta forma:

- Bloco Aviação Geral: Integrado pelos aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ), o lote tem R\$ 560 milhões em investimentos previstos. Outorga inicial: R\$ 141,4 milhões.
- Bloco Norte II: Formado pelos terminais aéreos de Belém (PA) e Macapá (AP), tem R\$ 875 milhões em investimentos previstos. Outorga inicial: R\$ 56,9 milhões.
- Bloco SP/MS/PA/MG: Formado pelos aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). O investimento previsto é de R\$ 5,889 bilhões. Outorga inicial: R\$ 740,1 milhões.

Com a sétima rodada de concessões, o Brasil deve atingir neste ano a marca de 49 terminais aéreos concedidos à iniciativa privada. Para 2023, está prevista a concessão do Santos Dumont, na oitava rodada, junto com o Aeroporto Internacional do Galeão, cujo concessionário pediu

recentemente a devolução do ativo à União, permitindo ao MInfra iniciar as tratativas para o processo de relicitação.

Edital

Propondo regulação flexível, compatível e proporcional ao porte de cada aeroporto em relação a tarifas, investimentos e qualidade dos serviços, a sétima rodada está mais exigente quanto ao nível de serviço.

Um mesmo proponente poderá arrematar os três blocos. Entretanto, o operador precisa comprovar experiência de processamento nos últimos cinco anos, de 1 milhão de passageiros para o Bloco Norte II e cinco milhões de passageiros para os blocos SP-MS-PA-MG. No caso do Bloco Aviação Geral, o processamento de passageiros deverá ser de no mínimo 200 mil passageiros ou, alternativamente, 17 mil movimentos de aeronaves (pousos e decolagens).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 09/06/2022

DUPLICAÇÃO DA BR-316/PI FAVORECE ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS E MINERAIS NO CERRADO PIAUIENSE

Trecho com cerca de 20 quilômetros de extensão liga a capital Teresina a mais de 20 municípios da região metropolitana e ao litoral de Alagoas



No Piauí, ministro Marcelo Sampaio também vistoriou as obras do viaduto do Mercado do Peixe - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Mais uma etapa da duplicação dos acessos que ligam Teresina (PI) aos municípios da região metropolitana do estado foi concluída nesta segunda-feira (6) com a entrega do trecho da BR-316/PI, que liga a capital ao município de Demerval Lobão. A rodovia federal é importante para o transporte de pessoas e para o escoamento da produção de grãos do cerrado piauiense, principalmente a soja, assim

como de manufaturados e minerais.

No total, o segmento que passa por intervenções tem 20,16 quilômetros de extensão e está com metade das obras finalizadas. Com R\$73,6 milhões em investimentos previstos, as obras de adequação de capacidade ligam Teresina ao litoral de Alagoas, abrangendo ainda outros 20 municípios em sua área de influência. A estimativa é que as intervenções beneficiem cerca de um milhão de pessoas na região metropolitana, com impactos diretos na redução de acidentes e melhoria da trafegabilidade.

As equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) executam o alargamento e a restauração na rodovia, pistas marginais nas travessias urbanas, dispositivos de drenagem, sinalização horizontal e vertical, paisagismo e proteção ambiental. O projeto da autarquia prevê ainda a construção de duas pontes e três passarelas, a construção de faixas de rolamento, acostamento externo, faixa de segurança no acostamento interno, além de canteiro central.

“Teresina era a única capital brasileira que não tinha seus acessos duplicados. Então, o que estamos fazendo aqui é mostrando nosso respeito ao cidadão, ao caminhoneiro. Essas obras certamente fomentarão o desenvolvimento dessa região que tem tantos atrativos e riquezas. Essa é uma obra que muda transforma a realidade da região e salva vidas”, afirmou o ministro Marcelo Sampaio, durante a cerimônia de entrega.



Mercado do Peixe

O Ministério da Infraestrutura trabalha ainda em outras benfeitorias no estado, como os projetos básico e executivo de adequação e duplicação no trecho de 22 quilômetros da BR-316/PI, de Demerval Lobão a Monsenhor Gil. Com a conclusão do material, a previsão é que a obra seja contratada em 2023.

Já as obras da construção da travessia urbana do Mercado do Peixe (BR-343/PI), no cruzamento com a Avenida Expedicionários, retomadas em março deste ano após paralisação por conta da pandemia, também foram vistoriadas pela comitiva do Governo Federal nesta segunda-feira (6). O empreendimento é considerado estratégico para melhorar a fluidez no tráfego e reduzir acidentes na área urbana de Teresina, uma vez que o fluxo diário no local é de 33 mil veículos.

A travessia urbana terá 120 metros de extensão divididos em três vãos de 40 metros, e está avaliado em torno de R\$ 18 milhões. No momento está com cerca de 85% dos serviços concluídos e a previsão de conclusão é setembro de 2022. O projeto faz parte do empreendimento de construção do Contorno de Teresina, na BR-343, que abrange 5,2 quilômetros e seis viadutos no total, com investimentos na ordem de R\$ 98 milhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 09/06/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

GOVERNO FEDERAL PRORROGA DRAWBACK PARA EXPORTAÇÕES POR MAIS UM ANO

Medida excepcional abrange operações nos regimes de suspensão e isenção; nova lei também harmoniza a desoneração do adicional ao frete no âmbito desses regimes

O presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou nesta quarta-feira (8/6) a Lei nº 14.366, que permite a prorrogação excepcional, por mais um ano, dos prazos para que os exportadores brasileiros realizem operações relacionadas aos regimes de drawback (concessão de isenção e suspensão de alguns tributos sobre materiais utilizados para a fabricação de mercadorias destinadas à exportação). A ampliação dos prazos tem o objetivo de ajudar na inserção internacional dos produtos voltados à exportação, além de reduzir os impactos da atual crise global.

“Tendo em vista a continuidade dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a economia mundial – sobretudo os impactos gerados na cadeia global de suprimentos, agravados mais recentemente pelo conflito militar na Ucrânia –, a prorrogação de prazos para cumprimento dos regimes de drawback suspensão e isenção é uma ação fundamental para evitar consequências desfavoráveis às empresas brasileiras que produzem e exportam os seus produtos para outros países”, afirmou o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz.

Segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), em 2021 foram exportados US\$ 61 bilhões com o emprego do mecanismo de drawback, o que representa 21,9% das vendas externas totais do Brasil no período. A extensão de prazo autorizada pela nova lei foi originalmente apresentada pelo governo federal por meio da Medida Provisória nº 1.079, de 14 de dezembro de 2021, e abrange tanto os atos concessórios de drawback com vencimento em 2021 como aqueles com validade até 2022.

Desoneração nas importações



Outra importante novidade adotada com a sanção da nova lei é a desoneração do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), incidente sobre as importações de insumos no âmbito do regime de drawback isenção. Para atender às normas sobre responsabilidade fiscal do país, a medida entrará em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Até a metade de 2018, o governo federal concedia a isenção do AFRMM exigido sobre as compras de mercadorias importadas dentro dos regimes de drawback suspensão e isenção. No entanto, o entendimento acerca da matéria mudou e o tributo começou a ser cobrado no contexto do drawback isenção.

Agora, o novo dispositivo sancionado soluciona o problema de discriminação e incongruência fiscal entre os diferentes regimes de drawback, ao restabelecer a harmonização do tratamento de desoneração do AFRMM. A medida aumenta a competitividade externa das empresas brasileiras, a partir da redução do custo de aquisição de itens utilizados na produção de bens que serão exportados.

Os dados da Secex mostram que o número de empresas que utilizam o drawback isenção está em crescimento, passando de 332 em 2015 para 696 no ano passado.

Investigação de origem

A lei sancionada também revoga o artigo 38 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que regulava a concessão de licença de importação em operações sujeitas a investigação de origem não preferencial. Pelo artigo, a licença somente seria aprovada após a conclusão da investigação, que ocorre quando há suspeitas de falsa declaração do país de origem pelos importadores para evitar o pagamento de medidas de defesa comercial – como os direitos antidumping – impostas pelo governo brasileiro.

A revogação foi necessária para ajustar os procedimentos à Lei do Ambiente de Negócios (Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021), que eliminou a exigência desse licenciamento na hipótese de investigação e reforçou a aplicação de penalidades em caso de serem detectadas condutas ilícitas na importação.

Remuneração do FAT Cambial

Em outra frente, a nova lei moderniza a legislação brasileira para acompanhar as mudanças no cenário financeiro internacional. Segundo a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Ana Paula Repezza, com a descontinuidade de divulgação da taxa Libor e a migração das principais agências de crédito à exportação para outras taxas, foi necessária uma atualização dos indicadores financeiros no âmbito dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) utilizados para apoio à exportação, por meio das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

“O novo normativo permite a continuidade do apoio oficial, mas com um aprimoramento, já que o BNDES passa a contar com fundos remunerados a taxas alinhadas à prática internacional, com a possibilidade de concessão de empréstimos em qualquer moeda de livre conversibilidade, contribuindo, assim, para a competitividade das exportações brasileiras”, explicou Repezza.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 09/06/2022

ENTIDADES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DECLARAM APOIO AO PROJETO CONSTRUA BRASIL

Iniciativa tem o objetivo de desburocratizar e industrializar o setor da construção, promovendo a melhoria do ambiente de negócios e gerando empregos

Parceiros do Projeto Construa Brasil, lançado em abril pelo governo federal, gravaram, em vídeo, mensagens em apoio à iniciativa. E declararam engajamento nas ações que vêm sendo



desenvolvidas para modernizar e simplificar processos, de forma a melhorar o ambiente de negócios da Construção Civil em três frentes: desburocratização, digitalização e industrialização.

“Parabenizo o Ministério da Economia pela forma inovadora de estabelecer parceria com entidades da Construção e viabilizar avanços na agenda de ações, para elevar a produtividade do setor no país”, disse o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), Rodrigo Navarro. Para Luiz Antonio Martins, presidente executivo da Associação Brasileira de Drywall, “a industrialização da construção civil é uma necessidade para o desenvolvimento, trazendo aumento de produtividade e a diminuição dos déficits de habitação e de infraestrutura”.

A diretora do Centro Brasileiro da Construção em Aço (CBCA), Débora Oliveira, também falou sobre a importância da construção industrializada, afirmando ser “uma ponte para o desenvolvimento”. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, destacou a tecnologia e a desburocratização como essenciais para que o setor se torne mais competitivo. “Precisamos ser mais eficientes para que possamos, por meio da infraestrutura e do investimento, ter uma economia mais pujante”, salientou.

Já o presidente da Associação Brasileira de Sistemas Prediais (Abrasip), Milton Gomes, destaca o uso do Modelo de Informação para a Construção (BIM, sigla para a expressão em inglês Building Information Modelling). “Apoiamos o Construa Brasil, principalmente no tocante ao BIM, que vem para revolucionar os projetos de obras. Apostamos pesado nessa inovação.” O BIM é uma tecnologia que permite a criação em modelos 3D de um edifício completo e mobiliado, com o uso de vários softwares, e inclui informações dos produtos utilizados, como instruções de instalação, consumo de energia, custos operacionais e vida útil, entre outros.

As palavras do executivo são reforçadas pelo presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmica para Revestimentos (Anfacer), Maurício Borges, que afirma que “o projeto está em sinergia com nosso compromisso de inovação, de desenvolvimento e de fortalecimento da cadeia da construção civil”.

Também no vídeo, Íria Lícia Doniak, presidente executiva da Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto (ABCIC), ressalta que “somente com a integração das metas do projeto, a construção civil alcançará a produtividade desejada”. Já o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco), Geraldo Defalco, destaca a desburocratização: “A redução da burocracia vai gerar maior competitividade, produtividade e geração de emprego.”

União e engajamento

A união das entidades e o engajamento no projeto foi ponto de destaque do vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia para Construção e Mineração (Sobratema), Paulo Oscar Neto, que falou da participação da entidade no grupo de trabalho da meta 9 do projeto Construa Brasil, referente à construção industrializada: “Com o grupo, debatemos pontos importantes do projeto e estamos gratificados por participar. O Construa Brasil alavancará a cadeia da construção.”

O presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Antônio França, enfatizou o trabalho da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia: “O projeto é fundamental e importante para nosso país”.

O presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), João Carlos Pimenta, ressaltou que vai preparar profissionais para modernizar a engenharia e aumentar a competitividade do setor. O presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), Eduardo Viegas, falou do engajamento da entidade: “Estamos desenvolvendo iniciativas para utilização do BIM, nas obras de infraestrutura, e visando a digitalização das frentes de engenharia, para aumentar a produtividade das obras.”



O presidente da Associação Brasileira da Construção Metálica (ABCEM), Alexandre Queiroz Schmidt, ressaltou o comprometimento do projeto para a melhoria do ambiente de negócios da construção, ao retirar barreiras e incentivar as empresas à modernização. E o presidente da Associação Nacional de Tecnologias do Ambiente Construtivo (Antac), Sergio Scheer, elogiou o Ministério da Economia pela iniciativa, assim como o presidente do BIM Fórum Brasil, Wilton Catelani.

Sobre o Construa Brasil

O projeto Construa Brasil é resultado do Termo de Colaboração celebrado entre o Ministério da Economia e a Rede Catarinense de Inovação (Recepeti). Suas iniciativas visam desburocratizar, digitalizar e industrializar o setor da Construção, promover a melhoria do ambiente de negócios e gerar empregos, elevando o PIB nacional. Para alcançar esses objetivos, foram traçadas metas relacionadas à agenda necessária para a modernização da Construção Civil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 09/06/2022

PROJETO DE LEI AUTORIZA UNIÃO A CEDER INTEGRALMENTE EXCEDENTE DE ÓLEO E GÁS NOS CONTRATOS DE PARTILHA

Medida permite transferência onerosa de ativos da União ao setor privado e a migração para uma agenda ambiental e socialmente responsável

O governo federal enviou, nesta quinta-feira (9/6), ao Congresso Nacional, projeto de lei que autoriza a União a ceder, de forma integral e definitiva, o direito à sua parcela do excedente em óleo e gás proveniente de contratos de partilha de produção e acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas, comercializados pela PPSA (Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A).

A PPSA é uma empresa pública federal, vinculada ao MME (Ministério de Minas e Energia), e tem por objeto principal a gestão, representando os interesses da União, dos contratos de partilha de produção e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. A Companhia tem por finalidade maximizar o resultado econômico desses contratos, observando as melhores práticas da indústria do petróleo.

Já o regime de partilha é caracterizado, dentre outros aspectos, pela participação compulsória da União, representada pela PPSA, no consórcio vencedor da licitação do bloco a ser explorado e pelo direito da União à parte do óleo e gás natural obtidos com a respectiva produção.

Ocorre que o modelo adotado até aqui faz com que a União compartilhe com os parceiros privados os riscos associados à exploração do petróleo. Além disso, para comercializar o óleo de propriedade da União, a PPSA deve exercer atividades similares a de traders privados, o que demanda ações complexas a fim de que a empresa estatal consiga maximizar as receitas da União.

Com a venda dos direitos da União previstos nos contratos de partilha, a PPSA deixaria de integrar os atuais contratos, fazendo com que as decisões empresariais passassem a ser tomadas por entes totalmente privados. A medida possibilitaria, ainda, a redução da presença do Estado na economia, por meio da transferência onerosa de ativos da União ao setor privado, e a diminuição da participação federal em energia suja, com recursos que poderão contribuir para financiar uma agenda ambiental e socialmente responsável.

“Estamos dando segurança jurídica para viabilizar a venda dos contratos de petróleo do regime de partilha em um momento em que o mundo experimenta a transição energética, migrando de fontes sujas para fontes limpas. Não faz sentido que o governo continue tendo contratos de

petróleo por décadas à frente, sabendo que países como a Inglaterra proibiram venda de veículos a combustão a partir de 2030”, avalia o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord. Segundo ele, “o atual cenário é ideal para garantir a segurança energética do Brasil e canalizar esforços para uma matriz verde, sustentável e renovável”.

RECEITA PÚBLICA - A medida aproveita a ocasião de alta expressiva nos preços do petróleo para maximizar a receita pública. Trata-se de uma oportunidade de monetização do petróleo e gás natural, que são patrimônio do povo brasileiro, em momento oportuno em que o preço do barril chegou ao maior valor dos últimos dez anos e há forte demanda por esse produto no mercado.

Ao mesmo tempo, a medida promoverá um melhor alinhamento entre as partes nos contratos de partilha, proporcionando mais eficiência à exploração de óleo e gás no pré-sal. Para garantir o respeito aos contratos de partilha e a segurança jurídica da transação, a cessão só poderá ocorrer se houver anuência do consórcio operador do respectivo contrato.

De acordo com a proposta, as receitas obtidas com a cessão de direitos da União não estarão vinculadas ao Fundo Social. Essa medida é importante porque, caso mantida essa vinculação, haveria ineficiência na gestão fiscal. Isso porque, dado o volume de recursos esperados, eles não teriam contrapartida de previsão de despesas no orçamento. Porém, não haverá qualquer prejuízo à execução das políticas públicas abrangidas pelo Fundo Social, uma vez que os recursos serão alocados normalmente no orçamento público conforme as prioridades definidas pelo Congresso Nacional.

MATRIZ ENERGÉTICA – Atualmente, a matriz energética brasileira é composta de 48,4% de fontes renováveis de energia e de 51,6% de fontes não renováveis. Nesse segundo grupo, 33,1% da energia é proveniente de petróleo e derivados, 11,8% de gás natural, entre outras fontes menores -- carvão mineral (4,9%), Urânio (1,3%) e outras (0,6%). Os dados são do Ministério de Minas e Energia.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 09/06/2022*

MARCELO GUARANY S DESTACA AÇÕES PARA SUPERAÇÃO DE DESAFIOS DA CONJUNTURA GLOBAL

Secretário-executivo do Ministério da Economia representou o ministro Paulo Guedes em agenda da OCDE em Paris



O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany s, destacou o conjunto de medidas implementadas pelo governo brasileiro para conter os efeitos negativos da conjuntura internacional durante sua participação, nesta quarta-feira (8/6), na reunião dos ministros de Economia da América Latina com o secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Mathias Cormann, em Paris, na França.



O secretário-executivo explicou que, para enfrentar o cenário desafiador da economia global, o governo prioriza três dimensões de ação: a proteção dos mais vulneráveis; a preservação de empresas e empregos; e a agenda de reformas macro e microeconômicas para melhorar o ambiente de negócios e aumentar o potencial de recuperação da economia brasileira.

Guaranys destacou, nesse contexto, o avanço da agenda de leilões, concessões e privatizações; a redução de impostos nos três níveis da Federação; e a implementação de política monetária para conter a taxa de inflação.

Reunião ministerial

Marcelo Guaranys integrou a Reunião Ministerial do Conselho da OCDE, que teve como tema central “Valores compartilhados: construindo um futuro verde e inclusivo” e foi concluída nesta quarta-feira (6/10) em Paris.

O Brasil participou da reunião na condição de parceiro-chave e de candidato à acessão à OCDE. O país se candidatou a membro-pleno da Organização em 2017 e já aderiu a 105 dos 253 instrumentos que compõem a entidade, enquanto dezenas de outros estão em análise. Isso faz do Brasil o país não membro com maior nível de alinhamento às normas da Organização.

A delegação brasileira foi chefiada pelo ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ciro Nogueira, e contou com a participação e do ministro do Trabalho e Previdência do Brasil, José Carlos Oliveira, e do secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 09/06/2022

SAIBA MAIS SOBRE O DECRETO QUE EXCLUI O VALOR DA CAPATAZIA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Normativo vale para operações realizadas em território nacional
PERGUNTAS E RESPOSTAS - EXCLUSÃO DO CUSTO DA CAPATAZIA

- ***O que é capatazia e que serviços ela compreende?***

Regulada pela Nova Lei dos Portos, a capatazia é o conjunto de tarefas executadas durante a movimentação das mercadorias nas instalações do porto – do navio até depois de sua passagem pela alfândega. Esse trabalho, pago por quem está adquirindo as mercadorias mediante a taxa de capatazia, inclui recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega. Compreende também o carregamento e a descarga de embarcações, quando realizados por equipamento portuário.

- ***Qual é o objetivo da edição do decreto?***

A exclusão do custo da capatazia da base de cálculo do imposto de importação (valor aduaneiro) permitirá a redução de custos de importação, promovendo uma abertura comercial transversal da economia, com impactos positivos na competitividade e na integração do país aos fluxos globais de comércio.

- ***Que dispositivo legal o decreto altera?***

O decreto altera o inciso II do artigo 77 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 do Regulamento Aduaneiro e está alinhado às diretrizes do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do governo federal. O decreto propõe a resolução para um tema que é objeto de debate jurídico recorrente e também atende o arcabouço jurídico multilateral de temas comerciais, ao se adequar às obrigações assumidas pelo Brasil com os parceiros do Mercosul e ao disposto no Acordo de Valoração Aduaneira da Organização Mundial do Comércio (OMC).

- **Quais os impactos orçamentários e financeiros do decreto?**

Segundo nota do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Coordenação de Estudos Econômico-Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, datada de 19 de outubro de 2021, os impactos orçamentários e financeiros decorrentes da proposta de exclusão das despesas de capatazia incorridas no território nacional da base de cálculo do imposto de importação provocará um impacto estimado para 2022 em R\$ 461,37 milhões e em R\$ 685,63 milhões para 2023.

- **Em termos fiscais, o que o decreto significa?**

A exclusão dos custos de capatazia não está sujeita às condicionantes estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma vez que a renúncia tem caráter geral e não se enquadra nas condições de renúncia de receita a que se refere a lei.

- **Quais são os cinco principais portos brasileiros em movimentação de carga?**

Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, Porto de Santos, Terminal Aquaviário de Angra dos Reis, Terminal Aquaviário de São Sebastião e Terminal de Tubarão.

- **Quais são as cinco principais mercadorias movimentadas?**

Minério de ferro, petróleo e derivados (óleo bruto), contêineres, petróleo e derivados (sem óleo bruto) e soja.

- **Qual foi o total da movimentação portuária no Brasil em 2021?**

Foi de 89, 207 milhões de toneladas.

- **Quantas instalações portuárias o Brasil possui?**

O Brasil possui um total de 175 instalações portuárias de carga, incluindo portos e terminais marítimos e instalações aquaviárias. Existem portos ao longo da nossa costa e no interior do país utilizando nossas extensas bacias hidrográficas.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 09/06/2022

PROJETO CONSTRUA BRASIL RECEBE CONTRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE PARA AUXILIAR MUNICÍPIOS NA DESBUROCRATIZAÇÃO DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Material orientativo tem como objetivo mostra a importância da harmonização entre os sistemas municipais de aprovação legal das construções na aplicação dos Códigos de Obra



*Trabalhadores da construção civil, operários reformam telhado de imóvel em obras no Centro do Rio. - * Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil*

Lançado recentemente pela Secretaria Especial do Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), o projeto Construa Brasil, no que diz respeito à desburocratização, vem apresentando diversas frentes de trabalho que tem o intuito de simplificar os processos. Neste sentido, uma das iniciativas foi a elaboração de guias orientativos para mostrar a importância da harmonização entre os sistemas municipais de aprovação legal das construções, no que diz respeito aos Códigos de Obras e Edificações e à concessão de alvarás de construção no país.

Os guias, que tem como objetivo melhorar o ambiente de negócios da Construção Civil, por meio de ações para desburocratizar, industrializar e digitalizar o setor, estão disponíveis em suas versões preliminares, abertas a contribuições da sociedade, no site do Construa Brasil. As



sugestões de melhorias nos documentos devem ser encaminhadas até o dia 17 de junho de 2022, para o e-mail construabrasil@economia.gov.br.

Os dois guias trazem, em seu conteúdo, as melhores práticas adotadas por municípios que modernizaram suas legislações urbanísticas e reduziram o excesso de burocracia no licenciamento e obtenção de alvarás de construção. Um deles é o de Boas Práticas para Códigos de Obras e Edificações, que apresenta diretrizes e conceitos básicos, técnicos, administrativos e legais, para orientar quanto à elaboração de regulamentos edilícios que tenham linguagem clara, acessível e simplificada, facilitando o entendimento e o cumprimento dos requisitos e análises municipais.

Meta 1: Convergência dos Códigos de Obras e Edificações (COE)

<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/ambiente-de-negocios/competitividade-industrial/construa-brasil/metas/convergencia-dos-codigos-de-obras-e-edificacoes-coe>

Meta 2: Melhoria do Processo de Concessão de Alvará para Construção

<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/ambiente-de-negocios/competitividade-industrial/construa-brasil/metas/melhoria-do-processo-de-concessao-de-alvara-para-construcao>

Assim, no conteúdo do guia, que é dividido em oito módulos, encontram-se sugestões para tornar o Código de Obras e Edificações (COE) mais atualizado, dicas para harmonizar as diretrizes dos Códigos municipais, legislação comentada, além de propostas de textos para construir uma minuta de COE. São 165 páginas, em formato digital, que podem ser acessadas de qualquer dispositivo móvel.

O segundo guia, de Boas Práticas para Obtenção de Alvarás de Construção, traz um rol de sugestões bem-sucedidas, identificadas em diferentes municípios, que permitiram melhorias e aprimoramentos importantes para eliminar o excesso de burocracia nos processos de licenciamento de obras, com ações de racionalização, integração e automatização de dados e procedimentos.

Voltado para gestores, servidores, empresários, profissionais da Engenharia e Arquitetura e estudantes, é repleto de informações sobre o cenário do licenciamento de obras, apresentando os gargalos e desafios para a celeridade desse processo, além de abordar o passo a passo para que o licenciamento se torne moderno, simples e ágil.

Seu conteúdo é complementar ao guia de boas práticas para os Códigos de Obras e Edificações que, juntos, reúnem diretrizes para tornar os processos simples, fazendo com que uma quantidade cada vez maior de obras e edificações sejam executadas de forma célere, legal e segura.

Os guias são uma importante fonte de orientação e, certamente, configuram-se como um meio para viabilizar a realização de ações conjuntas entre municípios, no desenvolvimento do mapeamento, no diagnóstico, na reestruturação e na implementação de novos processos.

Sobre o Construa Brasil

O projeto Construa Brasil é resultado do Termo de Colaboração celebrado entre o Ministério da Economia (ME) e a Rede Catarinense de Inovação (Recepeti). Todas as suas iniciativas visam a desburocratizar, digitalizar e industrializar o setor da construção, promovendo a melhoria do ambiente de negócios e, conseqüentemente, gerando empregos, elevando o Produto Interno Bruto (PIB) nacional e contribuindo para a retomada da economia brasileira. Para alcançar esses objetivos, foram traçadas nove metas relacionadas à agenda da construção civil, entre as quais o incentivo à construção industrializada, a difusão do BIM e o estímulo à aplicação de novas tecnologias.



Para mais informações sobre o projeto Construa Brasil e acesso aos Guias Orientativos, acesse www.gov.br/economia/construabrasil.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 09/06/2022

DECRETO EXCLUI DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO O VALOR DA CAPATAZIA REALIZADA EM TERRITÓRIO NACIONAL

Medida reduz custos de importação e traz impactos positivos na competitividade e na integração do país aos fluxos globais de comércio

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira (7/6) o Decreto nº 11.090 de 7 de junho de 2022, que exclui, da base de cálculo do imposto de importação (valor aduaneiro), o custo da capatazia em território nacional. Essa exclusão permitirá a redução de custos de importação, promovendo uma abertura comercial transversal da economia, com impactos positivos na competitividade e integração do país aos fluxos globais de comércio. A proposta é de autoria do Ministério da Economia.

A capatazia é a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e a descarga de embarcações, quando efetuado por aparelhamento portuário, segundo nova Lei dos Portos.

O decreto que saiu nesta quarta-feira (8/6), no Diário Oficial da União (DOU), altera o inciso II do artigo 77 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 e está em harmonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto aos parceiros do Mercosul e à Organização Mundial do Comércio (OMC).

De acordo com a Secretária Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Daniella Marques, “o decreto assinado pelo presidente Bolsonaro, ao reduzir os custos de importação de forma generalizada, promove uma melhor alocação de recursos pelo setor produtivo, corroborando para a conformação de uma economia mais eficiente e competitiva, e reafirma o compromisso com a redução do Custo Brasil”.

Além disso, a secretária frisa que “a redução é horizontal para toda a economia, reduzindo potencialmente custos para consumidores e empresas instaladas no Brasil, com consequente impacto na competitividade do país e, finalmente, está alinhada com as diretrizes do governo de se promover a abertura comercial”.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 09/06/2022

GOVERNO FEDERAL LANÇA PROGRAMA APROXIMA, QUE CEDE IMÓVEIS PÚBLICOS DESOCUPADOS PARA HABITAÇÃO SOCIAL

Iniciativa vai oferecer a famílias de baixa renda mais oportunidades de ter acesso à moradia por meio de imóveis públicos federais desocupados em áreas urbanas com infraestrutura ampla

O governo federal, por meio dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Economia (ME), lançou, nesta terça-feira (7), o Programa Aproxima, que integra as ações do Casa Verde Amarela. A iniciativa vai oferecer a famílias de baixa renda a oportunidade de ter acesso à moradia por meio de imóveis públicos federais desocupados em áreas urbanas com infraestrutura ampla.

O programa Aproxima busca reduzir os custos do governo federal com a produção de moradias populares. Terrenos da União que não estejam sendo usados poderão ser oferecidos por meio de



licitação realizada pelas prefeituras e pelo Distrito Federal, que também ficarão com a responsabilidade de selecionar e indicar as famílias beneficiárias.

Além da habitação social, o novo programa vai possibilitar, em um mesmo empreendimento, a realização de projetos que promovam o seu uso econômico, tais como a construção de shoppings, estacionamentos e estabelecimentos de prestação de serviços, fomentando a área ocupada.

“Este programa tem uma grande inovação, porque traz junto a iniciativa privada, que será a responsável por apresentar propostas de exploração das áreas públicas como contrapartida à disponibilização de unidades habitacionais”, destaca o secretário nacional de Habitação do MDR, Alfredo dos Santos. “Esperamos que a iniciativa privada perceba esse grande potencial e, com isso, possamos atender cada vez mais famílias que necessitam do acesso à moradia de interesse social”, completa.

Criado por meio de Portaria Interministerial, o Aproxima integra o Programa Casa Verde e Amarela e busca enfrentar um problema histórico no País, o déficit habitacional. A ação será destinada a famílias de renda bruta até cinco salários mínimos, facilitando o acesso à moradia digna, aos locais de emprego e aos serviços urbanos.

Para o secretário Alexandre Ywata, da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), ligada a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME), o programa Aproxima é uma importante iniciativa do governo federal para dar uso útil ao patrimônio público representado pelos imóveis da União. “Não tem sentido segurar imóveis bem localizados da União sem ocupação ou subutilizados nas cidades, enquanto elas crescem para os lados, aumentando os custos de acesso à infraestrutura, saneamento, energia, e aumentando os tempos de deslocamento a empregos, escolas etc. Ao colocar esses imóveis para o mercado desenvolver, oferecendo moradia social junto com outros usos, nós estamos ajudando não só as cidades a se desenvolverem, mas também reduzindo as desigualdades no espaço urbano. E melhor, sem usar o orçamento da União, pois o empreendedor privado irá usar o próprio empreendimento para se financiar”, aponta Ywata.

As unidades habitacionais de interesse social produzidas nos empreendimentos contratados serão disponibilizadas de acordo com opções de destinação previstas pelo programa Casa Verde Amarela.

“O mérito do Aproxima é conseguir viabilizar a destinação de imóveis públicos da União para habitação de interesse social voltadas a famílias de baixa renda. Tudo isso sem ter o custo do orçamento geral da União. A vantagem é que o programa não compete por orçamento com outros”, explica o secretário-executivo do MDR, Helder Melillo.

Chamamento de municípios e Distrito Federal

Durante o lançamento, foi divulgada a portaria de chamamento aos municípios e ao Distrito Federal para indicação de terrenos federais a serem utilizados no programa Aproxima. A solicitação deve seguir os critérios da Portaria Nº 3.723, de 27 de abril de 2022 e ser feita mediante preenchimento do formulário “Indicação de Imóvel para o Programa Aproxima”, disponível neste link.

O requerimento leva até 90 dias corridos para ser analisado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que se manifestará por intermédio do seu site. A lista de imóveis também ficará disponível no portal.

Segundo a secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, Fabiana Rodopoulos, da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SEDDM/ME), além de proporcionar o direito à moradia às famílias de baixa renda, o programa Aproxima vai possibilitar um melhor

aproveitamento do patrimônio imobiliário da União. “Vai garantir o cumprimento da função social da propriedade no direcionamento de imóveis para essa nova política habitacional em áreas urbanas bem localizadas, com infraestrutura instalada, de forma a otimizar e racionalizar custos, além de promover o desenvolvimento urbano mais sustentável nas cidades brasileiras”, destaca.

“O Governo Federal conta com a participação dos municípios na indicação de imóveis que possam fazer parte do programa para promoção, não somente de construção de moradia, mas também de acesso aos demais serviços essenciais aos futuros beneficiários”, finaliza a secretária.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 09/06/2022

PAULO GUEDES REFORÇA PAPEL DO BRASIL PARA SEGURANÇA ENERGÉTICA E ALIMENTAR, EM REUNIÃO DO BRICS

Durante a 2ª reunião de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do grupo, ministro destacou quadro de recuperação da economia brasileira

O ministro da Economia, Paulo Guedes, reforçou nesta segunda-feira (6/6) a importância do Brasil como parceiro estratégico com capacidade de contribuir para a segurança energética e alimentar internacional. Ele participou da 2ª reunião de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais do Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no formato virtual, para tratar das perspectivas macroeconômicas e da coordenação das atividades do grupo.

Guedes comentou os desafios atuais da conjuntura econômica internacional, no cenário da retração gradual da pandemia da Covid-19 e do conflito na Ucrânia, com destaque para o aumento da inflação global, a desaceleração das taxas de crescimento econômico mundial e as interrupções das cadeias globais de oferta de suprimentos.

Nesse contexto, o ministro apresentou os dados recentes do quadro fiscal brasileiro, a redução da taxa de desemprego, os resultados do programa de vacinação contra a Covid-19, o avanço da agenda de reformas estruturantes e o aumento na taxa de investimentos no país – com destaque para o aumento da participação do setor privado. Segundo ele, o Brasil apresenta as condições para se tornar o parceiro capaz de suprir o mercado internacional com energia limpa e verde, além de atender às necessidades de alimentos no mundo em meio à crise atual.

Coordenação de políticas

Os ministros de Finanças e presidentes do Bancos Centrais do Brics também discutiram a coordenação das políticas entre os países-membros, os investimentos em infraestrutura – tema das Parcerias Público-Privadas (PPPs) –, a estratégia geral do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e a formação de uma rede de centros de pesquisa (think tanks network) em finanças do grupo.

Quanto à coordenação de políticas, os participantes da reunião concordaram em dar continuidade à cooperação em infraestrutura e à formação da rede de think tanks em finanças. Enfatizaram, também, a importância de cooperação para a recuperação econômica, a transição verde, as finanças sustentáveis e o desenvolvimento de mercado de carbono.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 09/06/2022

A operação, que envolve a primeira usina de biodiesel do Brasil a utilizar o transporte na costa brasileira, conta com a neutralização das emissões de CO2 através do Programa Carbono Neutro Norsul

A Norsul, empresa de logística multimodal com soluções inovadoras de Norte a Sul, criou uma rota inédita de Cabotagem para a BSBIOS, empresa do ECB Group e líder nacional em biodiesel no Brasil, realizando o primeiro transporte deste biocombustível com neutralização de 100% das emissões de gases de efeito estufa. O trajeto feito pelo navio Taruca começou no Porto de Paranaguá, no Paraná, e seguiu em direção ao Porto de Suape, em Pernambuco. O transporte durou cerca de 14 dias e marca a estreia do fornecimento do biocombustível da BSBIOS para a região Nordeste.



Norsul cabotagem

Ao todo, foram transportados quatro milhões de litros de biodiesel, que saíram da usina da BSBIOS em Marialva, no Paraná, e serão fornecidos a três distribuidoras de combustíveis no Nordeste. A totalidade das emissões oriundas deste modal foi neutralizada através do Programa Carbono Neutro Norsul, que já contabiliza mais de 450.000 toneladas de CO2 neutralizadas desde o início do projeto, em 2020. "Estamos muito felizes em poder colaborar ampliando a rota da BSBIOS de

maneira sustentável, explorando todo o potencial da nossa área de Novos Negócios, desenvolvida justamente para trazer novas soluções aos nossos clientes, possibilitando-os de irem além", comemora Gustavo Paschoa, Diretor de Novos Negócios da Norsul.

O processo para a operacionalização da nova rota levou 90 dias e contou com integração dos times de ambas as empresas trabalhando em parceria e encontrando na Cabotagem (navegação entre portos de um mesmo país ou a distâncias pequenas, dentro das águas costeiras) a melhor solução logística e ambiental para o transporte da carga. "Nossa atuação é pautada no monitoramento e na busca de soluções que possam aprimorar os processos de forma que os impactos ambientais causados por nossas operações sejam reduzidos. A escolha por este modal com a Norsul vai ao encontro dos nossos objetivos estratégicos de sustentabilidade", afirma Leandro Luiz Zat, Diretor Comercial da BSBIOS.

"Somos a primeira empresa 100% carbono neutro do mundo no segmento de Cabotagem com o Programa Carbono Neutro Norsul, utilizando créditos gerados pela preservação de mata nativa e, também, nos Aterros Sanitários. Desde 2020, neutralizamos todas as emissões de CO2 nos modais marítimo, ferroviário e rodoviário", destaca Paschoa. A iniciativa visa a preservar as florestas em pé e reduzir o desmatamento, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e apoia a conservação de estoques de carbono. Já os Aterros Sanitários capturam metano e o transformam em BioMetano que, futuramente, poderá ser utilizado como combustível alternativo para embarcações de emissão zero.

A operação, que beneficia ambas as partes, fomenta a expansão dos negócios da BSBIOS e amplia rotas da Norsul. "Estamos muito felizes e satisfeitos em desenvolver uma nova rota de mercado a quatro mãos. Chegamos pela primeira vez neste formato com o nosso biodiesel à região Nordeste, ampliando ainda mais a nossa atuação e levando produtos de qualidade e excelência que contribuem para a descarbonização", conclui Zat.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 09/06/2022

MODERNIZAR A MALHA FERROVIÁRIA DO PORTO DE SANTOS

Editor Portogente

As redes globais de produção impõem às empresas a adoção de estratégias para minimizar os riscos de interrupção no fornecimento.



Oportuno debater as ferrovias do Porto de Santos à luz da recente junção das empresas públicas Valec e EPL, para criar a Infra S.A. A primeira, focada no planejamento e engenharia de estradas de ferro. A EPL, voltada ao planejamento logístico e integração das múltiplas estruturas modais nacionais, abrangendo o programa de desestatização do porto de Santos. Na perspectiva da movimentação ferroviária do principal porto brasileiro, há um potencial de mais de 100 milhões de toneladas,

dependendo de projeto adequado,

Leia também

*** Potencializar o Porto de Santos como nó de rede logística global**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114850-potencializar-o-porto-de-santos-como-no-de-rede-logistica-global>

Nos 90 anos de concessão da Companhia Docas de Santos, essa movimentação ferroviária, dos trens de operadoras ferroviárias, como a Santos-Jundiaí e Sorocabana, dentro da área portuária era realizada pela concessionária do porto. A criação da Portofer Transportes Ferroviários, que administra a malha ferroviária do Porto de Santos, uma jabuticaba em que o operador disputa preferência de tráfego, deve inspirar uma terceira empresa para essa movimentação, como acesso ao porto, conjuntamente com a dragagem e a manutenção das vias rodoviárias.

Leia também

*** Ferrovia do Porto de Santos pode ser modelo para o Brasil**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/113838-ferrovia-do-porto-de-santos-pode-ser-modelo-para-o-brasil>

Considerando a vigência por 35 anos para o contrato de privatização do Porto de Santos, há muito que ser discutido na busca de uma modelagem produtiva, com excelência operacional. Pois, apesar do atraso que se verifica no desenvolvimento do acesso ferroviário, ainda possibilitou o crescimento da movimentação como produtividade dos terminais portuários. Entretanto, dentro e fora da poligonal, são necessários investimentos robustos, para dar maior agilidade na movimentação de cargas por ferrovias.

Leia também

*** Desestatização do Porto de Santos fica para o próximo governo**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114702-desestatizacao-do-porto-de-santos-fica-para-o-proximo-governo>

Trata-se de inovar o modo de operar o modal ferroviário no Porto de Santos, com composições longas e ágeis, sem desmembrar os vagões do trem e incluindo o transporte de contêineres. No planejamento do desenvolvimento, devem ser adotados parâmetros operacionais de grandes ferrovias, considerando as complexidades técnicas e conjugando o trem com os terminais. Daí ser prioridade a construção da pera ferroviária da margem esquerda na visão de eliminar gargalos.



Leia também

*** Futuro do Porto de Santos depende do olhar da comunidade**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114795-futuro-do-porto-de-santos-depende-do-olhar-da-sociedade>

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, Mário Povia, tem conhecimento apurado e o talento necessário para produzir uma resultante eficaz do programa de desestatização do Porto de Santos, em curso. É preciso tratar as possibilidades com horizonte mais amplo do que o considerado até agora. Como Portogente já adiantou, esse processo não será concluído este ano e nem a desestatização ocorrerá, se Lula voltar a ser presidente. Decerto, com qualquer resultado eleitoral, as reformas devem ser implementadas.

Leia também

*** Novo secretário de portos representa avanços para o Porto de Santos**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114854-novo-secretario-de-portos-representa-avancos-para-o-porto-de-santos>

A conjuntura mundial do comércio marítimo, principalmente, as novas tecnologias e os objetivos ESG (Ambiental, Social e Governamental – em português) estabelecem padrões operacionais que requerem a reforma do Porto de Santos. Principalmente para atrair investimentos internacionais. Ainda que seja uma tarefa hercúlea, mesmo assim, a sua comunidade portuária poderá garantir o melhor resultado. Não há tempo a perder.

Leia também

*** Portos do Brasil estão inadequados para o novo arranjo mundial**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114832-portos-do-brasil-estao-inadequados-para-o-novo-arranjo-mundial>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 09/06/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - O DESAFIO DO NOVO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

Os setores de transporte e portuário têm se deparado com novos paradigmas e não podem - nem devem - fugir deles. A princípio, eles até podem assustar os mais tradicionais, mas, quando analisados calmamente, se mostram ferramentas estratégicas para a gestão desses segmentos e a criação de novas oportunidades de negócios.

Essas novas “visões de mundo” foram o destaque dessa primeira edição do Think Tank Brasil Export, promovido pelo Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária e organizado por seus conselhos temáticos: Internacional, Feminino, ESG e Tech. Realizado nos últimos dois dias no hub de inovação Cubo Itaú, em São Paulo (SP), o evento abordou temas como a necessidade de uma maior parceria comercial entre Brasil e Portugal, especialmente diante do conflito na Ucrânia; as oportunidades criadas pelas startups e a importância de elas serem bem acolhidas pelo mercado; os desafios envolvendo a implantação de políticas de inclusão nas empresas de transporte e portuária e, ainda, o surgimento de um novo mercado ambiental, com o potencial de impulsionar a economia brasileira.

Enfim, novos paradigmas para a realidade dos segmentos de logística, portos e transporte e de suas empresas.



Os debates ocorridos durante o Think Tank mostraram mais do que a importância dessas novas tendências. Os painéis foram além e evidenciaram como essas novas visões podem levar a grandes oportunidades de negócios e desenvolvimento para as empresas desses campos.

Ficou evidente que boa parte dos setores privado e público reconhecem os novos caminhos apontados por essas mudanças. Mas ainda há autoridades e players que não perceberam a evolução da sociedade e de seus valores. E, nessa ignorância, quer proposital ou acidental, colocam em risco sua própria viabilidade. São como as vítimas da esfinge, que não conseguem entender o desafio proposto pelo ser mítico, a pergunta feita, e, assim, são devorados.

O mercado está evoluindo e, nessa jornada, tem se tornado mais inclusivo, aberto à inovação tecnológica, buscando reduzir o impacto ambiental de suas atividades e buscando firmar parcerias internacionais, como atestaram os painéis do Think Tank. Aqueles que já perceberam essas mudanças estão correndo para aproveitar as oportunidades que surgem - o que ainda envolve a superação de novos desafios e a mudança de valores. Já os que teimam em ignorar tais mudanças correm um grande risco. E podem ser esquecidos, ficando à margem nessa jornada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CARBONO 1

As mudanças climáticas e as políticas que os países têm e terão de adotar para conter os impactos dessas alterações ambientais vai impulsionar fortemente a economia do Brasil, que pode iniciar uma “era de ouro” de desenvolvimento. A análise é do diretor de Operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ricardo Wiering de Barros, e foi apresentada na tarde de ontem, durante sua participação no Think Tank Brasil Export, em São Paulo (SP).

CARBONO 2

Para o executivo do BNDES, cada vez mais países terão de compensar suas emissões de carbono, criando um mercado financeiro de compensações. “E nenhum outro país tem condições de sequestrar e armazenar carbono na nossa escala”, disse, referindo-se às matas nacionais, “nosso patrimônio ambiental” - que vão dar ao Brasil um protagonismo global, destacou.

CARBONO 3

Segundo ele, uma das prioridades do banco é viabilizar esse novo mercado.

HIDROGÊNIO 1

O diretor do BNDES também afirmou que a preocupação dos países com as mudanças climáticas e a busca por combustíveis de menor ou zero impacto foram “antecipadas”, diante da invasão russa da Ucrânia, que afetou o fornecimento de combustíveis fósseis na Europa.

HIDROGÊNIO 2

“No final do ano passado, discutimos o hidrogênio verde, considerando que essa seria uma pauta para o final da década. Mas, agora (com a guerra na Ucrânia), a Alemanha quer um leilão (de hidrogênio verde) no ano que vem, com uma perspectiva de investimento de US\$ 1 bilhão. Queremos viabilizar essa solução no Brasil. Veja que a agenda do final da década de 20 vai acontecer nos próximos anos”, disse Ricardo de Barros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL - GOVERNO REDUZ CUSTO DE MERCADORIAS IMPORTADAS

Decreto exclui valores de capatazia da base de cálculo de imposto e possibilita maior abertura do mercado

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



Segundo Daniella Marques, a redução é "horizontal para toda a economia, reduzindo potencialmente custos para consumidores e empresas instaladas no Brasil"

A CAPATAZIA É A ATIVIDADE DE MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS NAS INSTALAÇÕES DENTRO DO PORTO, COMPREENDENDO RECEBIMENTO, CONFERÊNCIA, TRANSPORTE INTERNO, ABERTURA DE VOLUMES PARA A CONFERÊNCIA ADUANEIRA, MANIPULAÇÃO, ARRUMAÇÃO E ENTREGA, BEM COMO O CARREGAMENTO E A DESCARGA DE EMBARCAÇÕES, QUANDO EFETUADO POR APARELHAMENTO

O Governo Federal editou um decreto retirando o custo da capatazia em território nacional da base de cálculo do imposto de importação. A publicação aconteceu no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (8).

O objetivo do decreto é reduzir os custos de importação, promover uma maior abertura da economia neste setor e uma tentativa de controlar os preços. Serão excluídos somente os gastos incorridos no território nacional a partir da entrada em vigor.

Anova Lei dos Portos define a capatazia como a atividade de movimentação de mercadorias nas instalações dentro do porto, compreendendo recebimento, conferência, transporte interno, abertura de volumes para a conferência aduaneira, manipulação, arrumação e entrega, bem como o carregamento e a descarga de embarcações, quando efetuado por aparelhamento portuário.

Dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) esmaram um custo médio anual com a capatazia dentro dos portos de R\$ 3,2 bilhões. Apesar de a proposta implicar perda de arrecadação, estimada em R\$ 461,37 milhões, o Governo não precisa de compensação porque o Imposto de Importação objetiva somente regular o mercado. Somente tributos com fins arrecadatórios exigem medida compensatória.

De acordo com a secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Daniella Marques, "o decreto assinado pelo presidente Bolsonaro, ao reduzir os custos de importação de forma generalizada, promove uma melhor alocação de recursos pelo setor produtivo, corroborando para a conformação de uma economia mais eficiente e competitiva, e reafirma o compromisso com a redução do Custo Brasil".

Ainda segundo Daniella Marques, "a redução (dos custos de capatazia) é horizontal para toda a economia, reduzindo potencialmente custos para consumidores e empresas instaladas no Brasil", afirmou.

De acordo com o Governo, a medida "está em harmonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto aos parceiros do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio".

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/06/2022

NACIONAL - ICMS: RELATOR ALTERA GALHO DE COMPENSAÇÃO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

Mecanismo de correção somente será acionado caso haja perda de arrecadação de ICMS superior a 5% nos produtos angidos pelo PLP 18/2022

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



O senador Fernando Bezerra deverá ler o relatório na sessão plenária do Senado desta quinta-feira. A votação ainda é incerta

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) fez mudanças no Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que estabelece um teto de 17% para o ICMS cobrado sobre os combustíveis. O texto inclui combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte na categoria de bens e serviços essenciais, o que impede a aplicação de tributos com alíquotas iguais às dos produtos listados como supérfluos.

Entre as principais alterações propostas por Bezerra, que é o relator do PLP no Senado, está a mudança no gatilho compensatório proposto pelo texto aprovado na Câmara dos Deputados. O projeto aprovado pelos deputados previa que o galho seria acionado caso o estado ou município comprovasse uma perda superior a 5% de arrecadação no recolhimento total do ICMS sobre todos os produtos.

Porém, o novo relatório determina que o galho de 5% seja acionado apenas em relação aos bens e serviços definidos dentro do PLP 18/2022 – combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Além disso, a compensação será feita sobre o serviço da dívida e não sobre o estoque. Ou seja, a contrapartida da União para o ressarcimento dos prejuízos não será por abatimento do total da dívida que os estados e municípios têm com o Governo. A compensação virá diretamente na parcela de pagamento de dívidas a serem pagas ao estado.

Segundo Bezerra, as mudanças vieram após discussões realizadas entre o Senado e representantes dos estados e municípios. O objetivo das alterações é fazer com que as perdas sejam compensadas diretamente nas parcelas da dívida.

"Eles terão perdas de receita. Isso é fato. A proposta como veio da Câmara trazia uma compensação no estoque da dívida, o que não representaria muito do ponto de vista do fluxo. A ideia é, como eles terão perdas de receita imediata, que também sejam imediatamente compensados", disse.

Além disso, o relator incorporou em sua proposta a redução a zero das alíquotas de PIS/Cofins e PIS/Cofins-Importação sobre a gasolina, o álcool hidratado combustível e o álcool anídrico. A introdução, segundo o parlamentar, aconteceu após a reunião realizada no gabinete do presidente Jair Bolsonaro (PL) que, para buscara aprovação do PLP 18/ 2022, propôs zerar o PIS/ Cofins e a Cide sobre gasolina e etanol.

Cálculo do ICMS

O emedebista manteve a base média do cálculo do ICMS para o diesel. Com isso, fica atendida a Lei Complementar 192/ 2022 que define que o cálculo terá como base a média dos últimos 60 meses, em atendimento à Lei Complementar 192/2022.

O objetivo é fazer com que não aconteçam revisões por parte do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que, para driblar os impactos projetados aprovou, em março, a alíquota máxima de R \$1,0060 por litro do diesel S10 – o mais usado no País.

A mudança de valores está sendo discutida no Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que a Advocacia Geral da União (AGU) entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI)



alegando que o convênio do Confaz teve como único propósito criar um "fator de equalização" da arrecadação tributária para cada estado e impedir possíveis impactos legais trazidos pela lei.

Sem acordo

Ao longo de todo o dia foi possível ver representantes de estados e municípios circulando no Senado. O relator, juntamente com outros senadores, realizou duas reuniões nesta quarta-feira (8): a primeira, na parte da manhã, foi realizada com os governadores e a segunda, na parte da tarde, com os secretários estaduais da Fazenda.

Logo na primeira reunião já era possível perceber que tanto os estados e municípios como parlamentares não iam chegar a um acordo sobre o PLP. Em coletiva de imprensa após a reunião na parte da manhã, o governador da Bahia, Rui Costa, disse que a atual proposta na mesa vai acabar retirando recursos da saúde, da educação e da segurança para garantir altos lucros da Petrobras, das importadoras de petróleo e das distribuidoras.

O ICMS sobre o óleo diesel está congelado desde novembro do ano passado, quando o combustível estava custando R\$ 4,90, e hoje já está R\$ 7. Essa diferença foi para o bolso de quem? O consumidor se beneficiou? Claro que não. Obviamente todos querem a redução dos preços, mas o problema é escolher o caminho mais eficaz para esse objetivo. Esse caminho escolhido pelo Governo não trará benefícios aos cidadãos", disse o governador;

Na parte da tarde a situação se manteve. O encontro, segundo o presidente do Comitê Nacional de Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), Décio Padilha, não resultou em acordo entre senadores e estados e municípios.

"Até o momento não vemos nenhum acordo. Não conseguimos chegar a um termo que os secretários acreditem ser o melhor caminho. Uma ou outra coisa caminha, mas os essenciais ainda não estão como os estados entendem como deve ser", falou.

A proposta está na pauta do plenário do Senado desta quinta-feira (8). O relatório deverá ser lido, mas ainda não se sabe se a votação acontecerá no mesmo dia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL – CÂMARA APROVA PROJETO QUE DÁ TRANSPARÊNCIA AOS PREÇOS DOS COMBUSTÍVEIS

A multa prevista às empresas que descumprirem os envios varia entre R\$ 5 mil a R\$ 1 milhão.

Por TALES SILVEIRA tales@portalbenews.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou, nessa terça-feira (7), o Projeto de Lei (PL) 3.677/2021, que obriga a divulgação mensal dos valores que compõem os preços da gasolina, diesel, etanol e gás aos consumidores. A proposta vai ao Senado.

De acordo com a proposta, fica estabelecido que os agentes econômicos atuantes na indústria do petróleo o devem enviar à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) os dados que compõem os preços de seus produtos, como o custo médio de produção de petróleo e gás natural. A multa para descumprimento varia entre R\$ 5 mil a R\$1milhão.

O texto é de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PTMG) e da bancada do PT. O relator, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), enviou a proposta em forma de substitutivo – quando o relator de determinada proposta introduz mudanças a ponto de alterá-la integralmente.

Inicialmente, o projeto buscava tratar somente da Petrobras, mas Arnaldo Jardim afirmou que a Petrobras "há muito não possui mais monopólio" no abastecimento interno dos principais

derivados de petróleo. Portanto, o parlamentar propôs estender o conteúdo do projeto a todos os agentes econômicos atuantes na indústria do petróleo e de biocombustível.

Ainda de acordo com o substitutivo, a ANP também deverá informar, mensalmente, em seu portal na internet a composição dos preços médios ao consumidor nas capitais dos estados. Os informes são para os componentes da gasolina automotiva, do óleo diesel, do gás liquefeito de petróleo (GLP), do querosene de aviação (QAV) e do etanol hidratado.

O relator retirou do texto a proibição de a Petrobras exportar petróleo caso o mercado interno estivesse desabastecido. "Hoje, o petróleo e derivados é o terceiro item de exportação do nosso País", disse o parlamentar.

Segundo o autor do projeto, a medida dará transparência à composição dos preços. Com isso ficará provado que as empresas do setor praticam lucros excessivos.

"Nós vamos comprovar, com a transparência, que o Brasil produz um barril de petróleo a 40 dólares no máximo, 60% mais barato do que o preço internacional", falou.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 09/06/2022*

NACIONAL - BNDES ESTRUTURA CONCESSÃO DE AVOS AMBIENTAIS E APRESENTA CRÉDITO ESG

O diretor de Operações do banco, Ricardo Barros, afirmou que órgão de fomento está investindo em projetos e quer viabilizar o mercado de carbono

Por BÁRBARA FARIAS barbara@portalbenews.com.br



Participaram do painel Ricardo Barros e Manoel Brito (ambos do BNDES), Marcelo Sobreira (Portugal Export), João Amaral (Conselho ESG do Brasil Export) e Marcelo Sammarco (Conselho ESG do Brasil Export)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está estruturando o "maior programa de concessão de avos ambientais do mundo". É o que afirmam representantes do banco de investimentos que participaram do painel "Novo olhar para infraestrutura, sustentabilidade e investimentos para o crescimento do Brasil", do Bloco do Conselho ESG do Brasil Export, no fórum Think

Tank, realizado na tarde de ontem, no Cubo Itaú, em São Paulo (SP).

O diretor de Operações do BNDES, Ricardo Barros, afirmou que o banco está investindo em projetos e quer viabilizar o mercado de carbono. "O BNDES lançou um projeto piloto. A nossa ideia é investir ainda mais em projetos de carbono, viabilizar o mercado, porque nós achamos que o resultado dessa equação, desse novo contexto geopolítico global, onde o mundo precisa de segurança alimentar e cadeias produtivas próximas e com países amigos, capacidade de produção de energia renovável a custos competitivos, patrimônio ambiental, e que vamos exportar a nossa vantagem competitiva, a commodity carbono vai nos trazer uma fase virtuosa de reindustrialização nacional, inclusive, atraindo empresas para transferirem suas plataformas de produção para o Brasil, o que vai nos trazer desafios para desenvolvermos a nossa infraestrutura para dar suporte a esse investimento. Para isso, no BNDES a gente está tomando várias medidas", afirmou Barros.

As medidas, segundo Barros, são as diversas linhas de crédito ESG, pontuadas durante o painel pelo assessor da Diretoria de Planejamento do BNDES, Manoel Francisco Brito. São eles: "o

BNDES Debêntures em Ofertas Públicas, que inclui a redução de 10% na remuneração caso a emissão possua uma certificação ou segunda opinião sobre sustentabilidade; o BNDES Crédito ASG (ESG) — o grande exemplo é o Renova Bio, que tem sido muito relevante para aumentar a eficiência e produtividade dos nossos campos de cana, sem que o Brasil precise abrir novas áreas de plano —; o BNDES Baixo Carbono, cuja função é financiar máquinas e equipamentos eficientes; o BNDES Parques e Florestas, que flexibiliza garantias para apoiar investimentos no âmbito de concessões públicas de parques nacionais e estaduais ou municipais, na conservação ambiental, educação ambiental etc”, apontou Brito.

“O BNDES está estruturando, através do seu banco, o maior programa de concessão de avos ambientais do mundo. Esses projetos têm 51 parques, 33 florestas, 14 milhões de hectares em concessões, é o equivalente a 1,4 da área de Portugal só de floresta. Todas essas concessões são olhadas como avos que serão levados ao mercado de carbono. Para o futuro ESG do BNDES, estamos pensando em instrumentos com um fluxo de tramitação mais célere do que habitualmente tem, instrumentos alternativos a créditos, expansão de programas com indução ASG (ESG) e, por fim, condições incentivadas para linhas de cunho socioambiental”, disse o assessor do BNDES.

Barros também apontou os investimentos mobilizados em diversos contratos de infraestrutura. “O cenário atual é bastante promissor. Hoje, o BNDES é o maior estruturador de operações de infra no mundo. Nós já realizamos 23 leilões com capital mobilizado de R\$ 115 bilhões e temos, hoje, mandatados 172 projetos com capital mobilizado de R\$ 286 bilhões. Em rodovias, temos um pipeline de 18 mil quilômetros em novas concessões, parte dele com o IFC e BID, isso quase dobra a quilometragem concessionada no Brasil. São esmados superiores a R\$ 100 bilhões. Temos quatro portos que estão no pipeline para serem leiloados, nove projetos de geração de energia e 19 de saneamento, que é uma das prioridades da gestão atual do BNDES”, disse Barros.

Já o diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, comentou que a visão de mercado ESG é uma tendência mundial. “No mercado externo tem o greenbonds ou sustainablebonds. E, recentemente, o Itaú fez uma emissão de greenbonds para energias renováveis. Ontem, aqui, em Portugal, a Caixa Geral de Depósitos fez uma emissão de 300 milhões (em valores). É um mercado crescente”, afirmou.

O painel teve apresentação de João Eduardo Amaral, presidente do Conselho ESG do Brasil Export e moderação de Marcelo Sammarco, conselheiro ESG do Brasil Export.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL - PORTOS AMEAÇADOS POR FENÔMENOS CLIMÁTICOS

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



▲ O diretor de Operações do BNDES, Ricardo Barros



▲ O assessor da Diretoria de Planejamento do BNDES, Manoel Francisco Brito

Aproximadamente, 55% do comércio global passam por portos sob ameaça de fenômenos climáticos e que demandam investimentos em infraestrutura, afirmou o assessor da Diretoria de Planejamento do BNDES, Manoel Francisco Brito.

Segundo Brito, mais da metade dos portos do mundo figura entre as principais infraestruturas à mercê do clima. “Portos são a estrutura de infra na fila de ameaçados pela crise climática. A The Economist fez um levantamento, há dois anos, com base em quatro fenômenos climáticos extremos ou causados pela crise do clima, que ameaçam a infraestrutura portuária, que são erosão costeira, assoreamento de canal, chuvas torrenciais e elevação do nível do mar. Segundo o levantamento, 55% do comércio global passam por portos que estão ameaçados por um desses quatro fenômenos”, comentou Brito.

O assessor do BNDES ressaltou que a ameaça climática à infraestrutura portuária é uma pauta prioritária às instituições e órgãos voltados ao desenvolvimento econômico. “Bancos de desenvolvimento e a OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) estão preocupados com isso”, afirmou Brito complementando que a OECD publicou um extenso documento apontando investimentos necessários nesses portos, não somente em engenharia, mas em soluções baseadas na natureza, recuperando vegetação costeira, sobretudo mangues, “uma vegetação no qual o Brasil também é uma potência”, e em modelagem.

O presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Eduardo Amaral, convidou o diretor de Operações do BNDES, Ricardo Barros, e o assessor da Diretoria de Planejamento do BNDES, Manoel Francisco Brito, para integrarem o Conselho ESG do Brasil Export, ao final do painel.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA TRARÁ RETORNO ESTRATÉGICO, ECONÔMICO E FINANCEIRO À INDÚSTRIA

Os desafios e as vantagens foram debatidos no painel sobre oportunidades para o setor de infraestrutura

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



EU QUERO CHAMAR A ATENÇÃO DE QUE ESSE PIONEIRISMO VAI TER RETORNO ESTRATÉGICO, ECONÔMICO E FINANCEIRO PARA ESSA INDÚSTRIA DE OPERAÇÃO LOGÍSTICA. O INVESTIMENTO EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E NA AUTOPRODUÇÃO TERÃO A SUA ATRATIVIDADE ECONÔMICA MUITO INCENTIVADA, PORQUE A ENERGIA ELÉTRICA VAI FICAR MAIS CARA”

STEFANO ANGIOLETTI

CEO da Grid Energia e professor na SKEMA Business School

Participaram deste painel, João Eduardo Amaral (Conselho ESG do Brasil Export), Camila Felipe (Wilson Sons), Guilherme Correa (Equal Energia) e Stefano

Angioletti (Grid Energia)

Investir em transição para energia limpa trará retorno estratégico, econômico e financeiro ao setor de infraestrutura portuária e logística, afirmou o CEO da Grid Energia e professor na SKEMA Business School, Stefano Angioletti, durante o painel “Transição energética: oportunidades para o setor de infraestrutura”, do Bloco do Conselho ESG Brasil Export, realizado na tarde de ontem, no Cubo Itaú, em São Paulo (SP).

“Eu quero chamar a atenção de que esse pioneirismo vai ter retorno estratégico, econômico e financeiro para essa indústria de operação logística. O investimento em eficiência energética e na autoprodução terão a sua atratividade econômica muito incentivada, porque a energia elétrica vai ficar mais cara”, afirmou Stefano Angioletti.

A visão do professor vai ao encontro da análise do apresentador do painel, o presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Eduardo Amaral, que destacou que a transição energética



representa uma vantagem financeira. “Não somente uma vantagem estratégica, competitiva, mas agora representa uma vantagem financeira. Olhar para a transição energética, também, como oportunidade de ganho financeiro. Aquilo que se pensa que vai se gastar nos investimentos tem uma conversão muito rápida. É um novo olhar sobre os investimentos em transição energética porque isso vai ter um impacto financeiro no resultado das empresas”, analisou Amaral.

No entanto, Angioletti ressaltou que “o retorno sobre capital investido de programas de eficiência energética e de autoprodução de energia, de um modo geral, para vários tipos de indústria, o retorno é menor do que investir na própria indústria. Vai ter que haver uma decisão do acionista, porque esse portfólio de projetos tem retorno mais baixo, por isso, eu digo que as empresas do setor de vocês, que são longevas, têm que ser pioneiras nisso. O retorno existe e é garantido”, afirmou.

Angioletti apontou ainda que o custo da energia não vai cair e, que isso, de certa forma, estimula a busca por eficiência e produção própria. “Outra coisa é que a energia não vai ficar mais barata. Muita gente vai dizer que a energia fotovoltaica é mais barata e é mesmo, mas ela não pode andar sozinha. A sociedade como um todo vai precisar ter várias fontes de energia renovável que se complementem. Esse conjunto todo que a sociedade tem que pagar faz a energia ficar um pouco mais cara, o que, de certa forma, privilegia eficiência energética e produção própria de energia”, salientou.

O especialista destacou a vantagem ambiental brasileira. “Só para citar um número, um gerador eólico na China gera metade de qualquer gerador eólico aqui no Brasil, ou seja, eles investem a mesma coisa que a gente, talvez um pouco menos, e vão produzir metade. O nosso vai produzir o dobro”, comentou, citando que venta muito mais no País do que na China.

A moderadora do painel, Camila Felipe, que é especialista em Meio Ambiente da Wilson Sons, comentou sobre os desafios do setor de logística na transição energética de combustíveis. “No setor de logística, a gente tem uma forte dependência do consumo do diesel e, também, do modal rodoviário. Em contrapartida, nós temos toda uma infraestrutura de portos que, com incentivos à diversificação desse modal, pode sim favorecer e muito a agenda climática, a redução dessas emissões no nosso País”, afirmou Camila.

Ainda sobre transição energética de combustíveis, o professor na InDigital Learning e diretor da Equal Energia, Guilherme Correa, disse que

“No setor de logística, a gente tem uma forte dependência do consumo do diesel e, também, do modal rodoviário. Em contra partida, nós temos toda uma infraestrutura de portos que, com incentivos à diversificação desse modal, pode sim favorecer e muito a agenda climática, a redução dessas emissões no nosso País”, afirmou Camila.

Ainda sobre transição energética de combustíveis, o professor na InDigital Learning e diretor da Equal Energia, Guilherme Correa, disse que armadores europeus aderiram à produção de navios movidos a etanol neste ano. “Os novos navios que vão transportar cargas não são mais baseados em petróleo”, citou Correa.

O professor também mencionou outros dois combustíveis que vêm sendo utilizados, que são o biometano, que é uma alternativa ao gás natural, e o hidrogênio verde. “Os combustíveis, sem dúvida, são a maior parcela que vai trazer essa transição energética, mas no setor de energia elétrica tem várias formas de a gente dar pequenos passos”, concluiu.

O Think Tank Brasil Export, promovido pelo Brasil Export: Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária, foi destinado presencialmente a conselheiros, autoridades e patrocinadores. O evento foi organizado pelos seguintes conselhos do Brasil Export: Internacional, Brasil Tech, Feminino e ESG. O encontro foi transmitido online no canal do Brasil Export, no Youtube, e no **portal BE News**.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 09/06/2022

NACIONAL - BRASIL EXPORT LANÇA HUB PARA INTEGRAR PLAYERS DO SETOR DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, destacou que parceria é fundamental para o crescimento
Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



O HUB É UMA BASE PARA QUE TUDO SEJA FACILITADO. É UM CONECTOR ENTRE DEMANDAS, NECESSIDADES E SOLUÇÕES. É CADA VEZ MAIS TRAZER AS DEMANDAS QUE VOCÊS TÊM E PESSOAS QUE PODEM RESOLVER AS COISAS COM MODELOS E FORMATOS DIFERENTES, SEJA DENTRO OU FORA DAS NOSSAS EMPRESAS. É UM AMBIENTE SEGURO E PROPÍCIO PARA GERAÇÃO DE NEGÓCIOS”

EDUARDO BITTENCOURT

diretor-executivo do Hub de Inovação do Brasil Export

parceria é fundamental para o crescimento

CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, destacou que

O Hub de Inovação do Brasil Export, o Behubee, foi lançado oficialmente na tarde de ontem, durante o fórum Think Tank Brasil Export, no Cubo Itaú, em São Paulo (SP).

O diretor-executivo do Hub de Inovação do Brasil Export, Eduardo Biencourt, fez uma explanação sobre os conceitos e os objetivos do projeto. “O Hub consolida conexão, conhecimento, tecnologia, inovação e ecossistema. O ecossistema Behubee é a junção, a conexão entre todos esses players: grandes empresas, startups, governo, instituições de ensino, sociedade, investidores, conselheiros e mentores, associações e entidades, prestadores de serviços e comunidades. Esse ecossistema vai fazer a diferença, no futuro, no mercado de logística e de infraestrutura portuária”, afirmou Biencourt.

Biencourt explicou ainda que “o hub é uma base para que tudo seja facilitado. É um conector entre demandas, necessidades e soluções. É cada vez mais trazer as demandas que vocês têm e pessoas que podem resolver as coisas com modelos e formatos diferentes, seja dentro ou fora das nossas empresas. É um ambiente seguro e propício para geração de negócios”, reiterou.

O CEO do Brasil Export, Fabrício Julião, disse que o principal objetivo do hub é inovar, incluir e integrar. “O nosso grande objetivo são os três “is”: em primeiro lugar, inovação; em segundo, inclusão — justamente num setor que movimenta um porto e transforma a cidade com geração de empregos —, e traz, também, a inclusão com os sonhos das startups. O grande sonho de um jovem que enxerga no setor da logística e da infraestrutura essa oportunidade, um setor muito rico, então, essa parte da inclusão precisa ser valorizada”, afirmou.

“E o terceiro ‘i’ do Brasil Export é de integração. Nós conseguimos, depois de 20 anos, integrar modais, regiões e disputas. Nós tínhamos um setor que não se conectava, um setor que cada um olhava para si e, hoje, eu vejo um bom exemplo da Wilson Sons com a VLI, com o Porto do Açu. É essa contribuição que nós gostaríamos de dar, de tentar trazer novos players, setores, novas regiões e cada vez mais um espaço maravilhoso”, ressaltou Julião.

“A tecnologia e a inovação vão permitir cada mais o nosso crescimento de uma maneira geral”, concluiu o CEO do Brasil Export.

O Think Tank Brasil Export, promovido pelo Brasil Export: Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária, foi destinado presencialmente a conselheiros, autoridades e



patrocinadores. O evento foi organizado pelos seguintes conselhos do Brasil Export: Internacional, Brasil Tech, Feminino e ESG. O encontro foi transmitido online, no canal do Brasil Export, no Youtube, e no portal BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL - LIDERANÇA DA MULHER EM PORTOS E INFRAESTRUTURA AINDA GERA NOTÍCIA

Cargos continuam sendo ocupados por homens, segundo debatedoras

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

A inclusão de mulheres em cargos de liderança ainda gera notícia em veículos de imprensa de todo o País devido ao ineditismo do fato. A reflexão foi feita por Laíne Meira, advogada e conselheira do Brasil Export, durante sua participação no painel “Mulheres de destaque no setor de portos e infraestrutura”, realizado ontem (8), no evento Think Tank Brasil Export, no Cubo Itaú, em São Paulo.

Em sua fala de abertura Laíne trouxe dados que chamam a atenção sobre a baixa participação de mulheres em cargos de liderança. Ela citou que o público feminino representa 41% da força de trabalho mundial, mas apenas 23% ocupam cargos de presidência. No recorte das mulheres negras, só 5% assumem posições de alta liderança.

No Brasil, dos 15 cargos de diretoria existentes em agências reguladoras da área de infraestrutura, apenas um é ocupado por mulher. Neste caso, é Flávia Takafashi, diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que também participou do debate.

O painel foi composto ainda por Najla Buhatem Maluf, advogada e conselheira do Brasil Export; Roberta Carvalho, diretora jurídica e de relações institucionais da Empresa Logística Wilson Sons, e da engenheira Mayhara Chaves, presidente do Conselho Feminino do Brasil Export, presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC) e da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH).

“Há empresas que promovem mulheres grávidas e isso é visto como algo maravilhoso e não deveria ser, deveria ser uma regra. O direito à licença maternidade também não pode ser visto como um problema”, declarou Roberta Carvalho.

As participantes foram unânimes em dizer que muitas barreiras já ficaram para trás nas áreas administrativas, mas que ainda há dificuldades para as mulheres nos setores operacionais.

“É primordial incentivar outras mulheres a assumir postos no setor logístico, sejam administrativos ou operacionais, mas ainda é difícil encontrar mulheres preparadas para a área operacional”, destacou Mayhara Chaves.

Flávia, a primeira diretora da Antaq, acredita que há oportunidades para as mulheres, mas é preciso estar preparada. Falou ainda sobre os desafios que assumiu à frente da agência, entre eles o novo modelo regulatório da exploração portuária que trata do futuro do setor e a crise causada pela escassez dos contêineres.

Nova conselheira

Durante o painel, Roberta Carvalho aceitou o convite feito por Fabrício Julião, CEO do Brasil Export, para tornar-se a nova conselheira nacional do Fórum. Ele disse que o Brasil tem potencial para ser referência na inclusão feminina no setor logístico e que a questão pode ser trabalhada pelas participantes do conselho.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022

NACIONAL - DIVERSIDADE NAS EMPRESAS ENFRENTA DESAFIOS

Falta de interesse, de conhecimento e preconceitos ainda permeiam setores empresariais
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



LEVANTAMENTO REALIZADO PELA CONSULTORIA ORGANIZACIONAL KORN FERRY, MOSTROU QUE 85% DAS EMPRESAS INICIAM PROGRAMAS DE INCLUSÃO, MAS SOMENTE 14% RECONHECEM UM ESFORÇO EFETIVO NA PRÁTICA DE NOVOS COMPORTAMENTOS.

Aumento da contratação de mulheres, mães, negros, LGBTQIA+, indígenas, idosos e pessoas portadoras de deficiência foi debatido no painel

Por que é preciso que as diretorias das empresas discutam o aumento da contratação de mulheres mães, negros, LGBTQIA+, indígenas, idosos e pessoas portadoras de deficiência?

Estas foram algumas das questões debatidas no painel “Ações do mercado empresarial para uma atividade mais sustentável e inclusiva”, realizado ontem (8), no evento Think Tank Brasil Export, no Cubo Itaú, em São Paulo.

Participaram da conversa Milena Castro, conselheira do Brasil Export; Patrícia Lascosque, superintendente institucional de logística da Suzano; Jeniffer Pires, sócia do Kincaid e Mendes Vianna Advogados; Tahiana Gurgel, Head Strategic Projects Levu Logistics e diretora comercial da Mobs 2; Jacqueline Wendpap, diretora-executiva do Instituto Praticagem do Brasil, e Mayhara Chaves, presidente do Conselho Feminino do Brasil Export, presidente da Companhia Docas do Ceará (CDC) e da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph).

Para Patrícia Lascosque, as empresas ainda não sabem como lidar bem com estas questões. “Ficamos presos nos nossos pré-conceitos e fomos criados em uma cultura que não nos preparou para viver o momento atual, e é justamente por isso que precisamos tocar nestes assuntos, para adquirir conhecimento. Falar em pluralidade significa se colocar no lugar do outro para enxergar com o olhar de quem sofre o preconceito, ou passa por dificuldades para entrar no mercado de trabalho”, declarou ela.

A executiva acredita que as companhias precisam se preparar para este novo cenário, mais empático e humano, e dar condições de trabalho para que as minorias possam se desenvolver profissionalmente. “Isso é importante porque é exatamente esta pluralidade que alavanca o crescimento das empresas e aumenta a rentabilidade porque reflete a sociedade como ela é, diversa, cheia de perfis, inclusive o dos próprios clientes”, analisou.

Tahiana Gurgel diz que ainda é difícil vender a ideia do programa de diversidade e inclusão para as empresas, e que a falta de vontade em entender essas pautas ainda é um obstáculo encontrado também entre os funcionários.

“Fizemos um censo para implantar a política de diversidade e inclusão no Porto de Suape. Uma das perguntas era qual o grau de abertura para este tema e vemos um percentual de pessoas sem nenhum interesse nisso”, contou Tahiana.

Ela citou também dados de um levantamento realizado pela consultoria organizacional Korn Ferry, que mostrou que 85% das empresas iniciam programas de inclusão, mas somente 14% reconhecem um esforço efetivo na prática de novos comportamentos. A pesquisa analisou informações de 250 empresas de diversos setores no Brasil e foi divulgada em abril deste ano.

“A gente precisa estabelecer metas e tirá-las do papel, sair só do discurso. Já está comprovado que empresas plurais movam muito mais seus funcionários, e funcionário motivado é resultado lá na ponta”, diz Tahiana.

“Nós falamos muito de trabalho, de resultados, de porto, mas no final estamos falando mesmo é de seres humanos. Somos todos conectados neste planeta e nossa maior missão e legado é cuidarmos um do outro”, concluiu Patrícia Lascosque.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

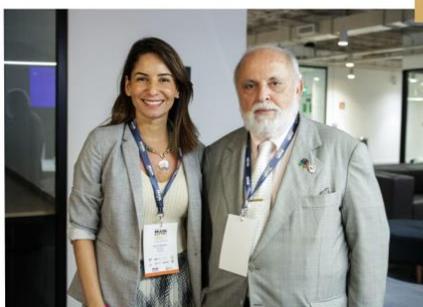
Data: 09/06/2022

ESTILO BE – EVENTO - TEMPO DE INOVAÇÃO E APRENDIZADO



IVANI CARDOSO
ivani@portallbenews.com.br

Integrantes do Conselho Feminino do Brasil Export, liderado por Mayhara Chaves, foram destaque no segundo dia do Think Tank Brasil Export 2022, no Cubo Itaú, em São Paulo. Mas a programação arrasou também com o painel sobre o Hub de Inovação do nosso Fórum Brasil Export e debates sobre temas bem atuais que não podem ficar de fora no mundo de hoje: sustentabilidade, transição energética e inclusão. E foi bonito acompanhar o grande número de pessoas assistindo o evento online.



Flávia Takafashi, diretora da Antaq, com o querido José Roberto Campos, presidente do Conselho Nacional



Jean Paulo Castro e Silva, diretor de Negócios e Sustentabilidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, marcou presença no evento



Marcelo Sammarco, advogado e sócio da Sammarco Advocacia e presidente do conselho do Sudeste Export



Roberta Carvalhal, diretora Jurídica e de Relações Institucionais da Wilson Sons, e Jeniffer Pires, sócia do Kincaid | Mendes Vianna Advogados



Olha que demais! João Eduardo Amaral, diretor geral e de Operações do Projeto Voz dos Oceanos e presidente do Conselho ESG do Brasil Export, Camila Felipe, especialista em Meio Ambiente da Wilson Sons, e Guilherme Correa, professor na InDigital Learning e diretor da Equal Energia, brindam com a caneca que celebra as 100 edições que o Jornal BE News completa na próxima segunda



Momento especial na visita aos andares das logtechs no Cubo Itaú

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/06/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MARINHA APRESENTA PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Informação: *Marinha do Brasil (9 de junho de 2022)*



Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional promove Audiência Pública sobre o PROANTAR – Foto: Agência Marinha do Brasil

Na data em que se comemora o Dia Mundial dos Oceanos, 08 de junho, a Marinha do Brasil atendeu ao requerimento da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDEN) e apresentou o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) na Câmara dos Deputados.

Na Audiência Pública, o Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), Contra-Almirante Marco Antônio Linhares Soares, citou que nos últimos dois anos, desde o início da pandemia, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) adaptou suas atividades para não comprometer a segurança dos pesquisadores e manter a operação em perfeito funcionamento. “Não interrompemos as pesquisas, cumprimos as quarentenas exigidas a bordo antes de chegar à Estação, inclusive os pesquisadores que estavam à época conosco. Deixamos de enviar pesquisadores por um tempo — mas não de realizar a pesquisa de campo —, e vamos retomar o envio neste ano”, esclareceu.

O Secretário da CIRM apresentou as perspectivas da OPERANTAR XLI, que levará 121 pesquisadores de 29 projetos para a Antártica, além da construção do Navio de Apoio Antártico, que será construído no Brasil, por brasileiros, com conteúdo nacional. O Almirante Linhares também detalhou os custos para manter o PROANTAR, que incluem a manutenção da EACF, dos navios e helicópteros, combustíveis, treinamentos pré-antárticos, além do apoio logístico aos projetos de pesquisa.

Ele destacou que com o apoio parlamentar, será possível ampliar, em 2023, as capacidades logísticas na OPERANTAR (especialmente em relação aos materiais de consumo e serviços); envio de alpinistas; estabelecimento de novos módulos (espaços) isolados para pesquisa e o incremento das pesquisas oceanográficas no ano.

Durante a reunião, os parlamentares da CREDEN fizeram perguntas sobre o Programa, respondidas pelo Secretário da CIRM, e compartilharam experiências de visitas à Estação Antártica Brasileira.

Encontro da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro

A Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) realizou, ontem (07), encontro com a Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro, para debater medidas para o fortalecimento do programa e contar como foi o funcionamento do Programa durante a pandemia. No local, o Secretário de Pesquisa e Formação Científica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Marcelo Morales, que apresentou na reunião os programas de pesquisa que o MCTI realiza na Antártica com apoio da Marinha.

A Frente Parlamentar, criada em 2007 para garantir apoio às pesquisas realizadas por cientistas brasileiros na Estação Antártica Comandante Ferraz, é presidida, atualmente, pelo Deputado José Rocha. Ele reforçou que a contribuição do parlamento brasileiro para o levantamento de recursos financeiros viabiliza as pesquisas e a manutenção da presença brasileira na Antártica. “Esse Programa fantástico interessa não apenas a nós, brasileiros, mas ao mundo, pelo nível de excelência com que é realizada a pesquisa científica no continente Antártico. Isso tem dado ao nosso País uma visibilidade muito grande na área da ciência e da tecnologia, exercitada por grandes pesquisadores. Com esse trabalho que a Marinha realiza na Estação Antártica Comandante Ferraz, vamos convencer, neste ano, a maioria dos nossos colegas a colocarem emendas parlamentares nesse Programa”, afirmou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 09/06/2022

FIESP: NOVAS FORMAS DE TRABALHO DEMANDAM LEGISLAÇÃO MODERNA, CONCLUEM ESPECIALISTAS

Informação: FIESP (9 de junho de 2022)



Geração Z tem concepções diferentes em relação ao mundo do trabalho. Foto: Ayrton Vignola/Fiesp

Entre as várias mudanças provocadas pela pandemia causada pelo novo coronavírus estão as do mundo do trabalho. Durante o período mais agudo de isolamento social, boa parte dos trabalhadores realizaram suas atividades de maneira remota. Com maior participação no mercado, a chamada geração Z (que inclui os nascidos a partir de 1995) tem concepções diferentes em relação ao mundo do trabalho.

“Para eles não faz sentido sair correndo para pegar o metrô, chegar suado ao local de trabalho e bater cartão. E quando fazem isso, depois saem para tomar café”, disse o professor de Direito Sólton de Almeida Cunha, em reunião do Conselho Superior de Relações do Trabalho (Cort) da Fiesp, realizada na terça-feira (7/6), sob a direção de Maria Cristina Mattioli, que preside o Conselho.

A advogada Fabíola Cavalcanti, do escritório Tozzini Freire Advogados, vai além em relação ao tema. “A questão nem é se o cara tem que pegar o metrô e bater cartão. Ele nem quer nem pegar o metrô”. Isso ocorre porque a nova geração preza pela cultura do bem-estar das relações de trabalho. E, para esse público, o trabalho precisa ter propósito.

“Caso contrário o profissional não vai. E os operadores do Direito precisam captar essa mudança de mentalidade, ou estaremos fadados ao fracasso”, explicou Cavalcanti, para quem a pandemia apenas acelerou as possibilidades de execução da atividade laboral. “A CLT hoje já não é mais suficiente. Precisamos avançar nas relações e reinventar o sistema de proteção aos trabalhadores”, defendeu.

A justificativa é de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já não cobre toda a população economicamente ativa. “São 76 milhões de pessoas fora do mercado formal de trabalho. E a nova geração tem um jeito diferente de pensar, com outras motivações. Ela quer desenvolvimento pessoal e profissional, a ponto de criar essa teoria do Capital Sustentável”, pontuou Almeida Cunha.

Em um cenário em que os millennials (nascidos entre 1980 e 1995) representam 52% e a geração Z, posterior, 26% do mercado de trabalho, as formas de burlar a CLT são manifestações de desobediência civil, chamada por ele de revolução silenciosa.



“Muitos jovens dessa geração não querem mais ser ‘empregados’ e estão buscando outras formas de trabalho. Logo, isso implicará impacto direto na legislação do trabalho, que deve ser flexível o suficiente para atender às necessidades dessa nova classe de trabalhadores”, lembrou o conselheiro do Cort.

Luciana Tornovsky, do Demarest Advogados, apontou o crescimento do empreendedorismo no Brasil, motivado principalmente por uma das maiores crises sanitárias e econômicas. “As pessoas se viram forçadas a buscar meios de recomposição da renda, e isso levou o país a ter o maior número de empreendedores da história. Os microempreendedores individuais foram os que mais cresceram, com 2,6 milhões de registros em 2020”, contabilizou.

Mais impactadas pela crise, mulheres e pessoas negras lideram as estatísticas de empreendedorismo, sendo a vertente digital a que mais se destaca. A facilidade de acesso ao crédito e de lidar com as novas tecnologias ajuda a explicar o fenômeno, para a especialista. “Inovação e tecnologia está diretamente relacionada à população mais jovem, e o empreendedorismo digital é uma tendência que veio para ficar. 20 anos atrás o e-commerce era algo do futuro. Hoje, principalmente depois da pandemia, é essencial para quem busca alternativas”, finalizou.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/06/2022

EXPORTAÇÕES DA CHINA AUMENTAM COM ALÍVIO EM RESTRIÇÕES CONTRA COVID, MAS CENÁRIO AINDA É FRÁGIL

Informação: Moneytimes (9 de junho de 2022)

As exportações haviam aumentado 3,9% em abril (Imagem: REUTERS/Amanda Perobelli)

As exportações da China cresceram a um ritmo de dois dígitos em maio, superando as expectativas em um sinal encorajador para a segunda maior economia do mundo, à medida que as fábricas retomam o trabalho e as dificuldades logísticas diminuem depois que as autoridades relaxaram algumas restrições de combate à Covid-19 em Xangai.

As importações também expandiram pela primeira vez em três meses, proporcionando um alívio às autoridades chinesas conforme elas tentam traçar uma trajetória econômica para sair do choque do lado da oferta que abalou o comércio global e os mercados financeiros nos últimos meses.

No entanto, as perspectivas para as exportações chinesas, observadas de perto pelos investidores como um indicador da saúde econômica mundial, ainda apontam para os riscos de uma guerra de meses na Ucrânia e para o aumento dos custos das matérias-primas.

Esses mesmos fatores, juntamente com o aumento das taxas de juros nos Estados Unidos e na Europa, levantaram preocupações sobre uma recessão global .

As exportações saltaram 16,9% em relação ao ano anterior, o crescimento mais rápido desde janeiro deste ano, e mais do que o dobro da expectativa de analistas de um aumento de 8,0%.

As exportações haviam aumentado 3,9% em abril.

“Acreditamos que está recuperação pode continuar se não houver mais lockdowns“, disse Iris Pang, economista-chefe no ING, acrescentando que a recuperação tanto das exportações quanto das importações se deveu principalmente à recuperação do porto de Xangai na última semana de maio.

A atividade econômica chinesa esfriou bruscamente em abril enquanto o país enfrentava o pior surto de Covid-19 desde 2020. Medidas severas de lockdown, às vezes excessivamente aplicadas

pelas autoridades locais, afetaram estradas e portos, deixaram trabalhadores em casa e fecharam fábricas.

Os dados desta quinta-feira mostraram ainda que as importações aumentaram 4,1% em maio em relação ao ano anterior, o primeiro ganho em três meses, impulsionadas pelo alívio dos gargalos logísticos e das importações de matérias-primas e bens intermediários à medida que a produção interna era retomada.

Em abril as importações ficaram estagnada, e a expectativa para maio era de alta de 2,0%. A China registrou um superávit comercial de 78,76 bilhões de dólares no mês passado, contra previsão de superávit de 58 bilhões de dólares. Em abril o país reportou um excedente de 51,12 bilhões de dólares.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/06/2022

PORTO DO ITAQUI RECEBE GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

Informação: Porto do Itaqui (9 de junho de 2022)



Foto: Porto do Itaqui

Uma comitiva do Governo do Estado, com a presença do governador em exercício, Paulo Velten, e dos secretários de Estado de Indústria e Comércio (Seinc), Cassiano Pereira, e de Governo (Segov), Diego Galdino, visitou o Porto do Itaqui nesta quinta-feira, 2. O presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Ted Lago, recebeu o grupo e apresentou as potencialidades do porto público do Maranhão.

Para o governador em exercício, a oportunidade foi de reconhecimento de um importante potencial econômico do Maranhão. “Para mim, uma oportunidade única, como cidadão maranhense, de ver o trabalho que tem sido aqui muito bem desenvolvido. Um trabalho que traz a expectativa de crescimento e desenvolvimento do Estado. Demonstra que o Maranhão hoje é um corredor de exportação importantíssimo para o Brasil. Já havia sido convidado pelo Ted Lago e devia a ele esta visita. Hoje tive essa satisfação. Nós temos aqui uma nova realidade surgindo no Maranhão e parabéns a toda equipe que tem trabalhado no Porto do Itaqui”, afirmou Velten.

“Estamos muito honrados com a visita do governador em exercício, Paulo Velten. É importante conhecer, como ele mesmo disse. O porto é um ativo importante para o desenvolvimento econômico e social do nosso estado, para atração de novos negócios e geração de empregos. O que nós mostramos hoje foi a nossa operação, a realidade do nosso dia a dia e é muito importante que ele leve, inclusive, essa sensibilidade do que pode observar aqui”, ressaltou Ted Lago.

“Importantíssimo que todos os agentes do governo tenham conhecimento da estrutura portuária que nós temos instalada em nosso estado. O Porto do Itaqui acaba sendo uma referência de desenvolvimento, expansão e de crescimento do Estado”, avaliou o titular da Seinc, Cassiano Pereira

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/06/2022

EM EVENTO NO RECIFE, PRESIDENTE DA FENOP AFIRMA QUE LEGISLAÇÃO IMPEDE PREENCHIMENTO DE VAGAS DE EMPREGO

Informação: FENOP (9 de junho de 2022)



Foto: FENOP

As atividades do setor portuário, que em 2021 registraram crescimento na movimentação de carga de 4,8% e de 2,14% no primeiro trimestre deste ano, estão sendo prejudicadas pela legislação atual que restringe a contratação dos trabalhadores necessários para atender a demanda do setor que se encontra em franca expansão no Brasil.

A informação é do presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários – Fenop, Sérgio Aquino, que esteve no Recife, nesta terça-feira (7), participando de evento que reuniu representantes dos OGMOs (Órgão Gestor de Mão de Obra), entidades responsáveis por administrar o fornecimento da mão de obra dos cerca de 11 mil trabalhadores portuários avulsos que atuam no Brasil.

“Isso é um absurdo da legislação brasileira. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) diz que o critério de contratação deve ser o de prioridade e não de exclusividade. Nos países de ponta do mundo, não existe esse regramento de exclusividade”, destaca o presidente da Fenop.

Ele explica que, devido a essa restrição, as vagas existentes não estão sendo preenchidas porque muitos trabalhadores que têm registro no OGMO não querem ser contratados com vínculo empregatício.

De acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Operadores Portuários de Pernambuco – Sindope, Manoel Ferreira, a atual legislação também impede que milhares de brasileiros sem inscrição no OGMO tenham acesso às vagas de emprego no trabalho portuário.

Para tentar mudar essa realidade, a Fenop tem atuado junto ao Ministério da Infraestrutura com o objetivo de sensibilizar as autoridades quanto a necessidade de adequar a legislação do País às normas da OIT.

Sérgio Aquino acrescenta que, além das restrições ocasionadas pela legislação, o setor portuário também tem sofrido com o déficit de mão de obra devido a falta de qualificação profissional.

“Os trabalhadores também precisam de treinamento para ter a qualificação adequada para atender a demanda das empresas que, cada vez mais, estão utilizando equipamentos e sistemas de última geração”, afirma Aquino.

Ele conta que o setor empresarial portuário recolheu aos cofres do Governo, só nos últimos 4 anos, cerca de R\$ 170 milhões para treinamento e só conseguiu receber de volta 7% para investir em capacitação.

“Infelizmente esse dinheiro vai para um fundo de desenvolvimento do ensino profissional marítimo e fica contingenciado pelo Governo Federal. Nós estamos defendendo que seja editada uma Medida Provisória para que as empresas possam aplicar os recursos que elas recolhem em programas de capacitação de mão de obra a fim de acelerar o treinamento e qualificação do setor portuário”, diz.

FONTE: BLOG DO BRUNO MUNIZ

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/06/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

ELETOBRAS FINALIZA PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO: AÇÃO FICA EM R\$ 42, E PRIVATIZAÇÃO ESTÁ SELADA

O pontapé inicial da empresa privatizada será a negociação das ações a partir de segunda na Bolsa

Por Manoel Ventura — Brasília



Sede da Eletrobras, no Rio Ana Branco/Agência O Globo

A Eletrobras finalizou o processo de capitalização nesta quinta-feira e, com isso, estará privatizada. O procedimento de bookbuilding (coleta de intenções de investimento para formar o preço) se encerrou e o preço por ação foi fixado em R\$ 42, de acordo com fontes ligadas à operação. O pontapé inicial da empresa privatizada será a negociação das ações a partir de segunda-feira na B3.

A demanda total da operação chegou a R\$ 68 bilhões, muito acima da oferta, e por isso haverá um rateio entre os interessados. Algumas ordens, porém, foram feitas com ação abaixo do valor estabelecido e os interessados precisam aumentar a oferta para entrarem no negócio.

Com o preço das ações nessa faixa, a privatização da maior empresa de energia da América Latina movimentou cerca de R\$ 33,7 bilhões. Houve uma forte disputa para fechar o preço por ação. O preço da ação teria ficado dentro do estabelecido pelo Tribunal de Contas da União para garantir a privatização.

Até ontem, a demanda estava girando em torno de R\$ 55 bilhões, mas esse valor subiu por conta da adesão de investidores institucionais ainda nesta quinta-feira. Isso foi feito pelos investidores-âncora, que são aqueles que garantem a operação.

O Fundo Soberano de Cingapura (GIC) atuou como investidor-âncora, assim como o fundo de pensão canadense CPPIB. Já Itaú e o 3G Radar, que têm posições relevantes de Eletrobras em seus portfólios, também fizeram grandes reservas.

A oferta também teve forte reforço do FGTS, cuja demanda chegou a R\$ 9 bilhões.

Os bancos que lideram a oferta são BTG Pactual, Bank of America, Goldman Sachs, Itaú BBA, XP, Bradesco BBI, Caixa Econômica Federal, Citi, Credit Suisse, JPMorgan, Morgan Stanley e Safra.

O secretário especial de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, comemorou o resultado.

— Muita gente duvidou, mas em menos de dois anos conseguimos preparar uma medida provisória, aprovar no Congresso Nacional, estruturar a modelagem mais complexa já vista e garantir a maior privatização da história do Brasil — disse o secretário ao GLOBO.

As ações preferenciais da Eletrobras fecharam esta quinta-feira cotadas a R\$ 42,50, alta de 2%.



A privatização é um símbolo para o ministro da Economia, Paulo Guedes, e para o presidente Jair Bolsonaro. O governo, até agora, não tinha conseguido vender nenhuma grande estatal de controle direto da União.

Mesmo mantendo um discurso de defesa da venda de praticamente todas as empresas públicas, Guedes não conseguiu até agora emplacar nenhuma grande privatização — mesmo tendo vendido subsidiárias e participações via BNDES, que somaram cerca de R\$ 250 bilhões.

Projeto desde 2017

O projeto de venda da Eletrobras vinha se arrastando há anos e sofreu diversos percalços no caminho. A privatização foi anunciada inicialmente pelo governo Michel Temer, em 2017. Ele chegou a encaminhar um projeto ao Congresso tratando do assunto, que nunca foi votado. Só no ano passado o governo Bolsonaro encaminhou uma medida provisória (MP) ao Congresso para acelerar o processo. Mesmo assim, a análise da privatização pelo Tribunal de Contas da União (TCU) foi dúvida até o último momento, tendo o desfecho em maio.

O processo envolvendo a Eletrobras é a segunda maior capitalização da História do Brasil, atrás apenas da megacapitalização que preparou a Petrobras para os investimentos do pré-sal em 2010 (na casa de US\$ 70 bilhões).

Pelo cronograma do governo, as novas ações da Eletrobras começarão a ser negociadas na B3 na próxima segunda-feira, quando deve ocorrer também a liquidação, ou seja, quando os investidores pagarem os valores referentes à reserva. As ADRs (recibo de ações) na Bolsa de Nova York começarão a ser negociadas na sexta-feira.

Está prevista uma cerimônia na B3 na terça-feira com a presença de Bolsonaro, Guedes e outros ministros do governo.

Com a demanda acima do esperado, haverá um rateio entre quem fez reserva pelas ações. Como o GLOBO já mostrou, o Fundo Soberano de Cingapura (GIC), o fundo de pensão canadense CPPIB, o Itaú e o 3G Radar entraram como grandes investidores no processo. Na lista dos investidores que também reservaram papéis da Eletrobras estão gestoras como SPX, Squadra e Truxt.

A privatização da Eletrobras se deu por meio de uma capitalização na Bolsa de Valores. Foi feita uma oferta de ações que não foi acompanhada pela União. Com isso, a participação da União na empresa é reduzida para menos de 50%. A estimativa é que o governo ficará com cerca de 35%, de acordo com fontes a par do assunto.

Depois, ao longo dos próximos meses, o governo pode vender parte das ações que lhe resta, aumentando a arrecadação — já que a tendência é que as ações se valorizem.

Mesmo ainda tendo maioria, a União perde o controle da empresa por conta do modelo de privatização. Para evitar que algum ente público ou privado tenha poder de controle sobre a Eletrobras, a lei que trata da privatização diz que nenhum acionista ou grupo de acionistas terá direito a mais de 10% dos votos.

Empresa privada, sem controlador

Dessa forma, a Eletrobras se torna uma corporação sem controlador definido, seguindo modelo de outras grandes empresas do setor elétrico ao redor do mundo.

No total, o governo calculou em R\$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização ao longo de dez anos, mas nem tudo vai para os cofres públicos. Desse valor, R\$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras privada ao Tesouro neste ano pelas outorgas das usinas hidrelétricas que terão os seus contratos alterados.



A Eletrobras precisará pagar esse valor 30 dias após a assinatura dos contratos das usinas. O dinheiro da capitalização será usado para este fim. O governo pretende usar a arrecadação extra para ajudar a pagar a conta da redução de impostos sobre os combustíveis.

Serão ainda destinados ainda R\$ 32 bilhões para aliviar as contas de luz a partir deste ano por meio do fundo do setor elétrico, a Conta de Desenvolvimento Energética (CDE). Desse montante, R\$ 5 bilhões serão pagos neste ano e é uma das apostas do governo para baratear as contas de luz neste ano.

A Eletrobras ainda irá aportar o restante, por volta de R\$ 8 bilhões, ao longo de uma década para bancar a revitalização de bacias hidrográficas do Rio São Francisco, de rios de Minas Gerais e de Goiás, e para a geração de energia limpa na Amazônia.

Considerando os valores envolvidos, esta é a maior privatização da História do Brasil, desde a venda do sistema Telebras pelo governo Fernando Henrique Cardoso, em 1998.

Privatizações

A venda da Eletrobras é um marco para a gestão de Guedes e servirá para que Bolsonaro tenha uma grande privatização para mostrar na campanha, já que o tema era uma de suas promessas de campanha.

Até o momento, a primeira e única privatização propriamente dita realizada pelo governo havia sido a da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), estatal federal que administra portos do Espírito Santo. O leilão foi feito em janeiro e serviu como teste para a aguardada privatização do Porto de Santos (SP), o maior do país, ainda prevista para este ano.

A carteira do chamado Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Ministério da Economia já passou por diversas revisões e cronogramas nos últimos anos, com inclusões e até mesmo retirada de projetos, e reúne atualmente 16 estatais. Na lista, estão empresas como Correios, Telebras, Dataprev e EBC, mas sem qualquer perspectiva de realização de leilões.

Na semana passada, o Conselho do PPI decidiu incluir a Petrobras na lista de estudos para uma possível privatização – o que até então não tinha o apoio de Bolsonaro. Ele também já se manifestou contra a venda do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

O próprio presidente reconhece, porém, que uma eventual venda da Petrobras demoraria até quatro anos.

Guedes já se mostrou publicamente frustrado com o desempenho do programa de privatizações, depois de ter estimado que a venda de ativos poderia render mais de R\$ 1 trilhão para os cofres públicos.

Para mostrar que tem entregado conquistas na área, porém, o governo destaca sempre as vendas de subsidiárias como a BR Distribuidora e de participações minoritárias do BNDES que já chegam a R\$ 250 bilhões.

Além disso, o programa de concessões tem avançado. O Ministério da Economia pretende leiloar até o final de 2022 um total de 90 ativos, com previsão de contratação de R\$ 190 bilhões em investimentos. O mais aguardado, depois da capitalização da Eletrobras, é o da concessão de mais 15 aeroportos, incluindo o de Congonhas, cujo leilão foi marcado para o dia 18 de agosto.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/06/2022

GOVERNO ANUNCIA INDICAÇÕES PARA NOVO CONSELHO DA PETROBRAS E CONFIRMA PAES DE ANDRADE PARA PRESIDÊNCIA

Nome do secretário de Desburocratização do Ministério da Economia está entre os indicados para a presidência da estatal. Gileno Gurjão Barreto foi escolhido para a presidência do Conselho
Por Manoel Ventura



Caio Paes de Andrade Divulgação

O governo indicou nesta quinta-feira os novos nomes para o Conselho de Administração da Petrobras, após o presidente Jair Bolsonaro demitir o atual presidente da empresa, José Mauro Coelho, e indicar para o seu lugar Caio Paes de Andrade. A troca foi anunciada cerca de um mês depois de Coelho assumir o cargo e foi motivada pela alta nos preços dos combustíveis.

Praticamente todas as vagas do Conselho que são de indicação do governo serão trocadas. As mudanças ocorrem após Bolsonaro decidir trocar o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e nomear para o seu lugar Adolfo Sachsida.

Paes de Andrade e Sachsida foram secretários da equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes. Já Coelho havia sido secretário de Albuquerque e escolhido por ele para dirigir a estatal.

Para a presidência do Conselho da Petrobras, o governo indicou Gileno Gurjão Barreto, atual presidente do Serpro (estatal responsável pelo processamento de dados do governo e que está sob o guarda-chuva de Caio Paes de Andrade).

Também foram indicados para o conselho Ricardo Soriano de Alencar, procurador-geral da Fazenda Nacional e, portanto, mais um nome ligado a Paulo Guedes. Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro, secretário-executivo da Casa Civil da Presidência da República, também foi indicado.

Iêda Cagni, atual presidente do conselho do Banco do Brasil e Edison Antonio Costa Britto Garcia, atual presidente do Conselho de Administração do Banco de Brasília completam a lista de indicações para o conselho da Petrobras juntamente com Caio Mario Paes de Andrade. Ser eleito para o conselho é um requisito para que ele possa assumir a presidência da estatal.

Na lista também estão Ruy Flaks Schneider e Márcio Andrade Weber. Os dois já fazem parte do atual Conselho da Petrobras.

As indicações ainda serão submetidas à votação da assembleia de acionistas da Petrobras, a ser marcada pelo conselho atual. O governo é acionista majoritário, e, por isso, não deve enfrentar resistências na aprovação desses nomes.

O conselho da Petrobras possui 11 integrantes. Atualmente, o governo detém 6 cadeiras. Outras quatro são ocupadas por eleitos por acionistas minoritários. Uma vaga é de um representante dos empregados da estatal.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/06/2022

GOVERNO PREVÊ ARRECADAR R\$ 400 BI COM VENDA DE CONTRATOS DE PARTILHA DO PRÉ-SAL

Projeto foi enviado ao Congresso Nacional por Bolsonaro, mas não tem data para ser votado
Por Manoel Ventura — Brasília



Plataforma de petróleo no Rio Brenno Carvalho/Agência O Globo.

O governo Bolsonaro prevê arrecadar até R\$ 400 bilhões com a venda da sua parte nos atuais contratos de partilha de petróleo. Esse modelo rege os contratos de exploração da camada pré-sal, que concentra a maior parte da produção nacional de óleo e gás. A estimativa consta no projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional nesta quinta-feira que autoriza a venda dos contratos pelo governo.

A concretização dessa receita, porém, só ocorreria após eventual aprovação do projeto pela Câmara e pelo Senado e depois da realização dos leilões. Nos bastidores, o governo sabe que terá dificuldade para ver avançar o projeto ainda neste ano.

O texto que trata do pré-sal, junto com a promessa da privatização da Petrobras, é uma tentativa do governo Bolsonaro de mostrar que segue na pauta liberal, depois de medidas como subsídios para os combustíveis e de sucessivas trocas na estatal por conta do preço dos combustíveis. Além disso, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, quer sinalizar que irá parar de propor medidas, mesmo às vésperas da eleição.

Hoje, grande parte da receita da venda do óleo do regime de partilha vai para o Fundo Social do Pré-Sal, e o dinheiro tem como destino prioritário a saúde e a educação. O governo, porém, quer arrecadação obtida com a venda dos contratos da partilha não sejam destinados para este fundo e diz que os recursos serão alocados no orçamento público a partir do processo legislativo orçamentário aprovado pelo Congresso.

O fim do regime de partilha é um desejo antigo de Paulo Guedes, mas que não avançava por resistências do Ministério de Minas e Energia. Com a troca no comando do MME (também por conta da alta do preço dos combustíveis), Guedes conseguiu emplacar a medida a quatro meses da eleição. No MME, está Adolfo Sachsida, ex-assessor de Guedes. Antes, Bento Albuquerque era contra a medida.

O projeto de lei, que não tem data para ser votado, autoriza a União a vender a sua parte nos atuais contratos do pré-sal, que já estão sendo executados pelas empresas. Atualmente, empresas como a Petrobras, Shell, Total, CNPC, CNOOC, Ecopetrol, Repsol, Equinor, Exxon, Petrogal e BP têm contratos de partilha em execução.

A estimativa de receita do governo considera o valor atual do barril de petróleo, na casa de US\$ 120.

Entenda o regime de partilha

O regime de partilha é caracterizado, dentre outros aspectos, pela participação compulsória da União, representada pela estatal PPSA, no consórcio vencedor da licitação do bloco a ser explorado e pelo direito da União à parte do óleo e gás natural obtidos com a respectiva produção.

A União fica com o chamado óleo-lucro, que é o petróleo depois de serem descontados os custos de produção. O que o governo pretende vender agora é a sua parte do contrato, abrindo mão do óleo-lucro, mas antecipando a receita.

Até 2025, o governo projeta receber R\$ 40 bilhões pela venda desse óleo, caso o modelo não mude. Os contratos têm duração média de 30 anos.

“Ocorre que a União não possui as mesmas condições de suportar os riscos do negócio do que o particular, nem mesmo de vender o óleo e gás natural com o mesmo grau de aproveitamento do

que o privado. Percebe-se, portanto, que a intenção de maximizar as receitas da União pode ser seriamente comprometida, eis que a PPSA fica exposta a atividades de grande complexidade e risco”, argumenta o governo.

A PPSA é uma estatal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e tem por objeto principal a gestão, representando os interesses da União, dos contratos de partilha de produção e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União. Se os contratos de partilha acabarem, a PPSA perde a sua função.

Além da partilha, há a concessão. No caso da concessão, não há partilha de óleo, mas o leilão se dá pela maior arrecadação. Além disso, há a chamada participação especial, percentual de royalty quando há um grande volume de óleo no campo.

O governo afirma que com a venda dos direitos da União previstos nos contratos de partilha, a PPSA deixaria de integrar os atuais contratos, fazendo com que as decisões empresariais passassem a ser tomadas por entes totalmente privados.

O projeto de lei apresentado ao Congresso prevê que o regime de exploração siga nas regras de royalties da partilha, e não migre para a concessão.

Os royalties correspondem do regime de concessão vão de 5% a 10% do valor da produção, com alíquota de até 30% nos casos de grandes campos. Na partilha, o royalty é de 15%.

O secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, afirma que o projeto também tem como objetivo sinalizar que o governo brasileiro dá passos concretos na transição energética.

— Nós estamos sinalizando que desinvestimos a fonte soja e colocando esforços nas fontes renováveis. Essa é a principal mensagem.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/06/2022

PARLAMENTARES REAGEM A STJ E APRESENTAM MAIS DE DEZ PROJETOS AMPLIANDO COBERTURA DE PLANOS DE SAÚDE

Na quarta-feira, a Segunda Seção do tribunal determinou que os planos não são obrigados a cobrir tratamentos e serviços médicos que não estiverem na lista obrigatória da ANS

Por André de Souza — Brasília



STJ decidiu que rol de procedimentos de cobertura obrigatória da ANS é taxativo, e não exemplificativo Pixabay

Após a decisão da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinando que os planos de saúde não são obrigados a cobrir tratamentos e serviços médicos que não estiverem na lista obrigatória da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), vários parlamentares apresentaram projetos de lei no

Congresso com o objetivo de ampliar os procedimentos oferecidos. Até agora foram três projetos no Senado e nove na Câmara.

Eles se somam a outros que já estavam em tramitação, mas ainda não foram votados e, portanto, não são lei ainda.



No julgamento, foram permitidas algumas exceções, mas o STJ fixou restrições que não costumavam ser levadas em conta pelo Judiciário brasileiro. Na prática, a decisão, tomada na quarta-feira, significa que será muito mais difícil que usuários de planos de saúde obtenham na Justiça cobertura de procedimento não listados pela agência reguladora.

Até aqui o entendimento majoritário no Judiciário era que o rol da ANS era exemplificativo, ou seja, era possível a cobertura de procedimentos não listados quando fossem recomendados pelo médico.

Em seus projetos, os parlamentares tentam transformar em lei esse entendimento que prevalecia antes. Os três senadores que apresentaram projetos foram: Fabiano Contarato (PT-ES), Mecias de Jesus (Republicanos-RR) e Rogério Carvalho (PT-SE).

Na Câmara, há projetos dos deputados Luis Miranda (Republicanos-DF), Eduardo da Fonte (PP-PE), Guiga Peixoto (PSC-SP), Alencar Santana (PT-SP), Fábio Trad (PSD-MS), Miguel Lombardi (PL-SP), da bancada do PCdoB, e outro em conjunto entre os deputados Ney Leprevost (União-PR) e Felipe Francischini (União-PR).

Além disso, a deputada Natália Bonavides (PT-RN) apresentou um requerimento com o objetivo de incluir na pauta do plenário um projeto anterior de autoria dela.

Em nota, o deputado Luis Miranda disse que "entrou na briga". Afirmou também que, na terça-feira, antes da decisão do STJ, já havia se reunido com pais e mães de pacientes contrários à medida e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Miranda disse que quer criar um grupo de trabalho para tratar da questão, inclusive com a participação do presidente da ANS.

"A mudança coloca todo o sistema em uma situação de insegurança. Tratamentos diversos serão negados a famílias com respaldo jurídico e o problema repercutirá também no sistema público de saúde com mais sobrecargas", afirmou Miranda em nota divulgada por sua assessoria.

O projeto do senador Fabiano Contarato também tenta deixar expresso que a lista não é taxativa. Para ele, o rol de procedimentos da ANS é apenas uma "referência básica mínima para cobertura assistencial pelos planos de saúde".

"Não podemos permitir que a população seja prejudicada em prol do lucro dos planos de saúde. Entrei com projeto garantindo que o rol de procedimentos e medicamentos previsto pela ANS seja apenas uma referência mínima, explicativa, e não uma lista taxativa. Quem paga tem que ter direito ao tratamento adequado, e não são os planos de saúde que devem definir isso, mas um corpo médico qualificado", disse Contarato em nota divulgada por sua assessoria de imprensa.

Julgamento no STJ

No julgamento, o ministro Villas Bôas Cueva, primeiro a analisar o tema na quarta-feira, votou pela taxatividade da lista, destacando que isso traz previsibilidade para a elaboração dos custos dos planos. Mas ele também propôs algumas exceções, que foram incorporadas no voto do ministro relator, Luis Felipe Salomão, que já tinha votado em sessão anterior, com o mesmo entendimento que predominou no julgamento.

A primeira condição para permitir uma exceção é que o procedimento, embora não previsto no rol, não tenha sido também expressamente indeferido pela ANS para ser incorporado na lista. O segundo ponto é a necessidade de comprovação da eficácia do tratamento "à luz da medicina baseada em evidências".

Também será necessário ter recomendações de órgãos técnicos de renome nacionais, como a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), e estrangeiros. Por fim, será preciso realizar, quando possível, o que chama de "diálogo institucional" entre magistrados e especialistas da área.

Em seu voto, o ministro Villas Bôas Cueva também disse que o usuário poderá procurar o seu plano para negociar um aditivo ou um contrato de cobertura ampliada para que possa ter acesso a procedimentos que não estão no rol da ANS.

— Não se desconhece que tecnologias inovadoras muitas vezes ainda não foram incorporadas, mas a operadora não poderá ser obrigada a custear procedimentos extra-rol se outras opções também eficazes para o tratamento do beneficiário estiverem disponíveis na lista mínima. Nessa situação, poderá o usuário negociar com a operadora eventual aditivo contratual para eleger tal procedimento mais conveniente para a recuperação de sua saúde, recompondo a mutualidade e mantendo o equilíbrio econômico-financeiro da avença — disse o ministro durante o julgamento.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/06/2022

GUEDES COMEMORA IPCA MENOR EM MAIO: 'INFLAÇÃO COMEÇOU A DESCER'

O ministro da Economia ainda afirmou que a população não pode continuar arcando com o aumento de preços no patamar atual

Por Fernanda Trisotto — Brasília



O ministro da Economia, Paulo Guedes Cristiano Mariz / Agência O Globo

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comemorou a desaceleração da inflação em maio e afirmou que a população não pode continuar arcando com o aumento de preços no patamar atual.

O comentário foi feito em um evento da Cadeia Nacional do Abastecimento, no mesmo dia em que o IBGE divulgou o resultado do IPCA, apontando que a inflação perdeu velocidade em relação a abril. Ainda assim a pressão nos preços nos últimos 12 meses está elevada: o índice está em 11,73%.

— A inflação começou a descer, acabamos de ter primeira notícia da inflação começando a descer — declarou o ministro.

Ele acrescentou:

— A grande pergunta do S, do social, é como é que nós podemos nessa cadeia alimentar sem espremer quem está com a barriga no balcão (uma referência ao setor de supermercados), porque a população não pode continuar vendo esse aumento de preços nesse extremo. No outro extremo, a agricultura tem que aumentar a produção verde, e o Brasil é a chave de segurança energética e alimentar do mundo. E tem toda essa cadeia de intermediários. Nós estamos baixando os impostos.

O ministro destacou que o governo federal reduziu o imposto de importação sobre uma série de itens, zerou impostos federais da cesta básica e promoveu um corte linear na tabela do IPI.

Ele também havia mencionado outras medidas adotadas pelo governo, para tentar dar mais fôlego à população e injetar mais recursos na economia:

— Nós estamos tentando com os nossos programas – os saques do FGTS são mais de R\$ 30 bilhões, a antecipação de benefício pensionista e aposentados são mais de R\$ 50 bilhões – é o crédito, estamos sustentando a camada de demanda.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/06/2022

GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO PROJETO QUE, NA PRÁTICA, ACABA COM O REGIME DE PARTILHA DO PRÉ-SAL

Venda de contratos pode render mais de R\$ 200 bilhões, estima Executivo
Por Manoel Ventura — Brasília

O presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que, na prática, acaba com o regime de partilha. Esse modelo rege os atuais contratos de exploração de petróleo na camada pré-sal.

A íntegra do projeto não foi divulgada pelo governo. O texto autoriza a União a vender a sua parte nos atuais contratos do pré-sal, que já estão sendo executados pelas empresas. Além disso, não há mais planos de fazer leilões nesse modelo por falta de novas áreas atrativas.

O modelo de partilha sempre criticado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, mas até agora o governo não havia proposto o fim do regime.

A venda da parte da União nos contratos de partilha pode gerar cerca de 200 bilhões ao governo, de acordo com análises preliminares. Mas isso depende do comportamento do dólar e do barril de petróleo, além de um deságio que as empresas devem requerer ao governo.

Veja o que a Petrobras já vendeu e o que pretende vender

O regime de partilha é caracterizado, dentre outros aspectos, pela participação compulsória da União, representada pela estatal PPSA, no consórcio vencedor da licitação do bloco a ser explorado e pelo direito da União à parte do óleo e gás natural obtidos com a respectiva produção.

Com o fim da partilha, a tendência é pela extinção da PPSA.

Além da partilha, há a concessão. No caso da concessão, não há partilha de óleo, mas o leilão se dá pela maior arrecadação. Além disso, há a chamada participação especial, percentual de royalty quando há um grande volume de óleo no campo.

"Ocorre que o modelo adotado até aqui faz com que a União compartilhe com os parceiros privados os riscos associados à exploração do petróleo. Além disso, para comercializar o óleo de propriedade da União, a PPSA deve exercer atividades similares a de traders privados, o que demanda ações complexas a fim de que a empresa estatal consiga maximizar as receitas da União", argumenta o governo.

A PPSA é uma empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e tem por objeto principal a gestão, representando os interesses da União, dos contratos de partilha de produção e a gestão dos contratos para a comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União.

O governo afirma que com a venda dos direitos da União previstos nos contratos de partilha, a PPSA deixaria de integrar os atuais contratos, fazendo com que as decisões empresariais passassem a ser tomadas por entes totalmente privados.

IBGE aponta os itens que mais subiram em 2021

"A medida possibilitaria, ainda, a redução da presença do Estado na economia, por meio da transferência onerosa de ativos da União ao setor privado, e a diminuição da participação federal em energia suja, com recursos que poderão contribuir para financiar uma agenda ambiental e socialmente responsável", diz o texto do governo.

Em nota divulgada pelo Palácio do Planalto, o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, disse que o projeto dá segurança jurídica para viabilizar a venda dos

contratos de petróleo do regime de partilha em um momento em que o mundo experimenta a transição energética, migrando de fontes sujas para fontes limpas.

"Não faz sentido que o governo continue tendo contratos de petróleo por décadas à frente, sabendo que países como a Inglaterra proibiram venda de veículos a combustão a partir de 2030", avalia Mac Cord.

De acordo com a proposta, as receitas obtidas com a cessão de direitos da União não estarão vinculadas ao Fundo Social do Pré Sal, criado para receber a arrecadação do pré-sal. O dinheiro tem como destino prioritário a saúde e a educação.

"Essa medida é importante porque, caso mantida essa vinculação, haveria ineficiência na gestão fiscal. Isso porque, dado o volume de recursos esperados, eles não teriam contrapartida de previsão de despesas no orçamento. Porém, não haverá qualquer prejuízo à execução das políticas públicas abrangidas pelo Fundo Social, uma vez que os recursos serão alocados normalmente no orçamento público conforme as prioridades definidas pelo Congresso Nacional", sustenta o governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/06/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

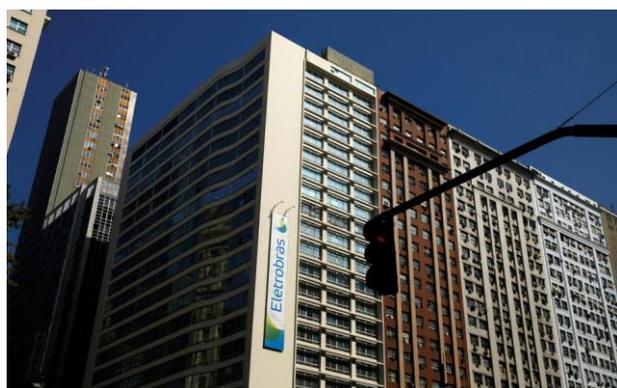
ELETOBRAS É PRIVATIZADA COM OFERTA DE R\$ 33,7 BILHÕES NA BOLSA

Após acirrada disputa entre investidores, papel saiu a R\$ 42, desconto de 4% em relação à cotação de hoje; com operação, governo deixará de ter controle do negócio

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

A oferta de ações que resultou na privatização da Eletrobras movimentou cerca de R\$ 33,7 bilhões, depois de o preço de cada papel ser definido a R\$ 42 na noite de quinta-feira, 9, segundo fontes de mercado. O ajuste de preço foi alvo de uma intensa disputa entre investidores locais e estrangeiros, que só terminou depois das 20h. A venda da estatal de energia via Bolsa foi o maior movimento de desestatização do País em duas décadas. A fatia do governo e do BNDES no negócio deve cair a cerca de 35%.

O preço de R\$ 42 representou um desconto de 4% em relação ao valor da ação ao fim do pregão de quinta-feira, de R\$ 44. Além de ter sido uma das maiores ofertas de ações em todo o mundo no ano de 2022, a operação da Eletrobras também foi a maior operação na B3, a Bolsa brasileira, desde a megacapitalização da Petrobras, em 2012, que movimentou R\$ 100 bilhões.



Prédio da Eletrobras; um dos primeiros passos esperados pelo mercado no processo de privatização é a troca de executivos da companhia e também do conselho de administração. Foto: Pilar Olivares/Reuters

superado R\$ 70 bilhões.

Grandes investidores marcaram presença na operação, entre eles o fundo 3G Capital – dos fundadores da Ambev – e banco Clássico, de José Abdalla Filho, que também é um relevante acionista da Petrobras. A demanda total, considerados todos os tipos de investidores teria



Mas a oferta da Eletrobras teve um empurrão importante da possibilidade de uso de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações. Foi a primeira vez em cerca de 20 anos que o trabalhador brasileiro teve essa oportunidade. Antes, isso ocorreu com papéis da Vale e da Petrobras.

Diante da oportunidade, a demanda foi alta: cerca de 350 mil pessoas reservaram ações da companhia. O teto para uso do FGTS era de R\$ 6 bilhões, mas a demanda ficou em R\$ 9 bilhões, ou 50% a mais. Por essa razão, deverá haver uma redução em relação aos valores reservados por trabalhadores.

O investidor que fez uso de seu FGTS para entrar na oferta não poderá se desfazer do investimento por um prazo de no mínimo 12 meses – exceto em alguns casos, como o de demissão sem justa causa.

De olho em ganhos de eficiência

Em relação à privatização da companhia, um dos primeiros passos esperados por fontes de mercado ouvidas pelo Estadão é a troca de executivos da companhia e também do conselho de administração. Com a redução de sua participação, o governo terá menos assentos no colegiado, abrindo espaço para que fundos de investimento indiquem seus representantes.

A partir dessa mudança, o novo conselho deverá fazer uma mudança geral no quadro administrativo da empresa, incluindo todo o alto escalão.

Analistas do setor acreditam que a empresa poderá ter mais fôlego para investir, incluindo em fontes de energia renováveis. “A Eletrobras terá exatamente o mesmo modelo de governança que já foi testado em outras privatizações do setor elétrico na Europa.

A disponibilidade de caixa e o uso do mercado de capitais para novas captações vão permitir novos planos de investimento que são essenciais no segmento”, aponta Fabio Coelho, presidente da Amec, associação que representa mais de 60 investidores, entre locais e estrangeiros, que têm investimento de mais de R\$ 700 bilhões na Bolsa brasileira.

Segundo Coelho, um dos pontos relevantes na “nova Eletrobras” será uma maior agilidade na tomada de decisão. “É importante ressaltar que o governo continuará sendo o maior acionista individual, e que, portanto, terá acesso a maior percentual dos lucros esperados, justificando, assim, o interesse público na operação”, comenta.

Mais próxima do setor privado

Sócio do M3BS Advogados e especialista em negócios públicos, Lucas Miglioli afirma que, com a privatização, a Eletrobras deve se tornar mais eficiente. “Tornando sua burocracia mais compatível com a do setor privado, terá mais agilidade para enfrentar um cenário cada vez mais competitivo e ávido por novas tecnologias”, disse. “A expectativa é de que, ao deixar de ser controlada pela União, a Eletrobras deixe de atuar como mera operadora e ganhe protagonismo no setor.”

Para o público em geral, uma das expectativas é de que a conta de luz fique mais barata, mas pode não ser bem assim. Sócio do PMMF Advogados e especialista em direito público, Ulisses Penachio lembra que apenas parte do novo capital – aquele destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – poderá gerar alguma redução nas tarifas. “O médio e longo prazo, o impacto da privatização na tarifa tende a ser neutro”, aponta

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 09/06/2022

CERCA DE 350 MIL TRABALHADORES USARAM RECURSOS DO FGTS NA OFERTA DA ELETROBRAS, DIZEM FONTES

Embora governo tenha estabelecido teto de R\$ 6 bilhões para investimento, demanda foi 50% superior e chegou a R\$ 9 bi

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

Cerca de 350 mil trabalhadores utilizaram parte de seu saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para participar da oferta de ações da Eletrobras, transação que levará à sua privatização, apurou o Estadão. Ao todo, esse grupo fez reservas para compra de ações que somaram aproximadamente R\$ 9 bilhões, acima do teto imposto pelas regras da oferta, de R\$ 6 bilhões.

Essa é a primeira vez que os recursos do FGTS podem ser utilizados para compra de ações desde a megacapitalização da Petrobras, em 2010. Como a demanda foi maior do que esse limite, é esperado que os investidores não recebam o total de ações que inicialmente reservaram. O investidor que fez uso de seu FGTS para entrar na oferta não poderá se desfazer do investimento por um prazo de no mínimo 12 meses, exceto em alguns casos, como demissão.

Segundo analistas, a alta demanda pelas ações da companhia, mesmo em um ambiente global de maior aversão ao risco, se deve às apostas de ganhos com a valorização das ações após a privatização, com maior ganho de eficiência por parte da companhia.

Ao fim da oferta na Bolsa brasileira a União terá sua participação caindo para abaixo de 50%, ou seja, deixará de ser a controladora. A previsão é de que a fatia que hoje pertence ao governo, somando União e BNDES, vá dos atuais 60% para cerca de 33%, de acordo com o prospecto da oferta.

O modelo da privatização é o mesmo do que foi utilizado pela antiga BR Distribuidora, hoje Vibra.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/06/2022

PEQUENAS EMPRESAS CRIARAM 76% DOS POSTOS DE TRABALHO EM 2022, DIZ SEBRAE

Levantamento indica as MPEs como as principais responsáveis pelo aumento no número de vagas de emprego no último ano

Por Wellton Máximo, Agência Brasil

As micro e pequenas empresas (MPE) estão puxando a criação de empregos formais em 2022. Dos 700,59 mil postos de trabalho formais criados no Brasil de janeiro a abril, 585,56 mil, o equivalente a 76% do total, originaram-se de pequenos negócios.



A conclusão consta de levantamento do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia. As MPE abriram 470,52 mil vagas a mais que as médias e grande empresas nos quatro primeiros meses de 2022.

Setor que mais criou empregos é o de serviços, com a abertura de 93,4 vagas em micro e pequenas empresas, de um total de 117 mil postos Foto: Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Apenas em abril, os negócios de menor porte foram responsáveis pela abertura de 84% das vagas formais no mês, com 166,8 mil de um total de 196,9 mil postos de trabalho criados no mês

passado. Na divisão por setores da economia, somente os pequenos negócios apresentaram saldo positivo na criação de empregos em todos os segmentos.

O setor com mais destaque é o de serviços, com a abertura de 93,4 vagas em micro e pequenas empresas, de um total de 117 mil postos apurados pelo Caged. De acordo com o Sebrae, a reabertura da economia, após a vacinação contra a covid-19, tem impulsionado a recuperação do segmento.

O segundo setor que liderou a criação de postos de trabalho em setembro foi o comércio, com 28,42 mil vagas em micro e pequenas empresas, de um total de 29,26 mil. Em terceiro lugar, vem a indústria, com 25,26 mil empregos gerados, contra um total de 26,37 mil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/06/2022

SANEAMENTO E ENERGIA SERÃO ESTRELAS NA RETOMADA DOS IPOS, PREVÊ CITI

Por Circe Bonatelli e Matheus Piovesana



Saneamento é um dos setores que devem sair na frente na volta das ofertas em Bolsa Foto: Moises Saba

Embora as águas do mercado de capitais permaneçam turvas, já é possível avistar quais setores estão mais propensos a encabeçar a próxima onda de ofertas de ações em Bolsa – que deve ganhar tração na virada de 2022 para 2023. Na avaliação do chefe de renda variável do Citi Brasil, Marcelo Millen, saneamento e energia reúnem uma conjuntura mais favorável para sair na frente.

Uma explicação para isso está na preferência de investidores por teses defensivas em momentos de incerteza sobre os rumos da economia, como o vivido agora. Portanto, empresas geradoras de caixa recorrente são vistas como investimentos mais seguros. É o caso dos setores citados, segundo Millen. Sem contar que empresas de ambos os segmentos têm mais apelo devido à agenda de boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG).

Universalização de saneamento básico exige investimentos pesados

No caso de saneamento, há necessidade de investimentos pesados para universalização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto – o que as companhias estaduais não têm capacidade de resolver sozinhas. Além disso, o marco legal aprovado em 2020 deu autonomia às prefeituras para licitar a contratação das prestadoras de saneamento, abrindo espaço para avanço das empresas privadas.

O executivo do Citi não cita casos específicos de empresas. Mas um exemplo prático disso é que a BRK Ambiental e a Corsan, ambas do setor de saneamento, vão tentar abrir capital em bolsa nas próximas semanas, em captações que devem totalizar cerca de R\$ 3 bilhões como noticiou a Coluna na última semana.

Se bem-sucedidos, os movimentos de BRK e Corsan podem pavimentar o caminho para outras ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) de empresas do ramo. A Saneago e a Compesa (estatais de saneamento de Goiás e Pernambuco, respectivamente) já haviam contratado bancos no passado para captação de recursos em Bolsa, mas acabaram engavetando as iniciativas com a piora do cenário macroeconômico.

Matriz de produção e distribuição de energia limpa precisam crescer

Raciocínio semelhante vale para o setor elétrico, segundo Millen. Há necessidade de ampliar a matriz de produção e distribuição de energia limpa no País, o que o setor público não dá conta de fazer sozinho. A tese passa por um teste nesta semana: a demanda de investidores pela privatização da Eletrobras.

A perspectiva, entretanto, é que os IPOs de saneamento e elétricas se desenrolem gradativamente. As sinalizações de interesse ainda são discretas, e os investidores permanecem inibidos pela conjuntura de inflação e juros altos, combinada com incertezas provocadas por eleições, pandemia e guerra, ponderou o executivo do Citi. A inflexão deve ocorrer quando o ciclo de elevação dos juros chegar ao fim.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 09/06/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

GUERRA E CRISE ENERGÉTICA EXIGEM PROLONGAR TEMPORARIAMENTE USO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS, DIZ AIE

Diretor da agência avalia que os mercados de petróleo, gás e energia elétrica estão sob pressão e sem medidas necessárias, o mundo enfrentará novas altas da inflação

*Por Robson Rodrigues, Valor — Sonderborg, Dinamarca**



Fatih Birol, diretor executivo da Agência Internacional de Energia — Foto: Robson Rodrigues / Valor

A crise energética mundial e a invasão da Ucrânia pela Rússia vão exigir que alguns países prolonguem temporariamente o uso combustíveis fósseis, entretanto isto não deve ser um elemento permanente da política energética, disse o diretor da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, em conferência internacional.

Segundo o dirigente, os mercados de petróleo, gás e energia elétrica estão sob muita pressão e se o mundo não tomar as medidas necessárias, pode enfrentar um novo aumento da inflação, especialmente para os países europeus.

Para o executivo, o Brasil tem situação mais confortável por ter uma matriz muito mais limpa em relação ao resto do mundo. “O Brasil é um país com enorme potencial em energias renováveis, com biocombustíveis, energia solar, grandes hidrelétricas e tem uso energético diversificado de energia nuclear, recursos de petróleo e gás com bons impactos na economia e baixo impacto nas emissões”, afirma.

Contudo, ele lembra que manter subsídios, como o do carvão, deveria ser uma medida pontual no atual contexto e ser usada como uma política energética.

“Talvez haja exceções das decisões dos governos ao redor do mundo [em subsidiar combustíveis fósseis] como resultado da imediata atual crise energética, mas em médio e longo prazo, espero que o Brasil, como todos os outros países do mundo, impulse uma transição para a energia limpa”, disse.

Alguns países do mundo estão estendendo a operação de usinas a carvão e retomando incentivos aos combustíveis fósseis. No Brasil, no começo do ano o governo aprovou uma lei que obriga uso de térmicas a carvão até 2040, com benefício ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, maior usina a carvão do Brasil.

Birol afirma que outra ferramenta nas mãos dos governos seria reduzir o consumo. Um estudo inédito divulgado pela AIE no mesmo evento mostrou que melhorar a eficiência energética de 2% para 4% ao ano ao longo desta década poderia ajudar a atender as metas de zerar as emissões de gases de efeito estufa.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/06/2022

ARRECAÇÃO DE ROYALTIES DO PETRÓLEO DEVE CHEGAR A R\$ 61 BILHÕES EM 2022

Valor representa aumento de 60,5% em relação aos R\$ 38 bilhões arrecadados no ano passado; alta reflete crescimento da produção brasileira e alta do preço do barril de petróleo no mercado internacional

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio



Plataforma de Pampo, Bacia de Campos, Petrobras: royalties são compensação financeira paga por empresas que produzem no Brasil — Foto: Divulgação/Petrobras

A arrecadação de royalties da produção de petróleo e gás natural deve ficar em R\$ 61 bilhões em 2022, de acordo com as estimativas mais recentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP). O valor representa aumento de 60,5% em relação aos R\$ 38 bilhões arrecadados no ano passado.

Os dados foram divulgados pelo diretor-geral da agência, Rodolfo Saboia, em workshop nessa quarta-feira (8), a parlamentares, prefeitos e associações do setor. De acordo com o diretor, apenas no primeiro trimestre deste ano foram levantados R\$ 23 bilhões em royalties, crescimento de quase 30% em relação aos

três primeiros meses de 2021.

“Se os preços do petróleo continuarem elevados, poderemos atingir mais de R\$ 60 bilhões em arrecadação de royalties em 2022. Os números impressionam, mas sabemos que ainda mais importante é o impacto desses valores em cada ente beneficiário e na ponta da linha, na distribuição aos cidadãos”, afirmou Saboia.

O aumento do valor reflete o crescimento da produção brasileira, assim como a alta do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Os royalties são uma compensação financeira paga pelas empresas que produzem no Brasil. O objetivo é remunerar a sociedade pela extração de recurso não-renovável e assegurar que os benefícios obtidos por essas atividades sejam aproveitados não apenas no momento atual, mas também pelas gerações futuras.

Segundo dados da ANP, hoje são arrecadados royalties de cerca de 300 campos produtores no Brasil. Os valores são recebidos por 11 Estados e mais de 900 municípios. Os municípios de maior arrecadação estão no Estado do Rio de Janeiro: Maricá, Saquarema, Macaé, Niterói, Campos dos Goytacazes e o próprio município do Rio.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/06/2022

RUMO E CORURIFE INICIAM OPERAÇÃO DE AÇÚCAR

Terminal em Iturama, Minas Gerais, recebeu investimento de R\$ 95 milhões e irá inaugurar transporte de açúcar na ferrovia Norte-Sul
Por Taís Hirata — De São Paulo



— Foto: Reprodução/Facebook Rumo

A Rumo, empresa de logística do grupo Cosan, e a Usina Coruripe inauguram nesta quinta-feira (dia 9) a operação de um terminal de açúcar em Iturama (MG), para transportar a carga até o Porto de Santos por meio da ferrovia Norte-Sul. O empreendimento tem capacidade para movimentar ao menos 2 milhões de toneladas açúcar de exportação (VHP) por ano. Na

avaliação de Mario Lorencatto, presidente da empresa do setor sucroenergético, o potencial pode ser muito maior.

O investimento para a construção da unidade, de R\$ 95 milhões, foi feito pela Coruripe, mas a ideia é que o terminal seja bandeira branca, ou seja, será utilizado também por outros clientes da Rumo que queiram utilizar a ferrovia para escoar açúcar.

Para a Coruripe, o novo empreendimento representa um ganho de eficiência logística em sua operação própria - hoje a companhia leva a carga, por meio de caminhões, até um outro terminal em parceria com a Rumo, em Fernandópolis (SP), para a conexão com a malha ferroviária. Porém, o interesse vai além disso, segundo Lorencatto.

A companhia também tem o objetivo de gerar receita adicional a partir do serviço de transbordo prestado no local.

“O terminal está localizado no Triângulo Mineiro, em uma área de expansão do setor. A fronteira agrícola está em deslocamento, a produção não está mais apenas no Sudoeste de Goiás. E a questão logística é essencial para esse movimento, porque o transporte rodoviário agrega um custo significativo. A chegada da Malha Central vai ser uma alavanca de desenvolvimento maior ainda”, diz.

Para a Rumo, trata-se de sua primeira operação de açúcar e a primeira unidade da empresa no Estado de Minas Gerais. Além disso, este é o terceiro terminal da Malha Central, concessão conquistada em março de 2019, quando o grupo venceu o leilão do trecho central da Norte-Sul.

Após a conclusão das obras, a operação da ferrovia foi inaugurada em março de 2021, no trecho entre Estrela D'Oeste (SP) e São Simão (GO), onde foi instalado um terminal de grãos em parceria com a Caramuru. Em julho, a Rumo inaugurou um novo terminal em Rio Verde (GO) que ampliou a movimentação de grãos.

Neste ano, a previsão é inaugurar outras duas operações, afirma Pedro Palma, vice-presidente comercial da empresa. O primeiro deles, que deverá ficar pronto entre julho e agosto, será um terminal de fertilizantes também em Rio Verde, que está sendo construído em parceria com a Andali (joint venture da cooperativa americana CHS e da BRFétil).

O segundo terminal, previsto para entrar em operação no fim deste ano, é de contêineres, em Anápolis (GO). A unidade será operada pela Brado (braço de contêineres da Rumo) em parceria com o Porto Seco de Anápolis.

Em meados de 2023, está previsto ainda o início da operação de um terminal de combustíveis, dentro do complexo de Rio Verde. “Com isso, se encerrará a primeira etapa de implantação da

Malha Central, com operações de grãos, fertilizantes e combustíveis. Porém, essa é uma jornada que não se encerra. Vamos trabalhar para novos terminais na malha”, afirma o executivo.

Palma diz que ainda não pode dar detalhes, mas indica que estão em prospecção pelo grupo a construção de novos terminais de granéis sólidos no Norte de Goiás e no Sul de Tocantins.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2022

MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PODERIAM REDUZIR O EQUIVALENTE À ATUAL DEMANDA DE ENERGIA DA CHINA

Relatório aponta que, neste cenário de alta eficiência, a demanda de energia poderia ser cerca de 5% menor até 2030, atendendo a uma economia 40% maior

*Por Robson Rodrigues, Valor — Sonderborg, Dinamarca**



A economia de energia é um pilar fundamental do Brasil, que em 2021 passou pela pior crise hidroenergética dos últimos 91 anos — Foto: Pixabay

Um estudo inédito divulgado nesta quarta-feira, 8 de junho, durante a 7ª Conferência Global Anual sobre Eficiência Energética, promovida pela Agência Internacional de Energia (AIE), mostrou que melhorar a eficiência energética de 2% para 4% ao ano ao longo desta década poderia ajudar a atender as metas de zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2050 com potencial para

evitar cerca de 95 exajoule (EJ) por ano de energia, o equivalente ao atual consumo de energia da China.

Intitulado “O valor da ação urgente em eficiência energética” (The value of urgent action on energy efficiency, em inglês), o relatório aponta que neste cenário de alta eficiência, a demanda de energia poderia ser cerca de 5% menor até 2030, atendendo a uma economia 40% maior.

Entretanto, alcançar esta meta depende de um impulso global e medidas relacionadas à demanda de energia evitada, como eletrificação, mudança de comportamento, digitalização e eficiência de materiais na indústria.

O documento aponta que esta ação poderia reduzir as emissões de dióxido de carbono em mais 5 bilhões de toneladas por ano até 2030, em comparação com as políticas atuais. Isso é cerca de um terço da redução total de emissões necessária nesta década até 2050.

“Sem adicionar nenhuma tecnologia inovadora, os países poderiam adotar boas práticas de eficiência que podem economizar o equivalente à atual demanda energética da China. A eficiência energética é uma solução crítica para muitos dos desafios mais urgentes do mundo e pode simultaneamente tornar nosso fornecimento de energia mais acessível, mais seguro e mais sustentável”, disse o diretor executivo da AIE, Fatih Birol.

Essa mudança no esforço global incluiria fornecer, por exemplo, cozinha e aquecimento limpos e eficientes para as populações mais pobres e poderia evitar a demanda de mais de 20 EJ para o uso tradicional de biomassa – como madeira e carvão vegetal – em 2030 em comparação com as políticas atuais, melhorando drasticamente a vida de bilhões de pessoas.

Nos cálculos da AIE, a economia de energia contribuiria para reduzir as contas de energia domésticas em pelo menos US\$ 650 bilhões por ano até 2030 em comparação com as políticas atuais.

Na avaliação do ministro do Clima, Energia e Serviços Públicos da Dinamarca, Dan Jørgensen, não é mais uma questão de se devemos implementar soluções e tecnologias mais eficientes em

termos de energia globalmente, é uma questão de como vamos fazer isso. “Ao aumentar a nossa eficiência energética, podemos reduzir completamente a nossa dependência do petróleo e do gás russos e aproximarmo-nos da neutralidade climática”.

A economia de energia é um pilar fundamental do Brasil, que em 2021 passou pela pior crise hidroenergética dos últimos 91 anos, mas também para a Europa, que quer se livrar dos combustíveis fósseis da Rússia e se comprometeu a tornar a eficiência energética uma prioridade global em sua estratégia de engajamento externo.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2022

STF MUDA REGRA E LIMITA VOTOS DOS MINISTROS INDICADOS POR BOLSONARO

Até hoje, quando um magistrado pedia destaque de julgamento em plenário virtual, votação era "resetada", o que fazia com que análise do processo começasse do zero quando retomada na sessão pública

Por Luísa Martins, Valor — Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) mudou a regra que zerava os votos já proferidos em julgamentos virtuais interrompidos pelo chamado "pedido de destaque", utilizado por ministros para tirar um caso do plenário virtual e levá-lo à sessão presencial.

Na prática, a decisão limita os votos dos ministros Nunes Marques e André Mendonça, indicados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), na medida em que valida as manifestações proferidas pelos seus antecessores – Celso de Mello e Marco Aurélio Mello, respectivamente – antes da aposentadoria.

Até agora, quando um ministro pedia destaque de um julgamento em plenário virtual, a votação era "resetada", fazendo com que a análise do processo começasse do zero quando fosse retomada na sessão pública.

Antes de se aposentar, Marco Aurélio já havia tentado emplacar essa mudança. Em julho do ano passado, enviou um ofício ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, pedindo que seus votos fossem computados normalmente.

Na ocasião, Fux abriu um processo administrativo e pediu a opinião dos demais colegas. Os ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, únicos a responder, se manifestaram contra o pedido do então decano. O presidente da Corte, então, em outubro, arquivou o ofício.

Nesta quinta-feira (9), os três mudaram de ideia. A proposta de mudança foi, inclusive, apresentada pelo próprio Moraes, por meio de uma questão de ordem. O placar final foi de 8 votos a 1. O único a discordar foi Mendonça.



STF muda regras sobre votos: nova regra só tem validade daqui para frente, sem efeito retroativo para julgamentos já encerrados
— Foto: Imagem Valor Econômico

Além de Moraes, Fachin e Fux, foram favoráveis à validação dos votos dos aposentados os ministros Nunes Marques, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes não participaram da votação.

Ao apresentar a questão de ordem, Moraes disse que "a retomada do julgamento em ambiente presencial deve preservar os votos proferidos pelos ministros que já não integram a Suprema

Corte, sob pena de subverter os comandos constitucionais da segurança jurídica e do juiz natural".

Fachin disse entender haver "simetria entre o plenário virtual e o plenário físico", de modo que não se poderia invalidar os votos depositados anteriormente na plataforma eletrônica pelos ministros aposentados.

No ano passado, eles se manifestaram de outro modo. Fachin defendeu a manutenção da regra que zerava os votos, em nome da "estabilidade ao modo de proceder no tribunal". Moraes concordou, mas sugeriu que seus pedidos de destaque fossem transformados em pedidos de vista, para preservar os votos de Marco Aurélio.

Eles não justificaram a mudança de posicionamento, mas o Valor apurou que foi motivada pelo caso chamado "revisão da vida toda", em que Marques pediu destaque. Se o processo fosse zerado, o voto de Marco Aurélio, favorável aos aposentados, seria invalidado, abrindo espaço para Mendonça, que o substituiu, votar ao contrário.

A nova regra só tem validade daqui para frente, sem efeito retroativo para julgamentos já encerrados. Durante a sessão, Marques afirmou ter levantado pelo menos 25 casos em que os votos dos aposentados serão levados em conta.

Além do caso da "revisão da vida toda", que vai definir se devem ser consideradas as contribuições previdenciárias feitas pelos segurados antes de julho de 1994, outros processos importantes podem ser impactados.

Um exemplo é a ação sobre a taxação de grandes fortunas. Antes de se aposentar, Marco Aurélio votou para reconhecer a omissão do Congresso em regulamentar o imposto, mas o julgamento foi suspenso por pedido de destaque de Gilmar.

Em outro caso de interesse direto de Bolsonaro, Marques pediu destaque da ação que questiona se o presidente pode bloquear cidadãos das suas redes sociais. Marco Aurélio entende que não. Quando o julgamento for retomado, seu posicionamento agora será contabilizado. Mendonça, que foi advogado-geral da União e ministro da Justiça do atual governo, não votará.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2022

ANGLO AMERICAN E PORTO DO AÇU ESTUDAM PROJETO PARA REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA

A parceria vai estudar o tratamento e a utilização de parte desse efluente nas unidades industriais do complexo (atuais e futuras), para que, gradativamente, o efluente deixe de ser descartado no mar e passe a ser reutilizado

Por Valor — Rio



Em operação desde 2014, o Porto do Açu possui o terceiro maior terminal de movimentação de minério de ferro do Brasil — Foto: Divulgação

A Anglo American e o Porto do Açu anunciaram uma parceria para estudar, em unidades industriais, o reuso da água que é utilizada na operação do mineroduto de 529 quilômetros de extensão que transporta minério de ferro de Conceição do Mato Dentro (MG) ao porto, em São João da Barra (RJ). Segundo as empresas, potencialmente esse poderá ser um dos maiores projetos de reaproveitamento de água do Brasil, com um volume que pode chegar a 0,3 m³/s de água reutilizada.

O minério que sai da unidade da Anglo American atravessa 29 municípios até o Porto do Açu, onde passa por um processo de filtragem, com a separação da água e do minério. Depois é armazenado para exportação. Atualmente, o efluente gerado pelo sistema de filtragem da água é tratado e majoritariamente descartado ao mar. A parceria vai estudar o tratamento e a utilização de parte desse efluente nas unidades industriais do complexo (atuais e futuras), para que, gradativamente, o efluente deixe de ser descartado no mar e passe a ser reutilizado.

“A ideia é elevar o reuso ao máximo possível em nossas operações”, explica Tiago Alves, gerente de meio ambiente da Anglo American. “A empresa continua trabalhando para incentivar e construir um ambiente cada vez mais sustentável, que traga soluções em prol da sustentabilidade e da sociedade em geral. Temos metas consistentes em nosso Plano de Mineração Sustentável e trabalhamos de maneira sólida para atingi-las”, afirma Wilfred Buijn, CEO da Anglo American.

Em operação desde 2014, o Porto do Açu possui o terceiro maior terminal de movimentação de minério de ferro do Brasil, ergue o maior parque de geração de energia a partir de gás natural da América Latina, com um terminal de GNL e uma termelétrica de 1,3 GW já em operação, e uma segunda termelétrica de 1,7 GW em início de construção. Abriga também uma base de apoio logístico offshore e duas fábricas de dutos flexíveis para escoamento de petróleo e gás. Com foco em crescimento sustentável, prevê a industrialização com projetos de energia renováveis e baixo carbono, tais como energia solar, hidrogênio verde e eólica offshore.

“As empresas instaladas no Porto do Açu necessitam de água para diferentes atividades e representam relevante demanda para água de reuso. A iniciativa estimula as práticas de economia circular da água, em linha com as estratégias de sustentabilidade do Grupo Prumo. O efluente também poderá ser reutilizado por empresas que implantarão novos projetos industriais e renováveis no porto, como usinas termelétricas, planta de fertilizantes, produção de pellets, petroquímicas, hidrogênio verde e outros”, afirma José Firmo, CEO do Porto do Açu.

A Anglo American possui dois negócios no país: produção de minério de ferro, em Minas Gerais, e níquel, em Goiás. O Minas-Rio conta com logística integrada. A mina e o beneficiamento estão instalados em Conceição do Mato Dentro, em Minas Gerais, e se ligam ao Porto de Açu, no Rio de Janeiro. A expectativa de produção este ano é de 22 a 24 milhões de toneladas de minério de ferro. A empresa produz um minério premium, com alto teor de ferro (cerca de 67%) e baixo índice de contaminantes.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/06/2022

RETIRADA DE MINAS DOS PORTOS DA UCRÂNIA PODE DEMORAR MESES, DIZ ONU

Cerca de 450 trabalhadores estrangeiros permanecem presos em mais de 80 navios nos portos ucranianos

Por Valor — São Paulo



Fumaça sobe após bombardeio perto de um porto marítimo em Berdyansk, na Ucrânia — Foto: AP Photo

A retirada de minas marítimas perto dos principais portos da Ucrânia pode levar meses, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda há centenas de trabalhadores do setor presos na região após a invasão do país pela Rússia. Muitos deles não conseguem sair da área por causa da presença dos explosivos nas águas ucranianas.

“Mesmo que os portos quisessem reabrir amanhã,

levaria algum tempo até que os navios pudessem entrar ou partir”, disse Peter Adams, assessor especial de segurança marítima da Organização Marítima Internacional, em entrevista coletiva. “A remoção completa das minas marítimas nas áreas portuárias levará vários meses.”

Cerca de 450 trabalhadores estrangeiros permanecem presos em mais de 80 navios nos portos ucranianos. Um terço é das Filipinas, com números substanciais também da Turquia, Síria e Azerbaijão, disse Adams.

Navios russos bloquearam o acesso da Ucrânia ao Mar Negro, interrompendo as exportações marítimas de alimentos básicos, como grãos e frango, agravando uma crise alimentar global. Moscou nega responsabilidade pela interrupção, culpando Kiev por se recusar a remover minas que protegem os portos ucranianos de possíveis ataques russos.

Os custos de frete e seguro aumentaram depois que navios de comércio foram atingidos nos primeiros dias da invasão da Rússia, e algumas companhias de navegação ainda estão evitando o Mar Negro.

Três minas foram detectadas flutuando livremente em março, duas na costa da Turquia e uma perto da Romênia. No noroeste do Mar Negro, perto da Ucrânia, os navios comerciais pararam de operar, segundo Adams.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/06/2022

CTG BRASIL VAI ANUNCIAR NOVOS APORTES EM GERAÇÃO EÓLICA E SOLAR NO NORDESTE

Vice-presidente corporativo da CTG Brasil destacou ainda o potencial solar de Minas Gerais e da Bahia e afirmou que o objetivo principal é da empresa continuar crescendo nas renováveis "e continuar garantindo o equilíbrio do sistema"

Por Gabriela Ruddy, Valor — Rio



— Foto: Pixabay

A CTG Brasil pretende anunciar em breve novos investimentos em geração de energia eólica e solar no Nordeste e Sudeste do país, disse José Renato Domingues, vice-presidente corporativo da CTG Brasil.

“Continuamos acreditando muito no país e investindo. Vamos entrar mais ainda agora nas energias eólica e solar. Minas Gerais e Bahia têm um potencial solar importante”,

afirmou o executivo durante o Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico (Enase), no Rio, nesta quinta-feira (9).

A CTG Brasil é o braço brasileiro da chinesa China Three Gorges (CTG), grupo focado em hidrelétricas de grande porte. Hoje, no Brasil, a companhia tem projetos hidrelétricos principalmente no Sudeste e Sul do país.

“Nosso objetivo principal é continuar crescendo nas renováveis e continuar garantindo o equilíbrio do sistema como um todo, com essas novas tecnologias que podem ser apoiadas por hidrelétricas e também por hidrelétricas reversíveis, que fazem parte do nosso desenvolvimento tecnológico”, complementou.



O executivo lembrou ainda que o setor passa por uma transformação no Brasil, com a abertura do mercado livre a mais consumidores. No ambiente de contratação livre, os clientes podem escolher o fornecedor de energia, diferentemente do mercado regulado, no qual o consumidor é suprido pelas distribuidoras. Segundo Domingues, o setor elétrico ficou para trás nesse sentido e está hoje, nesse sentido, no mesmo patamar em que estava o setor de telefonia ao final do século passado.

“Com a abertura do mercado livre, a experiência de compra do consumidor pode se digitalizar”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/06/2022

ELETOBRAS (ELET6) VENDE AÇÃO A R\$ 42 NA OFERTA DE PRIVATIZAÇÃO DA ELÉTRICA

Companhia vendeu 802,1 milhões de ações, movimentando R\$ 33,7 bilhões entre lote base e suplementar

Por Maria Luíza Filgueiras e Manuela Tecchio, Valor — São Paulo

A Eletrobras acaba de fixar preço de R\$ 42 por ação na mega oferta de ações que resulta em uma companhia privatizada. A companhia vendeu 802,1 milhões de ações, movimentando R\$ 33,7 bilhões entre lote base e suplementar, informou o Pipeline, site de negócios do Valor.

Com a venda de parte das ações do BNDES e especialmente pela diluição da União com a emissão de novas ações, o governo deixa de ser controlador da Eletrobras – ainda que detenha uma golden share. A União e o BNDES saem de 68,6% das ordinárias para 40,3% (há ainda uma participação pequena de outros fundos governamentais, não detalhadas no prospecto), indo para 36,9% do capital total.

No início da noite, o cabo de guerra entre bancos e investidores se concentrava em uma diferença de 50 centavos, com o range oficial entre R\$ 42 e R\$ 42,50. Investidores internacionais relevantes, como GIC e CPPIB, tinham tentado puxar o preço para baixo – pela manhã, os grupos pressionavam por ação entre R\$ 38,50 e R\$ 39,50. Com o alto interesse na operação, com demanda da ordem de R\$ 60 bilhões, os bancos conseguiram subir a régua.

Trabalhadores que investiram via FGTS vão ficar com R\$ 6 bilhões em ações, que era o valor máximo para esse tipo de reserva. Segundo o Valor Investe, cerca de 370 mil trabalhadores usaram o fundo de garantia para fazer reservas pelos papéis – demanda superior aos 248 mil trabalhadores que aderiram, com o mesmo recurso, à oferta da Petrobras em 2000, mas abaixo da adesão na Vale, em 2002.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/06/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ESTALEIRO RIO GRANDE VISLUMBRA NOVOS REPAROS E PARCERIA PARA PROJETOS DE O&G

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 09 Junho 2022

Ativo do grupo Ecovix realizou dois reparos entre final do ano passado e começo de 2022. Empresa dialoga com estaleiro EBR sobre potenciais parcerias em projetos de plataformas.

O Estaleiro Rio Grande (RS) continua a prospectar novos negócios. Apesar do foco na construção, o ativo administrado pela Ecovix estuda outras potenciais atividades, desde reparos e descomissionamento a mercados em desenvolvimento, como o de eólicas offshore. O grupo avalia que o plano de recuperação do estaleiro tem seguido seu rito e que, por conta do cumprimento das exigências, não haverá nenhum tipo de entrave a potenciais novos negócios. A empresa também vislumbra uma parceria para projetos no setor de petróleo e gás.



Arquivo/Divulgação

O diretor operacional da Ecovix, Ricardo Ávila, destacou que o estaleiro realizou dois reparos para navios da Siem Offshore, armador estrangeiro, entre o final do ano passado e o início de 2022. Ele explicou que um dos desafios para o estaleiro participar das concorrências por esses serviços é a proximidade dos ativos do Sudeste, principal centro de reparação. “Temos alguns orçamentos para reparos na rua. É um mercado muito competitivo, mas

algumas propostas podem ser convertidas em negócios”, contou Avila.

O grupo também participou do processo de orçamento da FPSO P-79, que será fornecida para a Petrobras pelo consórcio formado por Saipem e DSME. O estaleiro EBR, localizado próximo ao ERG, construirá sete módulos para esta plataforma, que vai operar no campo de Búzios, no pré-sal da Bacia de Santos. Avila acredita na possibilidade de uma parceria com o EBR para projetos da área de petróleo e gás. “Tabulamos algumas conversas com o EBR para ver se conseguimos ajudá-los e temos conversado para oportunidades futuras. Talvez surja a sinergia de um pequeno polo naval no sul do país”, projetou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

EMGEPRON E BNDES ACERTAM DETALHES PARA COOPERAÇÃO SOBRE CONTEÚDO LOCAL DO NAVIO POLAR

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 09 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Empresa e banco de fomento prepararam bases para acordo que prevê compartilhamento de informações e conhecimento, com duração de 4 anos, semelhante ao firmado em 2020 para fragatas Tamandaré. Projeto para obtenção do NApAnt prevê 45% de índice mínimo de nacionalização.

A Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

estabeleceram as bases para firmar um acordo de cooperação para a troca de conhecimento e informações para avaliação e aferição do conteúdo local do projeto do navio de apoio Antártico (NApAnt). O acordo, firmado no último dia 31 de maio, tem validade de quatro anos e é semelhante ao estabelecido entre o banco de fomento e a Emgepron em 2020 para o conteúdo local do projeto das fragatas classe Tamandaré. O navio polar será construído no Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), no Espírito Santo.

O conteúdo local exigido inicialmente para o NApAnt previa o índice mínimo de 45%, sendo que a proposta selecionada pela força naval, do grupo Sembcorp Marine, apontou o percentual de 47,68%. A escolha da melhor oferta para atender o projeto teve início com a divulgação da RFP

(request for proposal), em maio de 2020, utilizando ferramentas de análise multicritério à decisão (AMD) e de análise de riscos. O processo de seleção da Marinha baseou-se na expertise técnica e gerencial do seu pessoal e contou com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do BNDES.

A acordo de cooperação leva em conta que o NApAnt é um projeto de alta complexidade tecnológica, além da importância estratégica e econômica para incentivar a participação de empresas nacionais da base industrial de defesa do país no processo de obtenção do novo meio naval pela Marinha. Outro aspecto do termo é o compartilhamento de conhecimento e informações referentes à fabricação e às tecnologias envolvidas no setor de construção naval, abrangendo toda a cadeia produtiva, inclusive, no que couber, em outros projetos do setor naval.

Em março, representantes da indústria nacional de navieças, da base industrial de defesa e da sociedade de propósito específico (SPE) 'Polar-1 Ltda' se reuniram, na sede da Emgepron, no Rio de Janeiro. O encontro, que contou com representantes da Marinha e da Emgepron, teve como objetivo a demonstração de interesse de fornecedores locais em participar do projeto NApAnt. O grupo construtor foi confirmado pela Marinha em outubro de 2021 e, na sequência, começaram as consultas aos potenciais fornecedores do projeto do NApAnt.

A SPE é formada pelo EJA e pela Sembcorp Marine Specialised Shipbuilding, que fazem parte do mesmo grupo. O grupo de fornecedores teve representantes das câmaras setoriais de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO) e de Defesa e Segurança (CSDS) da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Na ocasião, os fornecedores demonstraram interesse nos planos de gestão do ciclo de vida do projeto e nas potenciais oportunidades de suporte à embarcação, incluindo itens que possam ser nacionalizados.

A previsão é que o contrato seja assinado em meados deste ano, mas a força naval e a SPE já mantêm conversas sobre os detalhes do projeto. A negociação contratual com a SPE Polar-1 é conduzida pela contratante Emgepron e deverá cumprir os trâmites legais e condições estipuladas na RFP para a assinatura do contrato no prazo mais breve possível. O programa tem a expectativa de gerar cerca de 600 empregos diretos e mais de 6.000 indiretos. A entrega do navio à força naval está prevista para 2025.

O novo NApAnt substituirá o navio de apoio oceânico (NApOc) Ary Rongel (H-44), que se aproxima do final do ciclo de vida. De acordo com a força naval, o projeto NApAnt prevê a obtenção de um meio naval para apoiar logisticamente o Programa Antártico Brasileiro (Proantar), de forma a auxiliar as pesquisas da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e a contribuir para a segurança da navegação na região Antártica.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 09/06/2022

USINA CORURIBE E RUMO INAUGURAM TERMINAL RODOFERROVIÁRIO EM MINAS GERAIS

Da Redação *PORTOS E LOGÍSTICA 09 Junho 2022*



Primeiro terminal para movimentação de açúcar na Malha Central (Ferrovia Norte-Sul) recebeu investimentos de R\$ 95 milhões e foi construído em Iturama, cidade do Triângulo Mineiro

A Usina Coruribe, uma das principais empresas do setor sucroenergético brasileiro, e a Rumo inauguram nesta quinta-feira (9) o terminal rodoferroviário Comendador Rubem Montenegro Wanderley em Iturama (MG). Com investimentos de R\$ 95 milhões por parte da Usina Coruribe, trata-se de uma unidade moderna de transbordo rodoferroviário conectada ao trecho da

Ferrovia Norte-Sul sob concessão da Rumo (batizado pela empresa de Malha Central).

O terminal tem capacidade para movimentar dois milhões de toneladas açúcar de exportação (VHP) por ano e representa um marco estratégico para a logística da região do Triângulo Mineiro. Com a geração de cerca de 350 empregos diretos na região — sendo 300 pessoas contratadas para a construção e outras 50 para a efetiva operação do terminal —, a nova unidade opera dentro de uma das unidades da Coruripe.

Bandeira branca, o novo terminal atenderá, além do volume da Usina Coruripe, outras empresas interessadas na logística ferroviária. Será operado em regime de pool, o que reduz custos e eleva a produtividade do transporte. O gerenciamento da infraestrutura será feito pela Usina Coruripe, cabendo à Rumo o transporte ferroviário até o Porto de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

OGMO/PARANAGUÁ ADOTA MEDIDAS PARA REDUZIR A FALTA DE MÃO DE OBRA NO PORTO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 09 Junho 2022



O Ogmo do Porto de Paranaguá vem implementando ações para reduzir a falta de mão de obra nas operações portuárias. A primeira medida está sendo aplicada desde 17 de maio e consiste na aplicação das regras de assiduidade/frequência mínima para todos os sindicatos de trabalhadores portuários avulsos.

Persistindo a falta de mão de obra, a partir de 17 de junho o Ogmo aplicará a escala funcional. É uma escala que funcionará somente em caso de falta de mão de obra e consiste no preenchimento das faltas, aproveitando as habilitações dos TPAs que, em suas escolhas, não foram escalados.

Essas medidas foram diagnosticadas a partir da falta de mão de obra avulsa nas atividades portuárias, o que vem ocasionando prejuízos nas operações e na funcionalidade do Porto de Paranaguá. As ações adotadas para sanar a falta de mão de obra avulsa nas operações portuárias visam preservar a funcionalidade do porto e o modelo de mão de obra avulsa, explica a diretora executiva do Ogmo/Paranaguá, Shana Carolina Bertol.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

EXPORTAÇÕES DE GRÃOS DEVEM CRESCER NO EMBALO DA SAFRA RECORDE

Por Marjorie Avelar PORTOS E LOGÍSTICA 09 Junho 2022*

Mesmo com quebra das lavouras de soja no ciclo 2021/2022, commodity que tende à queda nas vendas externas, outros produtos agrícolas vão compensar, principalmente o milho.

No embalo da previsão recorde da safra de grãos, que deve girar em torno de 271,3 milhões de toneladas no ciclo 2021/2022, as exportações de cinco – algodão, arroz, feijão, milho e trigo – dentre as seis principais commodities agrícolas tendem a acompanhar esse desempenho. Isso porque a soja, importante produto da agricultura brasileira no comércio exterior, pode sofrer queda nas vendas externas.

De acordo com Sergio Roberto Santos, superintendente substituto de estudos de mercado e gestão da oferta da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a perspectiva de incremento



total é de 11,13 milhões de toneladas na comparação com igual período anterior, chegando ao montante de 122,28 milhões de toneladas de grãos exportados.

“Com uma estimativa de significativa expansão do volume exportado de 16,18 milhões de toneladas, o milho será o principal responsável para o resultado de crescimento das vendas externas, mesmo diante da queda das exportações de soja”, destacou Santos, à Portos e Navios. De acordo com o superintendente da Conab, “o aumento da safra 2021/2022 e a menor disponibilidade de milho no mercado internacional, influenciada pelas tensões no leste europeu, são os principais fatores que devem ocasionar tal dinâmica”.

Menos soja para exportar

Esse movimento ascendente das exportações de grãos tende a acontecer, apesar da conjuntura do setor da soja, “que teve uma quebra da safra 2021/2022 em mais de 13,89 milhões de toneladas, resultando em menor disponibilidade do grão para exportação”. Diante do cenário, a estimativa da estatal é de um volume exportado da oleaginosa de 75,23 milhões de toneladas – 10,88 milhões de toneladas a menos, em relação ao período anterior.

“Em contrapartida, ainda no complexo da soja, identificamos uma majoração das exportações de óleo e farelo de soja, motivadas pela valorização das cotações internacionais desses derivados. No entanto, cabe pontuarmos que o volume comercializado de tais produtos – de 1,8 milhão de toneladas para o óleo e de 18,68 milhões de toneladas – é reduzido, na comparação com o total exportado pelo setor da soja”, analisou Santos.

Condições climáticas

Os prejuízos das lavouras de soja, em algumas regiões produtoras do grão, foram provocados, principalmente, pela estiagem no Sul do Brasil. Um levantamento da Safras & Mercados, divulgado no mês passado, indicou que novos cortes nas produtividades médias esperadas para a oleaginosa, especialmente no Rio Grande do Sul (e, também, no Mato Grosso do Sul – no Centro-Oeste), foram ocasionados por questões climáticas como a baixa umidade registrada ao longo do desenvolvimento da cultura em campo.

Conforme o relatório da S&M, a comercialização da soja brasileira no ciclo 2021/2022 envolvia 61% da produção projetada, de acordo com dados colhidos até 6 de maio. No relatório anterior (com números de 11 de abril), era de 56,6%. No mesmo período do ano passado, a negociação da soja foi de 71,4%, sendo de 65% a média dos últimos cinco anos. Considerando uma safra estimada em 122,3 milhões de toneladas, o total do grão já negociado (até o início de maio) era de 75,22 milhões de toneladas.

O mesmo levantamento apontou que as vendas antecipadas da safra de soja 2022/2023 – ciclo agrícola que começa em julho – avançaram, levando em conta uma produção estimada. Para o potencial inicial da atual temporada de 144,7 milhões de toneladas, sem incluir a quebra decorrente da estiagem, a S&M prevê uma comercialização antecipada de 12%, podendo chegar a 17,36 milhões de toneladas. Em igual período do ano passado, a comercialização antecipada era de 17% com média de 18,8%. Em 11 de abril, o número era de 9,8%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO CRESCER QUASE 6% EM ABRIL

Da Redação ECONOMIA 09 Junho 2022

Percentual foi o maior no país, segundo pesquisa do IBGE

A produção industrial do Rio de Janeiro cresceu 5,9% em abril, percentual bem acima do índice nacional, que ficou em 0,1%, e foi a maior alta registrada no país de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM Regional) do IBGE, divulgada nesta quinta-feira (9). Esta é a segunda taxa positiva consecutiva da indústria fluminense – em março, o crescimento foi de 2,3%.

A produção da indústria no Rio de Janeiro ficou acima dos estados de Santa Catarina (3,3%) e Bahia (3,0%). O estado de São Paulo registrou queda de 2,8%, sendo a principal influência negativa no índice nacional. De acordo com o IBGE, os setores de coque (produto originado da queima do carvão natural), produtos derivados do petróleo e biocombustíveis foram os grandes responsáveis por esse avanço, assim como as indústrias extrativas e produtos farmoquímicos e farmacêuticos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

ANP LANÇA PAINEL DINÂMICO SOBRE TANCAGEM DE INSTALAÇÕES

Da Redação OFFSHORE 09 Junho 2022

A ANP está lançando um painel dinâmico com informações sobre a capacidade de tancagem (armazenamento) dos agentes regulados. O objetivo da medida é melhorar a qualidade e a velocidade das análises sobre os dados, aumentar a transparência das informações e aperfeiçoar os bancos de dados da Agência. O painel mostra a capacidade de armazenamento das instalações dos agentes de mercado, mas não estão disponíveis os volumes contidos nas instalações, ou seja, não inclui informações de estoques de produtos.

É possível conhecer todas as instalações de um determinado estado, município ou, até mesmo, região. Além disso, poderão ser realizados estudos específicos por setores ou por agentes, com todas as informações agregadas em uma tabela e plotadas em um mapa para fácil visualização.

De modo fácil e objetivo, ao alcance de um ou mais filtros, a consulta ao painel permite identificar em quais elos da cadeia estão concentradas as maiores capacidades de armazenagem para cada grupo predefinido de produto.

Esse conhecimento propiciará aos agentes da indústria do petróleo dados concretos, seguros e atualizados diariamente; capazes de subsidiar os tomadores de decisão em suas deliberações.

A ANP também disponibilizou no painel a possibilidade de exportar dados no formato de planilha eletrônica (encaminha para os Dados Abertos da ANP).

O Painel Dinâmico Tancagem Autorizada a Operar pode ser acessado em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-dinamicos-da-anp/painel-dinamico-da-tancagem-do-abastecimento-nacional-de-combustiveis>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

ABTRA DEFENDE EXCLUSÃO DE, AO MENOS, 5 EMPRESAS DA LICITAÇÃO DO STS-10

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Uma das contribuições apresentadas pela associação à consulta pública recomenda que Maersk, APM, MSC, TIL, BTP ou empresas relacionadas a elas, fiquem de fora da concorrência.

A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) apresentou quatro notas técnicas à consulta pública sobre a concorrência da área STS-10, que o governo federal pretende licitar no Porto de

Santos (SP), destinada à movimentação de contêineres. Um dos documentos concluiu que a

análise concorrencial da área produzida em conjunto pela Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e Ministério da Infraestrutura apresenta uma avaliação incompleta do ambiente concorrencial pós-outorga desse arrendamento.

O argumento é que uma avaliação mais detalhada mostra que existe uma conduta de 'self-preferencing' da Maersk e da MSC em relação ao terminal verticalizado da BTP, o que 'implica existência de incentivos e de capacidade para fechar o mercado ou, no mínimo, para prejudicar significativamente a competição em um cenário pós-outorga em que essas empresas, em grupo ou individualmente, venham a adquirir a outorga do STS-10'.

"Com o objetivo de garantir um ambiente saudável de concorrência pós-outorga, propomos a exclusão de Maersk, APMT, MSC, TIL, BTP ou qualquer empresa a elas relacionadas, consorciadas ou individualmente, do processo licitatório de STS-10". Justifica a NT, elaborada pela consultoria Charles River Associates, apresentada pela Abtra à audiência pública.

A EPL manifestou na audiência pública que a licitação tem objetivo atender o aumento de demanda de carga containerizada no Porto de Santos e a consolidação do trecho Saboó (que terá BTP e STS-10) como cluster para esse tipo de carga. As atividades atualmente desenvolvidas na área estão fragmentadas em diversos operadores que movimentam carga containerizada, carga geral, granel sólido mineral e produtos químicos.

Durante a audiência pública, a EPL sustentou que um quarto Tecon no complexo portuário será necessário porque, com crescimento de 12,5% em 2021 sobre 2020, os terminais existentes operam no limite ou perto do limite de suas capacidades. De acordo com a Santos Port Authority (SPA), a carga containerizada nos próximos anos estará perto do seu gargalo de movimentação, considerando que os Tecons atualmente movimentam 4,8 milhões de TEUs, ante capacidade entre 5,3 milhões e 5,5 milhões de TEUs.

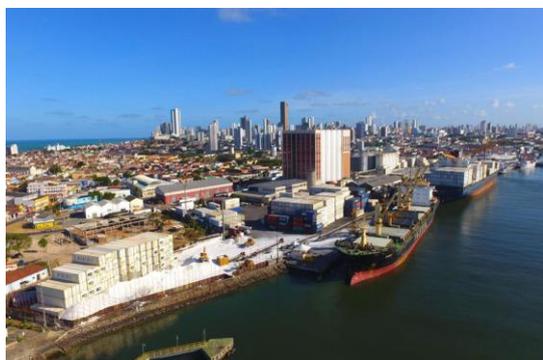
A consultoria contratada pela Abtra admitiu no documento que a exclusão do processo licitatório de Maersk/MSC/BTP, consorciadas ou individualmente, poderá reduzir o valor de outorga a ser obtido na licitação. Os responsáveis pela nota técnica ressaltaram que priorizar uma efetiva concorrência ao longo prazo é uma alternativa melhor do que buscar uma arrecadação imediata no processo licitatório que possa acarretar 'danos ao ambiente competitivo'.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

CODERN BUSCA CONVÊNIO PARA NOVO SCANNER NO PORTO DE NATAL

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Representantes da autoridade portuária se reuniram recentemente com Ministério da Justiça para discutir alternativas para o combate ao tráfico de drogas no porto. Equipamento de inspeção utilizado pelo porto é alugado devido ao alto custo para compra da tecnologia.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) está em busca de um convênio com o Ministério da Justiça para a instalação de um novo scanner de contêineres. O objetivo, de acordo com a autoridade portuária, é melhorar o fluxo de cargas no Porto de Natal. A administração portuária informou à reportagem que o atual scanner, em utilização no Porto de Natal desde 2020, é alugado devido ao alto custo para compra deste equipamento de inspeção não invasiva (raio-x).

Em maio, diretores da Codern se reuniram, em Brasília, com o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Antônio Ramirez Lorenzo, para discutir alternativas para o combate ao tráfico de drogas no Porto de Natal. Procurada pela reportagem, a Codern ressaltou que mantém diálogos permanentes com as autoridades para combater o tráfico de drogas pelo Porto de Natal, que é uma preocupação de segurança em todos os portos do Brasil.

“O scanner de contêineres em utilização no Porto de Natal é alugado, tendo em vista o alto custo para compra do equipamento. Estamos buscando um convênio com o Ministério da Justiça para a instalação de um novo equipamento, o que melhoraria sensivelmente o fluxo de cargas no Porto de Natal”, informou a Codern à Portos e Navios.

A autoridade portuária acrescentou que, nos últimos três anos, realizou investimentos significativos e permanentes na segurança do Porto de Natal, que totalizam R\$ 4,2 milhões. Em 2021, o Porto de Natal movimentou um total de 617.469 toneladas. As principais cargas movimentadas pelo porto atualmente são: trigo, na importação, e, na exportação, frutas refrigeradas, com destaque para o melão.

Em novembro do ano passado, uma ação conjunta entre a Polícia Federal e a Receita Federal resultou na apreensão de aproximadamente 1,6 tonelada de cocaína, que estavam camufladas numa carga de gengibre que tinha como destino o Porto de Roterdã, na Holanda. Na ocasião, as autoridades detalharam que a apreensão é resultante da cooperação entre as duas instituições e de um trabalho contínuo com uso de tecnologia, scanner, técnicas de análise, gerenciamento de risco e emprego de cães farejadores da PF.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

RUMO AVANÇA EM SUA AGENDA ESG COM AÇÕES PARA A COMUNIDADE, NOVA OPERAÇÃO E INGRESSO NO ISE B3

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2022



Novo relatório de sustentabilidade destaca iniciativas de 2021 como o lançamento do Instituto Rumo, ingresso no ISE B3 e o início da operação na Ferrovia Norte-Sul

A Rumo, operadora de ferrovias, acaba de publicar seu Relatório Anual de Sustentabilidade. A sexta edição do documento traz entre os destaques de 2021 o lançamento do Instituto Rumo, iniciativa que visa desenvolver e apoiar projetos sociais nas comunidades onde a empresa opera; o ingresso da companhia como a primeira do setor ferroviário no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3); e o início da operação da Ferrovia Norte-Sul (Malha Central).

A primeira turma das atividades do Instituto Rumo foi formada no último ano em Rondonópolis (MT), com o objetivo de combater a evasão escolar e teve a participação de 68 estudantes do 9º Ano do ensino fundamental. Desde então, a meta da Companhia é que o instituto se torne um agente de transformação social, atuando na formação protanista para a inclusão sócio-produtiva.

Integrado à agenda ESG da Rumo e com foco em ações efetivas no âmbito social, o projeto busca expandir o olhar humanizado da empresa para o dia a dia das comunidades localizadas no entorno da ferrovia. Em 2022, as ações serão focadas em Cubatão (SP) e a previsão é que 120 jovens iniciem o processo de formação em agosto.

Desde 2020, a Rumo vem incorporado a sua estratégia de negócio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). E, no último ano,

a companhia avançou ainda mais em relação às metas relacionadas à eficiência energética, redução de emissões e financiamento atrelados a critérios de sustentabilidade.

Um exemplo disso são os investimentos feitos para adequação aos trens de 120 vagões, planejados para aumentar a capacidade e a eficiência das operações no principal corredor do agronegócio brasileiro -- que conecta o município de Rondonópolis (MT) até o Porto de Santos. O modelo representa um aumento de aproximadamente 50% de capacidade em relação aos trens que antes circulavam com 80 vagões. Somente em 2021, a Rumo contabilizou 1.585 viagens utilizando o modelo com 120 vagões, que representariam proporcionalmente 2.377 viagens de trens com 80 vagões. Ou seja, houve uma redução de 792 viagens a partir da nova operação.

No ano passado, a empresa passou a integrar o ISE B3, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, uma das principais referências de sustentabilidade do mercado nacional de capitais. A empresa é a primeira do setor ferroviário brasileiro a figurar no índice que é referência em práticas empresariais de sustentabilidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

NORSUL CRIA ROTA INÉDITA DE CABOTAGEM PARA TRANSPORTE DE BIODIESEL

Da Redação NAVEGAÇÃO 08 Junho 2022



A operação, que envolve a primeira usina de biodiesel do Brasil a utilizar o transporte na costa brasileira, conta com a neutralização das emissões de CO2 através do Programa Carbono Neutro Norsul

A Norsul, empresa de logística multimodal, criou uma rota inédita de cabotagem para a BSBIOS, empresa do ECB Group e líder nacional em biodiesel no Brasil, realizando o primeiro transporte deste biocombustível com neutralização de 100% das emissões de gases de efeito estufa. O trajeto feito pelo navio "Taruca" começou no Porto de Paranaguá, no Paraná, e seguiu em direção ao Porto de Suape, em Pernambuco. O transporte durou cerca de 14 dias e marca a estreia do fornecimento do biocombustível da BSBIOS para a região Nordeste.

Ao todo, foram transportados quatro milhões de litros de biodiesel, que saíram da usina da BSBIOS em Marialva, no Paraná, e serão fornecidos a três distribuidoras de combustíveis no Nordeste. A totalidade das emissões oriundas deste modal foi neutralizada através do Programa Carbono Neutro Norsul, que já contabiliza mais de 450 mil toneladas de CO2 neutralizadas desde o início do projeto, em 2020. "Estamos muito felizes em poder colaborar, ampliando a rota da BSBIOS de maneira sustentável, explorando todo o potencial da nossa área de Novos Negócios, desenvolvida justamente para trazer novas soluções aos nossos clientes, possibilitando-os de ir além", comemora Gustavo Paschoa, diretor de Novos Negócios da Norsul.

O processo para a operacionalização da nova rota levou 90 dias e contou com integração dos times de ambas as empresas trabalhando em parceria e encontrando na cabotagem a melhor solução logística e ambiental para o transporte da carga. "Nossa atuação é pautada no monitoramento e na busca de soluções que possam aprimorar os processos de forma que os impactos ambientais causados por nossas operações sejam reduzidos. A escolha por este modal com a Norsul vai ao encontro dos nossos objetivos estratégicos de sustentabilidade", afirma Leandro Luiz Zat, Diretor Comercial da BSBIOS.

"Somos a primeira empresa 100% carbono neutro do mundo no segmento de cabotagem com o Programa Carbono Neutro Norsul, utilizando créditos gerados pela preservação de mata nativa e,

também, nos aterros sanitários. Desde 2020, neutralizamos todas as emissões de CO2 nos modais marítimo, ferroviário e rodoviário”, destaca Paschoa.

A iniciativa visa a preservar as florestas em pé e reduzir o desmatamento, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e apoia a conservação de estoques de carbono. Já os aterros sanitários capturam metano e o transformam em BioMetano que, futuramente, poderá ser utilizado como combustível alternativo para embarcações de emissão zero.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022

ANTAQ NÃO VÊ FALHAS NA METODOLOGIA DE REVISÃO DOS CONTRATOS DE PASSAGEM EM SANTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 07 Junho 2022



Arquivo/Divulgação

Diretoria colegiada, no entanto, determinou prazo de 45 dias, após manifestação da autoridade portuária santista, para que superintendência de regulação dê parecer quanto a denúncias feitas pela Ultracargo.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu, na última reunião da diretoria colegiada, que a metodologia de valoração de contratos de passagem adotada pela Santos Port Authority (SPA) não afronta a resolução normativa

7/2016, que regula a exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão da administração do porto. O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, relator do processo, determinou prazo de 15 dias para que a SPA se manifeste sobre denúncias feitas em parecer apresentado pela Ultracargo Logística quanto a uma suposta conduta abusiva praticada pela autoridade portuária no estabelecimento da metodologia de prestação desses contratos.

A superintendência de regulação da Antaq terá prazo de 45 dias, após a resposta da autoridade portuária de Santos, para dar seu parecer quanto às denúncias feitas pela empresa nos autos. A resolução 7/2016 da agência veda a adoção de práticas abusivas e exige a observação aos princípios que regem a administração pública, a ordem econômica, de forma a garantir o acesso ao equipamento portuário a todos que se habilitarem às regras.

Em sua sustentação oral, a Ultracargo informou que reconhece que a autoridade portuária tem competência, mas entende que ela possa ser considerada abusiva. A empresa considera que a metodologia de precificação atualmente aplicada aos contratos de passagem representaria um reajuste contratual da ordem de 137%, gerando cobranças redundantes e pagamento por uma infraestrutura que não será fornecida, como a expansão do píer.

O representante da Ultracargo, Cássio Lourenço Ribeiro, citou parecer técnico que apontou que a SPA é monopolista em relação à Ultracargo, tendo ônus de suportar o acesso da empresa ao píer da Alamoá. O documento mencionado por Ribeiro concluiu que a mudança na definição das condições de acesso à infraestrutura de passagem da SPA na renovação do contrato de passagem celebrado com a Ultracargo pode representar 'infração à ordem econômica', merecendo ser revisado e que é indispensável para participação efetiva da empresa no mercado de movimentação de grãos líquidos.

A Santos Port Authority solicitou manifestação da Antaq sobre o cumprimento dos requisitos exigidos pela RN-07 para celebração de contrato de servidão de passagem com a Ultracargo Logística, a ser celebrado em razão do término do contrato de servidão firmado com a empresa



privada. A SPA destacou que, desde 2019, tem zelado pela correta remuneração do uso do bem público e isonomia entre players que atuam no porto, com transparência e seguindo rígidos padrões de compliance, leis de estatais e regras de direito privado. A autoridade portuária afirmou que nunca atuou de forma abusiva e que busca dar uso a toda área de jurisdição, tendo atingido recentemente 100% da ocupação da área do porto organizado, previamente à expansão de poligonal.

O diretor de regulação e desenvolvimento de negócios da SPA, Bruno Stupello, disse que houve atualização de contratos que estavam vencendo e que estavam até mais de 20 anos defasados. "São contratos aos quais a autoridade portuária tem competência para fazer relação comercial", disse Stupello em sua sustentação. Ele acrescentou que a defasagem foi reiterada em licitações portuárias por diversos players que demonstraram falta de interesse de participar dos arrendamentos devido a valores considerados irrisórios pagos por servidão de passagem.

Stupello enfatizou que a SPA utiliza negociação com planilha aberta, dando transparência aos dados usados e à formulação utilizada na metodologia para todos os players. Segundo o diretor, a SPA tem sido vanguardista no desenvolvimento de metodologias e negociação de contratos defasados, bem como na aplicação de normas definidas pela agência reguladora. "Não se pode tratar a assinatura de novos contratos como se fossem apenas atualizações de índices inflacionários porque são contratos assinados há mais de 20 anos", afirmou.

A SPA avalia que o uso do contrato de passagem para acessar o berço público sempre será estratégia empresarial da empresa. Stupello disse que a autoridade portuária tem trabalhado e desenvolvido esse contrato desde 2021 junto com a empresa, que teve oportunidade de trazer qualquer fator de abusividade durante as discussões, o que não ocorreu. Ele mencionou que foi aplicada a mesma metodologia para dois outros contratos de passagem na mesma região do porto que movimenta 50% dos volumes de graneis líquidos dos retroportuários, sem reclamações de abusividade na agência reguladora.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/06/2022



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOS SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006